

PB

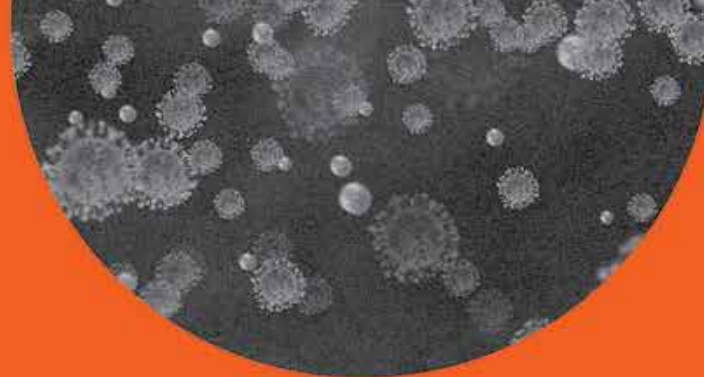
PROBLEMAS BRASILEIROS

UM BRASIL

EDIÇÃO ESPECIAL | ANO 58 | JAN 2021

ARTIGOS E ENTREVISTAS

ADÃO ITURRUSGARAI _
 AGÊNCIA BORI _ ALEXIS
 WICHOWSKI _ ANA CAROLINA
 MONGUILOD _ ANDRÉ SACCONATO
 _ ANTONIO LANZANA _ BÁRBARA
 DIAS _ BENETT _ BORIS FAUSTO
 _ BRUNO CARAZZA _ CACO
 GALHARDO _ CARLOS ARI
 SUNDFELD _ CÁRMEN LÚCIA _
 CLAUDIA COSTIN _ CRISTIANE
 CORTEZ _ DANIEL BUARQUE _
 DANIELA CAMPELLO _
 EDUARDO GIANNETTI _ FÁBIO
 PINA _ GABRIELA MENDES
 CHAVES _ GRAZIELLA TESTA
 _ HELGA ALMEIDA _ HELOISA
 STARLING _ HUMBERTO DANTAS
 _ IVES GANDRA DA SILVA
 MARTINS _ JEAN GALVÃO _ JOSÉ
 GOLDEMBERG _ JOSÉ
 MÁRIO GOMES _ LEANDRO
 KARNAL _ LEANY LEMOS _ LUCILIA
 GUERRA _ LUIZ FELIPE D'AVILA _
 MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA
 COSTA _ MARIANA ALDRIGUI _
 MARIO SERGIO CORTELLA _ MARY
 DEL PRIORE _ MELINA LUKIC _
 NACIME SALOMÃO MANSUR _
 NARA PAVÃO _ PAULO DELGADO _
 PAULO NASSAR _ PAULO
 PERES _ RUBENS MEDRANO _
 VINICIUS MARIANO DE
 CARVALHO _ VITOR MAGNANI



ESTAMOS TODOS EM TRANSIÇÃO

Em ensaio exclusivo, sociólogo
Sérgio Abranches reflete sobre as
 incertezas geradas pela pandemia



A REPRESENTATIVIDADE QUE NÃO É “SÓ DA BOCA PARA FORA”.

Tem muita gente por aí que fala demais e promete muito. E este, definitivamente, não é o nosso caso: nós fazemos e cumprimos (até comentamos pouco sobre as nossas entregas). Todos os dias, encaramos o desafio de estabelecer um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo.

Nossas ações e decisões envolvem empresários, lideranças empresariais, gestores, consultores, formadores de opinião e especialistas que são referências em suas áreas.

Ao seu lado, identificamos as dores e as necessidades do empreendedor, organizamos demandas e elaboramos pleitos que encaminhamos a todas as esferas do Poder Público.

Somente nos primeiros 6 meses da pandemia, endereçamos um total de 117 pleitos ao poder público, elaborados ao lado de 24.157 empresas.

Aliás, uma das nossas conquistas mais relevantes no período impediu um colapso logístico, garantiu a entrega de mercadorias à população, possibilitou a sobrevivência de milhares de empresas e ainda foi decisivo para o e-commerce crescer 6 anos em 6 meses.

É assim que trabalhamos em torno de diferentes aspectos que afetam diretamente a vida de empreendedores e cidadãos brasileiros. Acreditamos que diálogo e mobilização são as bases de uma representatividade efetiva e com propósito.

E elas devem estar lado a lado na busca pela desburocratização, pela modernização e pela simplificação que buscamos para o País.

Quer saber mais e fazer parte?

Acesse: representa.fecomercio.com.br/advocacy

Empreendedorismo | Representatividade | Mobilização

Advocacy FecomercioSP. Tudo por sua causa.





PB | #461

Além de reestruturarem a rotina de forma paradigmática, as mudanças ocasionadas pela pandemia inseriram a imprevisibilidade como componente inseparável do cotidiano, exigindo a gestação de novos modelos para analisarmos e balizarmos os próximos anos. Tamanhas incertezas expõem nossas vulnerabilidades e nos movem para repensarmos os passos que poderão nos levar para tempos melhores. Bem-vindo a 2021!

O NORMAL INVISÍVEL, ENFIM, VEM À TONA

Definir 2020 apenas como um “ano atípico” reduziria a gravidade daquela que entrará para a história como uma das mais complexas crises já vivenciadas pela humanidade. No caso do Brasil, somam-se a esta realidade as históricas deficiências socioeconômicas e os desajustes políticos da nossa identidade. A constatação da imensa desigualdade que nos acompanha há séculos ficou ainda mais evidente – envolta por ações desencontradas do Poder Público e embates ideológicos improdutivos.

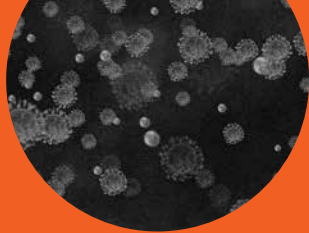
Em meio a um cenário, por vezes, contaminado pela disputa de narrativas, a revista **Problemas Brasileiros** se junta ao canal **UM BRASIL**, ambas realizações da FecomercioSP, para uma edição especial. Nesta entrada de 2021, a ideia é iluminar discussões da atualidade e, acima de tudo, propor caminhos alinhavados por diagnósticos minimamente racionais da real condição nacional. Para isso, nossa equipe editorial reuniu vozes respeitadas nas áreas da Filosofia, Educação, Economia, Saúde, História, Cultura, Sociologia, Ciência Política, Sustentabilidade, Direito e Comunicação. Elas nos auxiliam a refletir sobre como o Brasil pode responder à agenda dos próximos anos.

Como assinala o sociólogo Sérgio Abranches nas páginas a seguir, a veloz transformação em curso – a qual o sistema político não acompanha – vai mudar radicalmente as nossas vidas e as das gerações vindouras. A imprevisibilidade é outro componente com o qual temos de nos habituar. Logo, estar inserido neste contexto, que coincide com um interminável teste de estresse da democracia, exige revisões dos paradigmas de análise e dos modelos de representação e proteção social – que não funcionam mais com a eficácia necessária, como escreve Abranches.

Estamos entrando em um “novo normal” ou ele já existia para as centenas de milhares de pessoas que, há tempos, vivem em situações dignas de um ambiente pandêmico? É uma das provocações do filósofo e educador Mario Sergio Cortella. Para ele, o antigo normal já imprimia o isolamento ao acesso a recursos básicos do ato de viver. Já a historiadora Mary Del Priore traça um paralelo entre o covid-19 e a gripe espanhola, que um século atrás dizimava vidas e fazia a sociedade experimentar os danos da desinformação.

Impressões sobre reformas estruturais, sistema tributário, gastos públicos e desemprego também estão no debate proposto neste volume – que tem ainda a valiosa contribuição dos presidentes dos Conselhos da FecomercioSP. O intuito é harmonizar crítica e solução e, assim, ampliar as fronteiras dos caminhos possíveis para o Brasil. Da pandemia, ficará a lição de que não há como ocultar nossas fragilidades. É preciso encará-las em todas as dimensões da vida.

ABRAM SZAJMAN,
PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO DO
COMÉRCIO DE
BENS, SERVIÇOS
E TURISMO
DO ESTADO
DE SÃO PAULO
(FECOMERCIO-SP),
ENTIDADE
GESTORA DO
SESC-SP E DO
SENAC-SP



06

Ensaio
SÉRGIO ABRANCHES ANALISA AS LIÇÕES
PROVISÓRIAS DA PANDEMIA

38

Três poderes
HELGA ALMEIDA, JOSÉ MÁRIO
GOMES E PAULO PERES

60

Entrevista
LEANDRO KARNAL AVALIA
O BRASIL PÓS-COVID-19

93

Política
BRUNO CARAZZA

12

Entrevista
MARIO SERGIO CORTELLA DEFENDE
CONSENSO SOLIDÁRIO

39

Três poderes
BÁRBARA DIAS, GRAZIELLA
TESTA E HUMBERTO DANTAS

64

Podcast PB
CLAUDIA COSTIN E LUCILIA GUERRA

94

Gestão Pública
REFORMA ADMINISTRATIVA,
POR CARLOS ARI SUNDFELD E LEANY LEMOS

20

Direito
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

40

Estrutura fiscal
REFORMA TRIBUTÁRIA, POR ANA
CAROLINA MONGUILOD E MELINA LUKIC

74

Comércio eletrônico
VITOR MAGNANI

104

Comunicação
PAULO NASSAR

21

Sustentabilidade
JOSÉ GOLDEMBERG E CRISTIANE CORTEZ

46

Impostos
MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA

75

Turismo
MARIANA ALDRIGUI

105

Política
PAULO DELGADO

22

Entrevista
MARY DEL PRIORE E A HISTÓRIA QUE SE FAZ ATUAL

47

Comércio exterior
RUBENS MEDRANO

76

Entrevista
GABRIELA MENDES CHAVES DETALHA
A INCLUSÃO FINANCEIRA

107

Saúde
NACIME SALOMÃO MANSUR

28

Política externa
DANIEL BUARQUE

48

Entrevista
HELOISA STARLING REFLETE SOBRE
A IDENTIDADE NACIONAL

80

Podcast PB
EDUARDO GIANNETTI

108

Políticas públicas
LUIZ FELIPE D'ÁVILA

29

Fronteiras
VINICIUS MARIANO DE CARVALHO

56

Site PB
ANÁLISE E INFORMAÇÃO
SOBRE OS RUMOS DO PAÍS

84

Entrevista
CÁRMEN LÚCIA DISCORRE SOBRE A JUSTIÇA

111

Reforma Administrativa
ANDRÉ SACCONATO E FÁBIO PINA

30

Entrevista
BORIS FAUSTO APONTA AUSÊNCIA DA OPOSIÇÃO

58

Ciência
AGÊNCIA BORI

92

Economia
ANTONIO LANZANA

112

Charge
JEAN GALVÃO



VIVEMOS UM PESADELO DEMOCRÁTICO, MAS NÃO É A DISTOPIA REALIZADA

TEXTO 
SÉRGIO ABRANCHES 
ILUSTRAÇÃO 
JOÉLSON BUGGILLA 

A PANDEMIA FOI UM TESTE DURO PARA TODAS AS NAÇÕES. A GRAVIDADE LOCAL DA DOENÇA, DESCONHECIDA E FATAL, ACOMPANHOU A QUALIDADE E A ESTABILIDADE DOS GOVERNOS. OS PAÍSES QUE MAIS SOFRERAM COM O AVANÇO DESCONTROLADO DA DOENÇA FORAM OS QUE TÊM GOVERNANTES MINORITÁRIOS, DESPREPARADOS, INCAPAZES DE EQUILIBRAR O PROCESSO POLÍTICO E AGIR PRONTAMENTE NAS CRISES.

São líderes que desprezam os alertas da ciência para manter seus planos políticos. Os quatro piores casos que ilustram esta associação foram Itália, Espanha, Estados Unidos e Brasil. No outro polo, dos bons governos, de esquerda e direita, responsáveis e efetivos, estão os casos de maior sucesso, como Alemanha, Portugal e Nova Zelândia.

Um dos principais recursos no atendimento da emergência pandêmica foi o legado das políticas progressistas anteriores aos regimes de austeridade. Nos Estados Unidos, esse legado é incipiente, e a provisão de saúde, majoritariamente privada. Só pouco tempo atrás, com o chamado “Obamacare” [aprovado em março de 2010, o programa tornou obrigatório aos norte-americanos ter um plano de saúde. Aqueles que não podem pagar, têm acesso ao tradicional auxílio médico (Medicaid e Medicare), renovado e ampliado para dar cobertura a todos], que o seguro-saúde foi estendido à população de renda mais baixa. O National Health System, ou NHS, no Reino Unido; o SUS brasileiro, ainda que muito maltratado; o seguro universal e compulsório de saúde da Alemanha e sua rede de hospitais públicos; o sistema de assistência médica universal de Portugal e a cobertura gratuita de acidentes e outras emergências da Nova Zelândia, todos decisivos para salvar vidas. O resgate do legado progressista deu um novo alento à vida comunitária, ao lado de uma onda de solidariedade e empatia, em que o valor do outro se ampliou na proporção do sentimento de solidão no isolamento. A emergência bem encaminhada social e politicamente revalorizou a responsabilidade pública com os comuns.

É muito provável que, no pós-pandemia, a opção pela austeridade deixe de ser politicamente viável. Isso não significa que haverá uma tendência a abandonar a saudável responsabilidade fiscal. Os limites ao gasto público, dados pelo capitalismo financeirizado e pela redução das fontes tradicionais de tributação, persistirão. Entretanto, as sociedades demandarão que os governos deem prioridade irreprimível ao investimento de natureza social e à eliminação de privilégios que ampliem a desigualdade e a desproteção.

As redes digitais foram os meios de contato social, suprimimento e entretenimento nas longas e solitárias horas em isolamento domiciliar. As pessoas descobriram o valor da praça digital, do coreto virtual, dos encontros a distância. As redes vinham perdendo a credibilidade por terem se tornado canais de desinformação, mensagens de ódio e difamação. Parecia que o seu lado sombrio abafaria de vez as possibilidades positivas de democratização da informação e de criação de uma conversa aberta entre indivíduos. O isolamento reconciliou

O RESGATE DO LEGADO PROGRESSISTA DEU UM NOVO ALENTO À VIDA COMUNITÁRIA, AO LADO DE UMA ONDA DE SOLIDARIEDADE E EMPATIA, EM QUE O VALOR DO OUTRO SE AMPLIOU NA PROPORÇÃO DO SENTIMENTO DE SOLIDÃO NO ISOLAMENTO

as pessoas com as redes e revelou o seu lado luminoso. Ainda estão lá a desinformação e os ataques das milícias digitais. Contudo, a quantidade de lives, posts e compartilhamentos com conteúdo positivo, de qualidade, e a explosão no uso de aplicativos (como o Zoom) para encontros virtuais de amigos e famílias superaram a carga tóxica das redes sociais. Este novo padrão talvez tenha se consolidado a ponto de evitar o regresso ao domínio da negatividade. O ensino a distância e o trabalho remoto que aumentaram exponencialmente, por necessidade, revelaram as virtudes e as possibilidades das atividades online e passarão a conviver com o ensino e o trabalho presenciais.

O solidarismo em rede salvou vidas, evitou a depressão do isolamento, rompeu a solidão. A cooperação de pessoas anônimas permitiu a proteção dos mais vulneráveis à doença. Um aniversário solitário, de repente, se transformou em um coral de parabéns saído das janelas de vizinhos. Idosos solitários encontraram ajuda voluntária de vizinhos. Em Paraisópolis, em São Paulo, a comunidade escolheu um responsável por rua para coordenar o encaminhamento dos doentes e administrar o isolamento possível. Na Maré, no Rio de Janeiro, a Frente de Mobilização Popular (FMP) levantou recursos para os mais carentes e buscou soluções coletivas, como o compartilhamento de água. Instalou-se um processo de autoproteção e autogoverno diante da ausência do Estado e da carência de serviços essenciais.

A pandemia interrompeu processos como o avanço da ultradireita nos países com tradição democrática. Acelerou mudanças. Revigorou o sentimento comunitário. Foi uma tragédia com muitos ensinamentos. A esperança é que as pessoas, em todo o mundo, aprendam com eles – até porque nasceram de muita dor, individual e coletiva. Ninguém deve se impressionar com o fato de as lições da pandemia serem provisórias. Ela não aca-

bou, e, antes de termos certeza da eficácia de vacinas, podemos enfrentar novas ondas. Por isso, vamos usar o que aprendemos e aprender mais. Tudo, hoje, é mutável e transitório. Estamos todos em transição.

A METAMORFOSE GLOBAL

O mundo está em metamorfose. Uma transformação que mudará radicalmente nossas vidas e das gerações por vir. A velocidade da mudança é espantosa e atinge todas as partes do planeta e todas as dimensões da vida. Há muita imprevisibilidade no horizonte próximo da humanidade e crescem a incerteza, a insegurança e a imprecisão. A realidade nos escapa; os paradigmas de análise, de representação e de proteção social não funcionam mais com a eficácia necessária.

São processos disruptivos nas estruturas social, econômica e política das sociedades. O motor é uma radical revolução científica e tecnológica. A mecanização e a inteligência artificial transformarão profundamente o universo do trabalho. A financeirização, a economia digital e o mercado online mudarão o capitalismo e as relações entre capital e trabalho. A jornada laboral será mais flexível e menor, enquanto o ócio criativo ocupará espaço maior na vida das pessoas. O capitalismo, talvez, se transforme em algo irreconhecível. Abre-se espaço para o surgimento de modelos econômicos mais cooperativos e criativos. Uma nova dinâmica do relacionamento humano, da política e das relações econômicas se desenvolverá no encontro entre o mundo social e a esfera digital.



A crise climática e a grande extinção de espécies da biodiversidade, ambas determinadas pela ação humana, criam uma situação de risco existencial para a humanidade, que nos imporá limites e desafiará nossa criatividade. Temos pouco controle sobre o clima – podemos mitigar a mudança climática, mas não voltar ao estado anterior ao desequilíbrio que produzimos. Pelo menos não no horizonte tecnológico que descorrimos. Até agora, não levamos este risco a sério, nem como realidade, nem como ameaça. O ambiente construído mudará radicalmente com o fim dos ciclos do motor a combustão e das fábricas manufatureiras. O transporte será eletrificado, e as fábricas, robotizadas e controladas por especialistas.

DESENCANTO, DESPROTEÇÃO E DESREPRESENTAÇÃO

No plano político, estas mudanças geram indignação e raiva, nascidas da insegurança e do medo, que turvam a consciência e espantam a esperança. A maior visibilidade e a voz mais audível dos segmentos, antes, invisíveis da sociedade provocam a reação extremada dos supervisíveis e dos hiperincluídos. O medo alimenta o desejo de eliminar o diferente, de devolvê-lo à invisibilidade e ao silêncio.

O sistema político tradicional e analógico não acompanha, nem poderia, as transformações sociais. Deixa faixas crescentes da população desprotegidas, despossuídas e sem representação. Daí o desencanto crescente com a democracia. Os governos se tornaram disfuncionais e perderam apoio e legitimidade. A qualidade das políticas públicas piorou muito, deixando à margem parcela crescente da população: no limite, atendem a uma minoria provisoriamente vitoriosa, em desfavor de uma maioria deixada por conta própria.

No quadro de frustrações, o povo se perde entre os desencontros da esquerda e o extremismo da direita. Há uma aguda perda de referências. As pessoas apegam-se mais ao que lhes reforça a autoestima e a segurança. Daí o fortalecimento das identidades socialmente baseadas na identificação com certas reações àquilo que as pessoas veem como ameaça. A fluidez e a volatilidade das situações e das relações de trabalho, de vizinhança e de convivência social induzem ao fortalecimento

de laços com aqueles que reajam do mesmo modo. A ausência de novas lideranças engana o eleitor, pois ele vê no candidato desconhecido o ilusório novo e tem a esperança vã de que trará melhoras efetivas e rápidas. Logo, descobre que o que elegeu é o que há de mais retrógrado e deslocado deste tempo. Nasce, deste teatro de enganos, os governantes incidentais, como Donald Trump e Jair Bolsonaro. São escolhidos em eleições atípicas e que tendem a não se repetir. Saem da periferia ou de fora da política para o centro do poder, de forma imprevista. O pior legado desses governantes é o agravamento do desencanto com a democracia e a desproteção social.

Os progressistas não entenderam ainda as necessidades do mundo em transformação, que envelhece suas convicções e seus modelos de análise. O desafio da esquerda é atualizar-se e abandonar os dogmas do passado. A direita liberal perdeu espaço com a emergência da extrema-direita ultranacionalista e reacionária, que lhe retirou parte do apoio popular. Além disso, mostrou-se incapaz de imaginar políticas para mitigar o sofrimento social com a transição. A extrema-direita retira sua agenda do fígado dos eleitores, capitalizando os sentimentos à flor da pele para se eleger. Entretanto, ao governar com o fígado, não é capaz de responder às aflições de seus eleitores, só aos preconceitos de seus militantes extremistas. Além disso, vê a democracia como um meio para chegar ao poder, mas não a aceita, quando os meios legítimos para limitar legalmente suas decisões (ou para retirá-la do poder) são ativados. A frustração dos outros a elege, e a frustração com seu governo a demite. Desconforto econômico e tensão social são a marca desta comunhão entre a direita autoritária e o capital financeiro. É um período de crise recorrente, e governos incidentais

em muitas partes do mundo. Maiorias instáveis vêm e vão de um polo a outro do espectro político, em busca de impossíveis soluções imediatas e duradouras.

Vivemos a ressaca do século. As ondas sucessivas de mudança desestabilizam as sociedades, sem revelar o novo. Os conflitos sociais têm explicações causais menos precisas, na fronteira entre as disfunções da ordem em colapso e a imaturidade das formas emergentes. Já teve início, há algum tempo, a redução dramática da base manufatureira e o crescimento exponencial de serviços em rede. Postos de trabalho são destruídos para sempre, enquanto as ocupações da nova economia, ainda poucas, demandam habilitações muito diferentes das tradicionais. O compartilhamento dos serviços, como Uber, Airbnb, Spotify, Netflix e Autolib’, além do coworking e outros arranjos, surge de forma dinâmica, em geral tratado genericamente por “uberização”, levando à diluição da propriedade e das relações de trabalho. Essas tendências reforçam o processo de pulverização dos capitais. A redução da importância socioeconômica do capital físico levou à hegemonia do capital financeiro.

Não importam os personagens – na França, na Espanha, na Grécia, na Itália, nos Estados Unidos ou no Brasil –, tampouco os detalhes em cada país. O que importa é o roteiro. É como se as sociedades vivessem ao sabor de uma série da Netflix, com o mesmo *script* básico global, mas personagens e cenas formatados para cada realidade local. As idas e vindas, os avanços e tropeços, são como que ditados pelos sentimentos e pelas reações de cada público regional que as redes amplificam. São sentimentos de insegurança, medo e raiva. Há muito ressentimento com as perdas acumuladas e com o descaso. As relações sociais e políticas passam a ser motivadas por estímulos de desafeição e afeição. Este estado de espírito produz as polarizações políticas radicalizadas de nossos dias, que dividem o mundo entre “nós” (que amamos) e “eles” (que odiamos). As agendas políticas são construídas pelos *trending topics*, as quais as pesquisas de opinião refletem apenas parcialmente. São reativas, não proativas. Improvisadas, não planejadas. O filtro oligárquico, em quase todos os partidos tradicionais, à esquerda e à direita, deixa camadas crescentes do povo sem representação. As mudanças no emprego e nas relações de trabalho, somadas aos ajustes que atingem gastos sociais, aumentam a desproteção de amplos setores. As redes de proteção social foram desenhadas para uma realidade que está se tornando passado. Ficam curtas, não cobrem número crescente de pessoas e não são capazes de compensar

a desproteção. Os modelos previdenciários e de seguro-desemprego, mesmo quando reformados para adaptá-los à nova demografia, protegem apenas os indivíduos que estão na estrutura ocupacional e contratual em desaparecimento.

Os problemas daí derivados são reais, concretos e inevitáveis. Cresce a proporção dos jovens com mais qualificação que os pais, que não conseguem entrar no mercado de trabalho. O desemprego entre os que têm entre 17 e 30 anos é, em geral, o dobro da média em quase todo o mundo capitalista. Crescem, além disso, o desemprego e a desproteção na faixa de pessoas entre 50 e 70 anos, em um contexto de maior longevidade ativa. Esta situação precária de vida alimenta a aversão à política e aos políticos e o desencanto com a democracia representativa. Forma-se, deste modo, a base eleitoral da ultradireita entre os mais jovens e os de idade madura.

O desafio democrático, há muito, deixou de ser uma questão apenas política. Não há como revigorar a crença na democracia sem desenhar novas políticas de redistribuição e proteção sociais, compatíveis com as demandas e limitações da transição; sem que o País resolva seus velhos males, como o racismo estrutural, a discriminação das mulheres e o descaso com a educação, todos em direta correlação com a enorme desigualdade. Os progressistas têm a vocação redistributivista, mas não conseguem desenhar uma equação econômica viável. Os conservadores liberais entendem os limites da economia em transição, mas não a necessidade do redistributivismo. O dilema social que ameaça a democracia é complexo. Não pode ser resolvido com reformas pontuais. Ele pede um novo paradigma redistributivo, flexível, compatível com as novas realidades econômica e fiscal e com as novas demandas da sociedade. Por isso fala-se tanto, em todas as correntes de pensamento, da renda básica de sobrevivência.

Isso ocorre no momento mais desafiador da história nacional. O Brasil terá de enfrentar múltiplos desafios de enorme alcance. Terá de se recuperar do retrocesso com Bolsonaro, em todos os campos: da democracia à educação, à política climática e ambiental, pois foi vasto o desmanche institucional. Terá de enfrentar seus passivos que vêm de longe: o racismo estrutural, a discriminação das mulheres, a intolerância com o diverso. Simultaneamente, terá de encontrar seu espaço nas revoluções científica e tecnológica, olhar bem à frente para definir quem seremos e que país teremos na segunda metade do século 21.

&

TEMPO DE APRENDER A SER HUMANO

ENTREVISTA REALIZADA EM AGOSTO DE 2020

ENTREVISTA **RENATO GALENO**
GIOVANA BARRETO, GUILHERME SILVEIRA E JÚNIOR MENESES (estudantes associados à Brazilian Student Association – BRASA)
FOTOS **TOMÁS ARTHUZZI – NOVA ESCOLA**

“NÃO TENHO NENHUMA VISÃO TRIUNFALISTA, TAMPOUCO CATASTROFISTA. NÃO ACHO QUE SERÁ SÓ O HORROR, MAS TAMBÉM NÃO ACHO QUE SERÁ A NOSSA REDENÇÃO”. É COM SERENIDADE QUE O FILÓSOFO E EDUCADOR **MARIO SERGIO CORTELLA** AVALIA OS VÁRIOS ASPECTOS DA ATUAL CRISE. PARA ELE, LIDAREMOS COM O FUTURO SEM QUE HAJA UM ACORDO QUE EXTRAPOLE O SENTIDO POLÍTICO-PARTIDÁRIO. ALÉM DISSO, DEVERÁ EXISTIR UM CONSENSO NACIONAL PARA CUIDAR DA DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS VULNERÁVEIS. “É PRECISO QUE A SOCIEDADE, SOBRETUDO AQUELA QUE TEM CONDIÇÕES ECONOMICAMENTE MAIS BEM ESTRUTURADAS, SE DISPONHA A FINANCIAR O APOIO A QUEM TEM, HOJE, UM AGRAVAMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE VIDA, QUE FICARAM MUITO MAIS PESADAS”. A ENTREVISTA É PARTE DE UMA SÉRIE DE DEBATES REALIZADOS EM PARCERIA COM A BRAZILIAN STUDENT ASSOCIATION (BRASA), ASSOCIAÇÃO FORMADA POR BRASILEIROS QUE ESTUDAM NO EXTERIOR.

RENATO GALENO – Muito tem se falado sobre a ideia de meritocracia na educação. Qual seria o critério para se classificar quem tem mérito?

Embora se coloque que todos nascem, nem sempre morrem com o princípio da igualdade, porque a trajetória trabalha com a noção de igualdade no campo da lei, mas não da equidade no campo social. E se a igualdade é condição assemelhada para que as pessoas conduzam a sua trajetória de vida, a noção de equidade é fazer com que você consiga reparar e recuperar aqueles que, tendo a possibilidade da igualdade, não estarão igualmente no mesmo caminho. Nós temos, digamos, nas trajetórias da escola, da vida, da carreira, a lógica de uma piscina, na qual quatro pessoas vão nadar. Chega, em primeiro lugar, ao outro lado quem se esforçar mais, quem treinou melhor. A temperatura da piscina é a mesma; a distância a ser percorrida, idêntica; as regras dentro da água, idem. Diria-se: “Então, a meritocracia é premiar quem chega em primeiro lugar”. O que não se leva em conta quando se pensa só em meritocracia? Que, embora a piscina seja a mesma, com temperatura da água idêntica e regras assemelhadas, o modo como as pessoas chegam a pular na piscina não é o mesmo. Quando a meritocracia leva em conta apenas a piscina, ela desconhece – ou secundariza – a noção de meritocracia, aquilo que, além de igualdade, é também a necessidade de equidade.

JÚNIOR MENESES – Quais seriam os pontos importantes para diminuir a disparidade entre os ensinos público e privado?

Temos várias coisas a pensar, mas uma delas é o conceito de qualidade conectado ao de quantidade. Numa sociedade democrática que se deseja decente, quantidade total é sinônimo de qualidade social. Qualidade que não atinge todas as pessoas não é qualidade, é privilégio. Isso significa que temos ainda uma questão muito séria: a marca do privilégio. E não é uma discussão entre escolas públicas e particulares, inclusive porque a escola particular no Brasil é minoritária, não é nem 15% do total da educação básica. A questão é decisiva para pensarmos outras coisas também dentro da educação, como a qualidade social. Alguns colocam o dilema da quantidade versus qualidade, mas nosso dilema não é esse. Repito, numa democracia, se todas as pessoas não tiverem um acesso correto e absolutamente decente à educação escolar, não teremos qualidade.

GUILHERME SILVEIRA – Estamos passando por um momento único, no qual muitos pensadores estão definindo como um marco civilizatório, crescendo a discussão sobre um “novo normal”. Contudo, esta crise sem precedentes também acaba agigantando nossas disparidades sociais. Então, para quem seria esse novo normal?

O antigo normal já era marcado pelo distanciamento social, pelo isolamento em relação ao acesso a bens culturais e bens de consumo. Portanto, era um normal com uma marca de segregação, não institucional no sentido legal, mas institucional no modo de organização das estruturas. Não tenho a perspectiva salvacionista de que teremos, ao fim do período pandêmico, um outro modo de normalidade que regenere a degradação existente no “normal anterior”. Não tenho a marca da desesperança, mas também não tenho nenhuma visão triunfalista, tampouco catástrofista. Não acho que será só o horror, mas também não acho que será a nossa redenção. Algumas coisas ficaram absolutamente evidenciadas. Quando falamos sobre os excluídos, até a nossa régua fica um pouquinho



NÃO TENHO A PERSPECTIVA SALVACIONISTA DE QUE TEREMOS, AO FIM DO PERÍODO PANDÊMICO, UM OUTRO MODO DE NORMALIDADE QUE REGENERE A DEGRADAÇÃO EXISTENTE NO ‘NORMAL’ ANTERIOR.

acima do que precisa ficar. Todavia, quando penso em inclusão precária, e não em exclusão, qual é o número de brasileiros excluídos do acesso à escolarização? Não é um número perto do que foi há 30 ou 40 anos – é muito menor –, mas, e a inclusão precária? Nos hospitais, nos locais de trabalho, na moradia, no transporte, essa inclusão precária tem de ser muito mais enfrentada do que a mera exclusão. Será difícil lidarmos com o pós-pandêmico sem que haja um tipo de acordo, não só no sentido político-partidário, mas de consenso nacional, para que consigamos cuidar do que será desastroso: condições de vida, de trabalho e de alimentação. É preciso que a sociedade, sobretudo aquela que tem condições mais sofisticadas, economicamente mais bem estruturadas, se disponha a financiar o apoio às pessoas que estão tendo, hoje, um agravamento das circunstâncias que já viviam e que ficaram muito mais pesadas.

GIOVANA BARRETO – Quais têm sido os maiores desafios da educação remota, especialmente para a escola pública? Quais os pontos fortes que já foram implementados? Há algo de bom que deve permanecer?

Que bom que podemos pensar nisso, mas lembrando que o ensino remoto vem sendo praticado de modos variados, há vários municípios no Brasil que adotaram o material delivery. A escola sabe que uma parte dos alunos não tem condição de acesso ao mundo digital e, por isso, entrega o material. Outras fazem como se fosse uma “marmita pedagógica”, no sentido mais bonito da palavra, em que os adultos que cuidam de crianças vão à escola e recebem, impresso, aquilo que foi feito de modo virtual em outro campo. Nos nossos mais de 5 mil municípios, essa realidade delivery, ou da busca da “marmita dentro da escola”, é muito limitada. E uma parcela, sim, tem a conexão. A primeira maneira de ensino a distância foi o livro. Você tinha uma atividade dentro de uma sala e levava para qualquer lugar algo que estava ali, guardado. Por isso o livro não desapareceu. Hoje, as tecnologias são convergentes, e não excludentes. Hoje, o ensino remoto é o possível nessa

circunstância, não é o melhor – porque não há esta estruturação –, mas o possível, ele é emergencial. Em larga escala se sabe, por exemplo, que a família não substitui a atividade da escola no seu território. O ensino em casa não é suplementar ao trabalho escolar, é complementar. Isso significa que pais, mães – ou adultos que tenham crianças e jovens em idade escolar – estão complementando aquilo que a docência precisa fazer. E temos, sim, um nível imenso de precarização nessa atividade, não só por questões tecnológicas. A docência, que é o meu caso, não é preparada. Ninguém estava preparado. A escola não estava preparada, mas nem outras estruturas, nem o mundo da produção agrícola, nem a organização na mídia. Agora, se fosse o secretário de Educação da cidade de São Paulo hoje, não retomaria as atividades no território escolar. Se há prejuízos para as famílias em termos alimentares e/ou de cuidados, pelo fato de as crianças não frequentarem escola, é necessário encontrar outro caminho para que não se perca este apoio. Mas, hoje, sem que se tenha nitidez dos movimentos que o vírus faz, a concentração [*de pessoas*] em um momento em que se busca evitá-la seria algo muito perigoso. O que fazer com o ensino remoto? Vamos ter de ordenar melhor as formas de fazer. Não podemos imaginar que pais e mães, só por que adultos são, tenham familiaridade com o mundo digital. Ademais, há um número grande de homens e mulheres – que estão tendo de lidar com as suas crianças na atividade complementar escolar – também sem escolaridade. Isso é a

realidade. No mundo real, concreto, tem de se levar em conta tudo isso. Por isso, ou se faz um esforço nacional para dar conta deste momento, ou aquilo que temos pode apenas ser um simulacro daquilo que é a educação escolar. E não fosse o esforço imenso de milhares de homens e mulheres na educação, sem desistir, preparando material, levando às casas, tentando contato, nossa ação desastrosa seria muito mais intensa.

GUILHERME – O senhor conviveu muito com Paulo Freire, o terceiro pensador mais estudado no campo das Ciências Humanas no mundo. Entretanto, o legado dele vem sendo criticado e chegou a ser cogitada a possibilidade de remoção do título de patrono da educação brasileira. A que atribuir todo este questionamento?

Há pessoas que são contrárias a Paulo Freire porque não concordam com as suas ideias pedagógicas. Elas as entendem bem, mas acham que, no campo da concepção da educação, teriam que ser modificadas. Portanto, seria uma interpretação de Paulo Freire na natureza didático-pedagógica ou de filosofia da educação, da qual elas têm uma discordância e, portanto, propõem algum tipo de revisão – ou até de lateralização da concepção freiriana de educação. Há um segundo grupo: o que não aceita Paulo Freire porque não consegue compreendê-lo. Isto é, não teve acesso a uma visão mais nítida sobre aquilo que ele fez. Portanto, é mal-entendido. E há uma terceira concepção, que é avessa a Paulo Freire,

não por não entendê-lo, mas por entendê-lo muito bem, na concepção política. Exatamente quem entende muito bem o que ele propõe busca desmontar a qualidade daquilo que elaborou. Insisto: nunca se falou tanto de Paulo Freire como nos dois anos mais recentes. Se, agora, ele estivesse vivo, o democrata que era, não seria contra que alguém contra a ele fosse. Jamais recusaria que alguém fosse avesso, nem deixaria de levar em conta alguém que propusesse retirar o título de patrono da educação brasileira, que tem desde 2012. Ainda assim, diria: “Faz parte do direito, use argumentos para tirar, argumentos”. Se a eficácia da teoria freiriana fosse tão forte a ponto de ter feito a cabeça de professores e estudantes, algumas pessoas não teriam sido eleitas no Brasil. Nesse sentido, acho que o pensamento freiriano, neste momento, é mal compreendido por alguns por ausência de estudo, e é muito bem compreendido por outros – e, por isso, a rejeição. Uma pessoa dizer genericamente, sem argumentar, é de uma fragilidade imensa. Democracia não é ausência de ordem, é ausência de opressão. E uma das coisas que conduzem à opressão é a impossibilidade de, inclusive, discordar. Discordância essa que não seja de má-fé, desrespeitosa, insolente, mas que carregue argumentos.

“
Qualidade que
não atinge
todos não
é qualidade,
é privilégio.



JÚNIOR – Recentemente, vimos o movimento Vidas Negras Importam nos Estados Unidos e o seu impacto para a retomada do debate da questão racial, dos privilégios. Qual a sua reflexão sobre este ponto e quais ações efetivas podemos ter para avaliar privilégios e usá-los em prol das pessoas que não os têm?

Lancei o livro *A diversidade, aprendendo a ser humano* exatamente para tratar destas questões. Um dos pontos que trago é que precisamos olhar com mais nitidez todas as estruturas de exclusão, de tal modo tão introjetadas, que normalmente não as percebemos. E, de repente, o famoso e verdadeiro racismo estrutural é marcante na forma de seletividade, na maneira de abordagem que se faz no campo da segurança – no modo, inclusive, da convivência em sociedade. É tão forte essa questão no Brasil que tem de se ter uma placa de advertência no elevador: “Não é permitida a exclusão, a discriminação, o preconceito por conta de etnia, de gênero, etc”. É tão forte que a placa está ali dizendo: “Atenção, é proibido ser desumano”. Se não houvesse esta estrutura, não haveria necessidade da frase. O que fazer? São dois movimentos: um de convicção interna, com uma educação escolar em especial, para que possamos demolir, identificar e recusar o que é preconceito e discriminação. Portanto, o lado do convencimento. Mas tem o lado da legislação, da pressão, do impedimento de as práticas de qualquer forma de discriminação ficarem impunes.

GIOVANA – O senhor expõe ideias interessantes sobre as diferenças entre conflito e confronto. Sinto uma precariedade em ensinar como lidar com esse conflito, como fazer o confronto se tornar um conflujo para que a gente possa crescer. Qual seria o impacto que isso traria para a educação?

Conflito é divergência de ideia, de postura, de concepção. Faz parte do processo de convivência, que busca consenso – ainda que provisório – para aquilo que nos diferencia e que não faz com que sejamos excluídos ou desprestigiados. Confronto é a busca de anulação da outra pessoa, é sempre excludente. O conflito busca, inclusive, quando há democracia social, a construção de um consenso mesmo que temporário, mas que sigamos adiante nossas atividades. Uma sociedade como a nossa não movimenta tanto a prática democrática quanto a participativa do conflito por entender que o conflito é ameaçador da ordem. Não, o que ameaça a ordem é o confronto. Claro que o confronto tem o seu lugar, ninguém em sã consciência imagina, por exemplo, que as forças de segurança, socialmente utilizadas, não sejam autorizadas ao uso de armamento quando assim deverá sê-lo, mas, no convívio cotidiano, o confronto tem de ser não só eletivo, como também muito circunstancial. Não podemos ter uma convivência humana belicista, que esteja o tempo todo preparada a resolver tudo pela guerra. É preciso, sim, construir o que é convivência – e, nisso, a escola pode auxiliar. Existe um modelo de relação marcado pela brutalidade, pela retórica furiosa, cuja finalidade não é dialogar, é aterrorizar. Ao aterrorizar, o valor da democracia, da convivência na diferença, se reduz, encolhe-se. O que seria o lugar da educação marcada pela procura da paz política, da harmonia social, de uma convivência não hipócrita, se ausenta.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

REFLEXÕES E DESAFIOS DE 2020

O Conselho Superior de Direito (CSD) da FecomercioSP tem se dedicado, até mesmo no período da pandemia, a estudar os grandes desafios do Brasil para sair da crise.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, JURISTA, PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE DIREITO DA FECOMERCIO-SP

Tem, inclusive, posicionamentos bem definidos quanto à Reforma Tributária; à Reforma Administrativa; ao consequencialismo jurídico – que, a rigor, desemboca num ativismo judicial –; à reeleição para a presidência do Senado; à manutenção do teto das despesas públicas; às Reformas Trabalhista e Previdenciária; e ao projeto de reforma do Código Comercial, além de outros assuntos jurídicos de menor impacto midiático.

Em relação à Reforma Tributária, o Conselho acredita que tanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 quanto a PEC 110 precisam ser discutidas com mais profundidade, pois faltam projeções mais precisas dos impactos que causarão nas receitas das entidades federativas (5.568 municípios, 26 Estados, Distrito Federal e União) e dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas. Pesam contra a PEC 45 a manutenção, por até dez anos, de dois regimes quanto aos impostos circulatórios, ou seja, do atual e do novo, o que implicará, necessariamente, um aumento da complexidade e do custo de obrigações acessórias.

Tanto uma quanto outra – o Conselho Superior de Direito prefere a PEC 110 à 45 – gerarão uma infinidade de alterações e, possivelmente, contestações conceituais que levarão anos para serem pacificadas na Suprema Corte, como ocorreu, por exemplo, com a adoção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), em 1967. Talvez o substitutivo apresentado pelo senador Major Olímpio seja a melhor proposta das três,

por simplificar, de um lado, e mexer menos no aspecto conceitual dos tributos, de outro.

Tem o conselho a sua própria proposta levada ao Congresso Nacional, consistente em 12 projetos de emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária e resolução do Senado, comentadas em outras publicações da Casa. Preferiria, entretanto, o conselho, no momento, apenas uma simplificação da legislação ordinária.

Quanto à Reforma Administrativa, o CSD apoia a proposta do governo, embora considere-a insuficiente. Se não for lancetado o custo da mão de obra pública, o peso dos privilégios sufocará o País, pois gastamos 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para pagar funcionários, contra 10,2%, em média, dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em relação ao ativismo do Supremo Tribunal Federal (STF), que invade constantemente atribuições constitucionais que não lhe cabem – pois pertinentes a outros poderes –, o conselho tem se manifestado contra, num apelo permanente para que os 11 ministros do Sodalício voltem a ser “guardiões da Constituição”, e não ativos legisladores ou recondutores de ações do Executivo.

A clareza do artigo 57, parágrafo 4º, da Constituição Federal (CF), proibindo a reeleição do presidente do Senado, fez o CSD prestigiar o texto da Lei Suprema.

Além disso, tem se posicionado contra algumas decisões judiciais que pretendem, sem sucesso, revogar as Reformas Trabalhista e Previdenciária e defendido a reforma do Código Comercial, pois o projeto teve origem no Conselho, por meio da pena do conselheiro Fábio Ulhoa Coelho.

Acresce-se a discussão mensal de todas as questões que afetam as áreas de comércio e de serviços, com o que seus debates, propostas aos executivos e legislativos, além de livros doutrinários de seus conselheiros, juristas de escol, acredita, este departamento superior da Instituição, estar contribuindo para a reflexão dos fundamentos de um Estado democrático de direito (artigo 1º da CF), alicerçado na harmonia e na independência dos poderes (artigo 2º da CF), assim como na luta para tirar o País das crises econômica, social e política nas quais se encontra.

&

SUSTENTABILIDADE GERADA NA PANDEMIA

É prematuro avaliar as mudanças efetivas e duradouras que a pandemia trouxe para a sociedade. Grandes transformações sociais esperadas podem não acontecer, ao passo que outras já são realidade, como o comércio eletrônico, o ensino a distância e o teletrabalho.

Ocorreu a expansão de serviços como plataformas de videoconferência, que passaram a ser amplamente usadas em reuniões corporativas, aulas, shows e confraternizações. A receita destas empresas cresceu cerca de 170% no primeiro trimestre deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Assim, a mobilidade urbana tende a melhorar nos grandes centros. Sempre se cogitou a necessidade de aumentar o transporte coletivo para dar conta das inúmeras viagens diárias de trabalho, estudo e compras, mas nunca se tinha pensado em diminuir os deslocamentos.

Algumas empresas já estão entregando seus luxuosos andares de escritórios e se deslocando para espaços menores (ou até compartilhados), uma vez que o teletrabalho será mantido, e as equipes se reunirão presencialmente com pouca frequência.

As consequências benéficas são: manutenção dos postos de trabalho, diminuição dos custos operacionais, redução dos poluentes locais e de emissão de gases de efeito estufa e digitalização de processos – incluindo de órgãos públicos –, como o licenciamento ambiental.

A pandemia também provocou a solidariedade entre pessoas físicas e jurídicas. Somente o Grupo Empresarial Solidário de São Paulo já recebeu mais de R\$ 1,8 bilhão (em dinheiro, produtos e serviços) integralmente aplicado em estratégias de contenção da pandemia.

Neste contexto, as empresas estão num processo de transição do capitalismo do lucro focado nos acionistas para aquele com propósito nas “partes interessadas” (stakeholders). É tempo de alinhamento com compromissos ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês).

O Fórum Econômico Mundial, em seu último encontro, anunciou um conjunto de indicadores para planejar, avaliar e comunicar a atuação empresarial baseada em ESG. Fundos de investimento também ranqueiam empresas por esses critérios.

Empresas vêm contratando especialistas em ESG e criando diretorias da área. Em crises anteriores, o departamento ambiental era o primeiro a sofrer cortes – e a pandemia veio mudar esta lógica.

Desta forma, as empresas precisam monitorar emissões de gases de efeito estufa; consumos de água, energia e embalagens; e geração de resíduos sólidos. Devem incorporar práticas que reduzam impactos no ar, no solo e na água. Os negócios precisam ser baseados na economia circular e de baixo carbono – por isso, a participação em sistemas de logística reversa é fundamental.

Também as empresas necessitam garantir diversidade e inclusão, igualdade e paridade salarial; cadeia de fornecimento sem trabalho infantil ou forçado; além de uma gestão sem corrupção e que siga todos os aspectos legais de onde está inserida.

O ano de 2020 foi essencialmente de aprendizado, consolidação de parcerias e reconhecimento da importância de troca de experiências, como as vivenciadas no Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP.

Para 2021, é certo que o planejamento das atividades econômicas seja pautado no desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos ESG.

Contudo, a curtíssimo prazo, urgente é a agenda ambiental brasileira com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa: honrar o Acordo de Paris e a preservação da Floresta Amazônica. E concentrar os esforços em questões globais e locais de desenvolvimento sustentável, que se inter-relacionam. É assim que o Brasil e as empresas se planejam para 2021.

&



O PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE

ENTREVISTA REALIZADA
EM ABRIL DE 2020

ENTREVISTA **████████**
RENATO GALENO **████████**
FOTOS **████████**
DIVULGAÇÃO **████████**

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO SÃO AS PRINCIPAIS ARMAS PARA ENFRENTAR A BATALHA DA DESINFORMAÇÃO E DO OBSCURANTISMO HISTÓRICO. A OPINIÃO É DA HISTORIADORA, PROFESSORA E ESCRITORA **MARY DEL PRIORE**, AUTORA DE MAIS DE 45 LIVROS SOBRE HISTÓRIA. ENTRE ELES, *O PRÍNCIPE MALDITO*, *HISTÓRIAS ÍNTIMAS* E A SÉRIE *HISTÓRIAS DA GENTE BRASILEIRA*, DIVIDIDA EM QUATRO VOLUMES. ASSIM COMO OCORRE, HOJE, EM RELAÇÃO AO COVID-19, NA ÉPOCA DA GRIPE ESPANHOLA, SURGIRAM REMÉDIOS MILAGROSOS SEM EFICÁCIA COMPROVADA E HOUVE MUITA FALTA DE INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO À DOENÇA QUE DIZIMOU MILHÕES DE PESSOAS NO INÍCIO DO SÉCULO 20. “A HISTÓRIA É UM CONSENSO COLETIVO. É AQUILO QUE VOCÊ SABE COM AQUILO QUE EU SEI – JUNTAMENTE À DOCUMENTAÇÃO – BEM INTERPRETADOS E BEM CRITICADOS”, ENSINA MARY.

Uma das melhores formas de entendermos o presente é olharmos para o passado. O que foi a gripe espanhola?

Os médicos, até hoje, se perguntam onde teria nascido. Ela aparece num cenário bastante turbulento. Há quem diga que teria vindo da colônia francesa na Indochina, com os batalhões que foram servir na Primeira Guerra Mundial. Também, nos Estados Unidos, houve uma enorme epidemia. As comunicações, tal como as redes sociais hoje, estavam muito ativas. O telégrafo mandava notícias e se via que, além do horror da guerra, havia essa pandemia. E por que este nome? A Espanha, neutra na Primeira Guerra, não censurava os jornais, que noticiavam as primeiras informações sobre populações inteiras que estavam desaparecendo. Mas como chegou ao Brasil? A primeira informação é de que uma missão militar médica brasileira foi para atender soldados feridos em Dacar e, posteriormente, contaminou-se. O País, com as suas cidades litorâneas e enorme costa, sempre foi, desde o período colonial, porto para epidemias: a variola (que dizimou nações indígenas), a febre amarela e a gripe espanhola. O Rio de Janeiro perdeu 15 mil pessoas e cerca de 600 mil foram contaminadas, equivalente a 66% da população da cidade na época. A capital federal estava saindo de uma reforma feita pelo prefeito Pereira Passos, com a abertura da avenida Central, todos os casarões antigos postos abaixo. As pessoas, fascinadas com a nova cidade, não se deram conta do que estava acontecendo. Da mesma maneira que, hoje, há uma corrida atrás de remédios sobre os quais não se tem muita certeza da eficácia, como a cloroquina, naquela época também acontecia isso. Remédios para prisão de ventre, tosse e receituário médico de fundo de quintal (como mel e agrião) fizeram a felicidade dos charlatães. Os hospitais do Rio e de São Paulo não tinham nenhuma condição de receber os doentes. A solidariedade, sobretudo nas colônias imigrantes, foi fundamental para conter a epidemia. É óbvio que, quando Carlos Chagas entrou em cena e propôs a quarentena, inclusive nos barcos – impedindo estrangeiros de entrar no Brasil e sugerindo que as pessoas ficassem nas suas casas –, a coisa começou a funcionar.

O Estado foi atuante e agiu de maneira unificada e organizada? A população aceitou o que o Estado propunha? Que relação pode ser feita com o que acontece hoje?

Diferentemente de hoje, o Estado estava totalmente despreparado, e não se sabia o que era a doença. Daí a importância da ciência, de ouvirmos os médicos. Naquela época, ninguém sabia de nada, havia uma enorme interrogação sobre que mal seria esse – sem contar que era um País de pessoas majoritariamente analfabetas. Junte-se a isso a censura aos jornais por causa da guerra, portanto, a informação não chegava às pessoas. A literatura mostra, por meio de relatos, como era o dia a dia, o medo disseminado nas cidades, o convívio com os mortos e todo mundo dentro de casa. São quadros muito vivos do que foi o terror dessa pandemia, que durou pouquíssimo. Esta é outra diferença para os dias de hoje: ela chegou entre outubro e novembro de 1918, atravessou os meses de verão e já houve calmaria em março, quando as cidades voltaram ao normal.

“É NA INTIMIDADE QUE O BRASILEIRO SE REVELA REALMENTE, POIS TEMOS UMA MORAL DENTRO DE CASA E UMA MORAL FORA DE CASA.”



Houve *fake news* durante a gripe espanhola?

Sim. Os alemães eram os grandes inimigos. Quando estavam fazendo os últimos movimentos para entrar na França, o que se dizia é que submarinos alemães se encarregavam de lançar, no litoral das cidades europeias e da costa norte-americana, garrafas com o tal vírus da gripe espanhola, que seriam abertas por curiosos e o vírus se disseminaria.

Há um certo cansaço da população com a quarentena. Houve algo semelhante na gripe espanhola? A população aderiu imediatamente à quarentena ou apenas depois que o alto índice de mortes era conhecido?

Como não havia nenhuma organização na época neste sentido, prevalecia a ignorância sobre a proveniência do vírus, o que ele trazia ou como curá-lo. Ninguém sabia nada. E estamos diante do mesmo impasse: não há fórmulas para curar o covid-19. Só podemos lamentar este desajuste que estamos sofrendo – e vale acrescentar o desespero da população, so-

bretudo das camadas menos favorecidas. Há também um cansaço psíquico de ficar entre quatro paredes. Tudo isso é muito cansativo.

Num momento como o atual, de pandemia, esta questão da falta de preparo dos governantes ganha importância maior?

Sem dúvida. Nós não conseguimos prever mais nada sobre o que vai acontecer nos mundos do trabalho e da política. Isso nos convida a pensar em grandes personagens, como Winston Churchill e o general Charles de Gaulle, criaturas que marcaram a história do mundo pela sensatez e pelo compromisso com o povo. Acho que estamos muito longe destas grandes figuras. Entretanto, acho também que a vida política mudou. O que a população exige, hoje, são gestores e administradores.

Há uma postura de oposição ao conhecimento e à ciência. É possível que surja a percepção de que este obscurantismo tenha limites num mundo pós-pandêmico?

A única solução para qualquer forma de obscurantismo é a educação. Educar significa expor. Quando se é responsável, casa-se com a ideia. E quem tem de se responsabilizar com a educação não são apenas os governantes, mas a sociedade como um todo. Há também obscurantismo na extrema-direita e na extrema-esquerda, e tudo aquilo que limita a discussão e o debate é uma forma de obscurantismo.

Está sendo difícil ser historiadora neste momento em que o passado virou um campo de batalha?

Nós temos de ir para um campo de batalha armado das boas armas, justamente para mostrar que estas configurações são absolutamente ideológicas e que os fatos históricos se impõem. Alguém dizer que não existiu campo de concentração, por exemplo, é uma forma de revisionismo que não só agride uma população importante, mas todas as evidências que temos. Basta ir até a Polônia que teremos evidências de um campo de concentração. A história é um consenso coletivo, é aquilo que você sabe com aquilo que eu sei – juntamente à documentação –, bem interpretados e bem criticados.

O que a levou a escolher as pessoas comuns para a grande série, de quatro livros, em *Histórias da gente brasileira*?

Durante séculos, a história se limitou a contar sobre imperadores, santos da Idade Média e grandes homens do Renascimento. No início do século 20, começou-se a usar a expressão: “Vamos estudar as pessoas de baixo, que as de cima já estão bem estudadas”. Com o marxismo dos anos 1950 e 1960, tornou-se uma postura ideológica trabalhar com os pobres, as camadas desfavorecidas e as minorias exploradas. O que se repete na vida destas pessoas? É a vida privada, a intimidade, nas quais não apenas os gestos se repetem, mas as tradições, as formas mentais que, de alguma maneira, nos encaminham para regimes de pensamento e ações políticas determinadas. Tudo isso é gestado na intimidade. Eu digo que é na intimidade que o brasileiro se revela realmente, pois nós temos uma moral dentro de casa e uma moral fora dela.



Esta dupla moral se aplica ao caso brasileiro?

Nós somos tradicionalmente muito conservadores. No quarto volume da série, que trabalha o período entre 1950 e 2000, isso fica muito claro. Venho tentando iluminar o “lado B” disso, que alguns chamam de “ditadura militar” e outros, de “revolução”. Nós poderíamos simplesmente ficar com a noção de ditadura militar se quiséssemos desconhecer que a classe média brasileira, nos anos 1960, 1970 e 1980, apoiou de forma veemente o regime militar. Até a crise da década de 1980, o Brasil enriqueceu. Nesses “anos de ouro”, foram criadas estatais que deram emprego a milhares de pessoas, foram feitas obras de infraestrutura que mostraram a essa “gente de baixo” que elas podiam ter décimo terceiro salário e férias; comprar o primeiro fusca, a primeira televisão. Esse é um momento em que surgem supermercados e shopping centers. Surge o brasileiro consumidor. É como se não tivéssemos tido tempo de nos educarmos como cidadãos e passamos direto ao consumo. O perfil do jovem brasileiro é muito interessante nos anos 1980. São pessoas que querem ter um Corcel ou um Opala, subir na vida, trabalhar e ganhar dinheiro, e a percepção da importância da ecologia é muito baixa. As eleições, nos últimos anos, têm tudo a ver com os perfis que aparecem nessa época. Quando “levantamos o tapete” do Brasil em 1980 e 1990, verificamos que temos muitos consumidores, mas pouca cidadania e pouca preocupação com a política, o que, talvez, explique o Brasil do século 21.

E o papel feminino na sociedade brasileira? Esta história de sujeição das mulheres em relação aos homens começa a dar sinais de que está se esgotando ou não?

Acho que o patriarcalismo está se esgotando por ele mesmo. Desde o fim das chamadas “casas-grandes”, no Nordeste, o poder do patriarca vem se transformando, muito pela insubordinação dos filhos, que vão estudar na cidade grande e fazem casamentos que não são mais endogâmicos [*consanguíneos*], nem em favor de politicagem, são por amor. Após a conquista do voto, houve uma participação política de mulheres muito importante. Com a chegada da pílula anticoncepcional, reduziu-se a média de filhos, o que deu à mulher melhores condições de estar fora, ganhando a sua vida, o seu trabalho. E no momento em que a mulher chega em casa, ao fim do mês, com um salário – que, muitas vezes, vai pagar o aluguel, a comida e o colégio dos filhos –, há uma crise de virilidade, tal como ela foi concebida e construída ao longo dos séculos.

Sobre a ideia do público e do privado, uma pergunta dura e direta: a gente brasileira é hipócrita?

Eu não diria hipócrita. É resultado da construção de uma dupla moral que vem desde 1535, porque existiu uma interferência da Igreja muito grande, esvaziando, sobretudo no que diz respeito ao casamento, as práticas sexuais de tudo aquilo que fosse prazeroso, erótico. O casamento era voltado exclusivamente à procriação. Isso era o eixo da vida social.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

&

O

DANIEL BUARQUE, PESQUISADOR NO PROGRAMA DE DOUTORADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRAZIL INSTITUTE, DO KING'S COLLEGE LONDON (KCL), E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IRI) DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). É JORNALISTA, TEM MESTRADO EM BRAZIL IN GLOBAL PERSPECTIVE PELO KCL E É AUTOR DE *BRAZIL, UM PAÍS DO PRESENTE*.

DIPLOMACIA DE COMBATE

O Brasil vem sofrendo erosão do seu prestígio global desde 2013. Todos os principais indicadores de percepção externa indicam que as crises econômica, social e política, pelas quais passa, desde então tiveram forte impacto sobre a sua reputação no mundo. Mesmo com a Copa e as Olimpíadas, o País tem perdido a influência do seu *soft power* – a principal ferramenta usada para reforçar a sua inserção internacional. E a situação piorou com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, com cobertura muito crítica na mídia estrangeira. Depois de anos de perdas de influência e *soft power*, o novo governo parece ter mudado a estratégia histórica das relações exteriores. Em vez de tentar retomar a força do “poder brando” e melhorar a reputação internacional, a política externa assumiu postura mais belicosa ao flertar com o *hard power*, conceito usado para descrever a força militar e a capacidade de se impor globalmente por ela.

Isso ficou claro desde 2019, na postura de rompimento diplomático com a ditadura de Nicolás Maduro na Venezuela, discursos críticos à comunidade internacional na ONU, críticas à China, declarações sobre supostos interesses escusos na Amazônia, ataques a governos europeus e até ofensas à primeira-dama da França.

Só os Estados Unidos parecem ser poupados de qualquer crítica em razão da admiração declarada de Bolsonaro por Donald Trump. E o Brasil chegou a receber a visita do secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, às instalações da Operação Acolhida, em Roraima, na fronteira com a Venezuela.

A tentativa de projeção de poder bruto possivelmente teve o seu auge em setembro, quando o Exército realizou a Operação Amazônia, exercício militar sem precedentes, que custou R\$ 8,9 milhões aos cofres públicos e mobilizou cerca de 3,6 mil militares contra um fictício “exército vermelho”.

Em nome de uma suposta defesa da soberania nacional e contra o que vê como “globalismo”, o governo mudou a chave da sua tradição diplomática, deixando de lado os princípios históricos de cooperação e postura de pacifismo global. O Itamaraty se transformou para assumir uma “diplomacia de combate”, como batizou o ex-chanceler Celso Lafer.

A estratégia pode até fazer sentido numa avaliação da teoria realista de relações internacionais, em que a força bruta é o que conta como medida de poder e segurança de um país. A postura de combate e o alinhamento aos Estados Unidos passariam a determinar a nova posição brasileira na geopolítica global.

No entanto, a mudança de postura não se dá sem turbulências e tem gerado críticas. Ex-ministros das Relações Exteriores acusaram esta nova diplomacia de contrariar os princípios da Constituição. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chamou a visita de Pompeo de “afronta às tradições de autonomia e altivez”.

Embora o governo argumente que a eleição democrática forneça mandato para determinar a política externa, a transformação deixa para trás mais de um século de tradição diplomática formada no Itamaraty, desde os tempos do Barão do Rio Branco. Para Lafer, os princípios da diplomacia brasileira estão esquecidos, uma vez que são favoráveis à cooperação, não ao combate.

Ao deixar de lado a busca por consenso e equilíbrio (e tentar assumir uma posição de força), o País corre grande risco e pode acabar sem nenhuma forma de projeção. O Brasil arrisca perder o apelo histórico do seu *soft power* sem conseguir acumular *hard power* suficiente para ganhar relevância mundial – sem chegar perto de potências como Estados Unidos e Rússia. Assim, pode passar a ter uma influência ainda mais encolhida na política global.

&



Em um passado não distante, costumava-se definir “brasilianistas” como acadêmicos, na maioria norte-americanos, que estudavam o Brasil. Possivelmente, o primeiro a utilizar o termo foi Francisco de Assis Barbosa, em 1969, quando da publicação do livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, para descrever e apresentar o autor, Thomas Skidmore.

O termo “brasilianista” tinha um quê de pejorativo, principalmente em certos círculos acadêmicos brasileiros que sofriam restrições e perseguições no regime vigente. Afinal, um “estrangeiro”, muitas vezes, tinha mais acesso a arquivos e dados do que muitos brasileiros. O “brasilianista” era visto, por alguns, como agente acadêmico do imperialismo norte-americano. O grande Darcy Ribeiro, no memorável texto *Três pragas acadêmicas*, inclui os “brasilianistas” como uma delas, dizendo: “A segunda praga foi a dos *brazilianistas*. Proibidos os brasileiros de estudar criticamente nossa realidade social, o Brasil se viu invadido por dezenas de bisonhos universitários norte-americanos, ansiosos todos por nos entender e nos explicar através de teses doutorais e de relatórios de pesquisa”.

Tempo e espaço precisam ser repensados hoje, quando falamos dos brasilianistas. Nestes últimos 50 anos, muito intercâmbio acadêmico ocorreu entre pesquisadores e instituições brasileiras e estrangeiras, não apenas restrito a Estados Unidos e Europa, mas também com forte ampliação de diálogo com pesquisadores africanos e asiáticos. Um diálogo frutífero

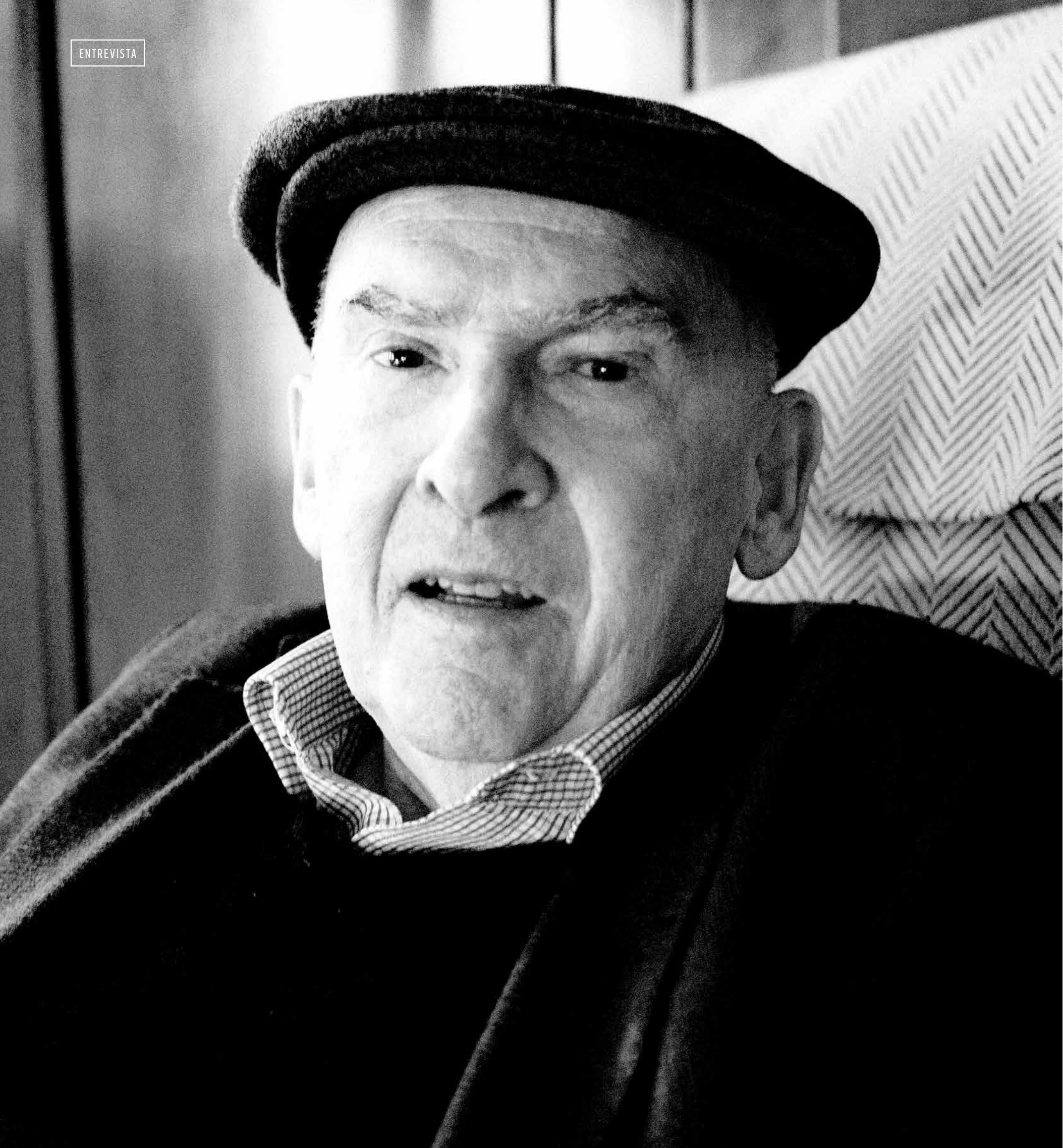
e provocador – muitas vezes com aquela polêmica necessária para o desenvolvimento de ideias realmente relevantes – vem ocorrendo entre os brasilianistas, que já não são necessariamente estrangeiros que estudam o Brasil de fora para dentro.

Fronteiras intelectuais, neste contexto, são questionadas e questionáveis. Se, em anos mais recentes, brasileiros já passaram a ocupar um espaço dos pensamentos acadêmico e científico internacionalmente no que diz respeito aos Estudos Brasileiros, isso se tornou exponencial nesta nova arena de debate online que a pandemia nos obrigou a assumir.

O que antes, muitas vezes, dependia de viagens custosas para participações em congressos e outras atividades acadêmicas, excluindo atores relevantes do pensamento brasileiro por limitações econômicas e temporais, não é mais um fator de restrição. A nova arena na qual nos lançamos como acadêmicos nesta dimensão online só tende a favorecer um repensar sobre a quem chamamos de “brasilianistas”.

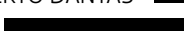
Compreensões novas de espaço e tempo estão ajudando, mesmo dentro do Brasil, a expandir os meios para que diversos atores, comumente excluídos do espaço acadêmico, passem a dispor de plataformas de discussões e debates.

&



LACUNA NA LIDERANÇA DE OPOSIÇÃO

ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2020

ENTREVISTA 
HUMBERTO DANTAS 
FOTOS 
RENATO PARADA 
E DIVULGAÇÃO 

PARA **BORIS FAUSTO**, HISTORIADOR E CIENTISTA POLÍTICO, UM DOS INTELLECTUAIS MAIS RESPEITADOS DO PAÍS E AUTOR DE LIVROS COMO *HISTÓRIA DO BRASIL* E *GETÚLIO VARGAS – O PODER E O SORRISO*, A DEMOCRACIA NO PAÍS CORRE RISCOS DIANTE DA POUCA HABILIDADE POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL. SUA MAIOR PREOCUPAÇÃO É A AUSÊNCIA DE UMA LIDERANÇA DEMOCRÁTICA DA OPOSIÇÃO, CUJO CARISMA CONQUISTE A MASSA POPULAR E A CLASSE MÉDIA. “NÃO TEMOS NENHUMA PESSOA QUE, PELO MENOS, DESENHE COM ESTA FORÇA QUE SE ANTEPONHA A ESTAS CONDIÇÕES LAMENTÁVEIS DA NOSSA POLÍTICA, DAS NOSSAS SITUAÇÕES SOCIAL E ECONÔMICA, ETC.”, EXPLICA FAUSTO, PARA QUEM O EX-MINISTRO E EX-JUIZ SERGIO MORO, UM DOS SÍMBOLOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO DURANTE A LAVA JATO, FOI USADO PELO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO.

É possível estabelecer relação entre a maneira do atual governo trabalhar e o movimento tenentista da década de 1930? Acho que a comparação não vai muito longe, porque o movimento tenentista era formado por figuras dos quadros médios do Exército. Em geral, eram bastante autoritários. Neste ponto, assemelha-se ao governo presente. Mas eles fizeram toda uma carreira para enfrentar os detentores de poder e tinham a pretensão clara de transformar esse País. Se formos comparar com o governo atual, acho que é ofender os tenentes, pelos quais tenho muitas restrições, mas o que está aí, hoje, não dá. É preciso respeitar os tenentes, fossem eles Prestes [Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do movimento tenentista] ou Juarez Távora, que se inclinou à direita e foi candidato à Presidência da República.

O senhor coloca Getúlio Vargas como um agente que teve habilidade para tratar com esta lógica dos tenentes. Talvez hoje não tenhamos figuras hábeis o suficiente no Palácio do Planalto, nem entre os militares. Existe algum risco associado a essas incapacidades? O risco é o da [extinção da] democracia. Tempos atrás, andávamos na “corda bamba”, mas, agora, estamos quase descendo ao fundo do poço. Então, o risco à democracia está muito presente pelas razões que você está indicando, além de outras. Considero este governo desastroso. Seria preciso uma voz democrática que conseguisse encarnar a oposição; um programa de oposição com força suficiente e capacidade de transmitir suas ideias à grande massa popular, à classe média, etc. Nós não temos este nome – acho que esse é o grande problema do momento. Um Rodrigo Maia na presidência da Câmara dos Deputados faz muito, mas ele não tem este carisma, ele mesmo diz. Não temos nenhuma pessoa que, pelo menos, desenhe com esta força que se anteponha a estas condições lamentáveis da nossa política, das nossas situações social e econômica, etc. Acho um drama muito sério o momento que estamos vivendo.

O semblante desta liderança, talvez, hoje, encarnada num presidente da República pouco afeito a sofisticadas mínimas atreladas à democracia, não dialoga muito com a sensação da própria sociedade em relação à democracia e à sua crise de representatividade? Sem dúvida, isso que você está dizendo é mais um passo dos problemas que enfrentamos. Acho que não é só um problema do Brasil, mas também de outros países muito carentes no sentido das necessidades não preenchidas da população. Até em países mais avançados existe a procura do homem salvador, que unifica a nação. É um fenômeno comum, mas que se acentua muito em países como o Brasil. Por isso, temos de insistir na importância das instituições. É muito positivo que as apoiemos, como o Judiciário ou a Câmara dos Deputados, com todas funcionando legalmente e de maneira razoável. Mas isso não basta para tirar o País da situação de corrosão acentuada da democracia.

A corrosão, por vezes, não pode nos dar a sensação de que estamos querendo conter corrosão com mais corrosão? Por exemplo, no caso da reeleição de Rodrigo Maia para mais um mandato como presidente na Câmara dos Deputados, a qual a Constituição proíbe. Ou quando enxergamos os ímpetos legislativos da Justiça Eleitoral, sempre justificados sobre a lógica da interpretação da lei. Estamos “apagando o fogo com gasolina”? Eu diria que estamos “apagando não com gasolina”, porque o fogo aumenta a fogueira total e queima todos. Acho que não chega a isso, mas não é, certamente, o melhor caminho que devemos empreender. Rodrigo Maia, por exemplo, se está na legislação que possa ser reeleito, ótimo. Agora, se a legislação veda, é uma pena, lastimo, mas não é possível sim-

A SITUAÇÃO É MUITO DIFÍCIL, MAS NÃO HÁ DÚVIDA DE UMA COISA: AS INSTITUIÇÕES ESTÃO RESISTINDO A UMA INVASÃO DE ATITUDES AUTORITÁRIAS, INTEMPESTIVAS E NÃO APROPRIADAS – POR EXEMPLO, A UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

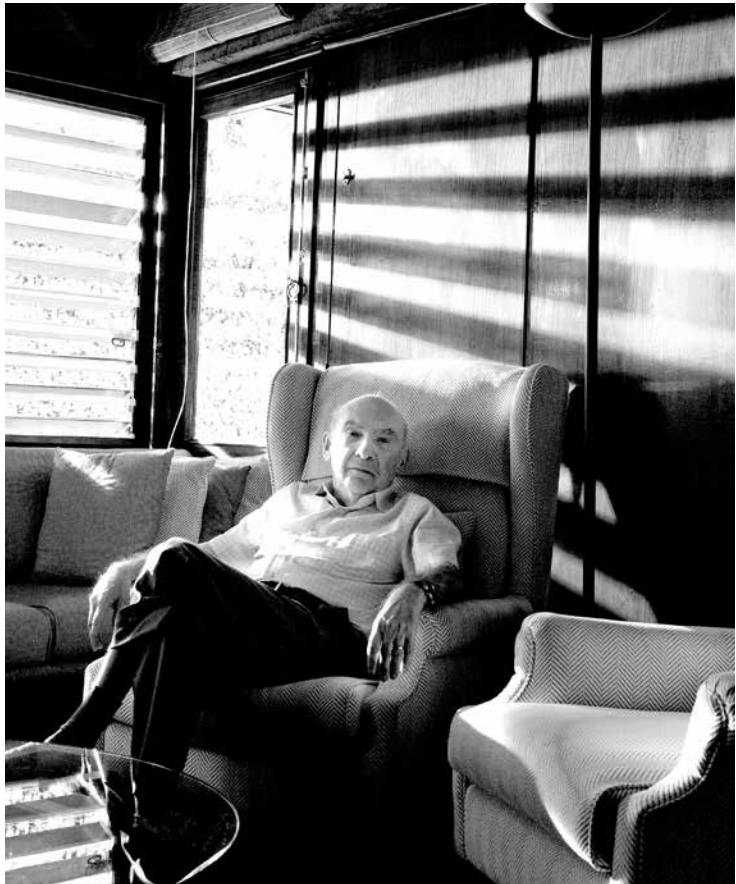


Foto: Divulgação

plesmente apagar a lei. Então, nessa corrosão toda, acrescentaríamos mais corrosão. Quanto à questão da Justiça Eleitoral, há, sim, invasão de atribuições. É preciso seguir a legislação e interpretar sempre que possível; não se apegar à letra da lei para não cometer absurdos. Contudo, também não se pode violar a lei, porque essa violação acaba se voltando contra nós, os cidadãos.

Alguns acadêmicos dizem que as instituições se mantêm sólidas e funcionando, e isso nos daria uma clareza muito grande a respeito da pujança da nossa democracia. Para outros, um presidente da República falando contra o Congresso e estimulando eventos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) criam uma lógica muito problemática. O senhor acredita no bom funcionamento das instituições? A situação é muito difícil, mas não há dúvida de uma coisa: as instituições estão resistindo

a uma invasão de atitudes autoritárias, intempestivas e não apropriadas, por exemplo, a um presidente da República. Mas essas instituições estão bastante atingidas pelo que vem acontecendo.

Existe uma discussão dizendo que talvez nos falte um choque de colegiado – talvez isso não diga respeito apenas ao Poder Judiciário, mas, por vezes, ao Legislativo. Existem prerrogativas muito concentradas nas mãos, por exemplo, do presidente da Câmara dos Deputados, como a abertura ou não de um processo de impeachment ou mesmo o encaminhamento de um processo para o Conselho de Ética da Câmara. Falta um choque de colegiado? É algo cultural, e precisaríamos pensar um pouco nas raízes deste personalismo de uma pessoa decidir. Uma coisa que serviu para a situação é a morosidade das decisões de órgãos colegiados variados, como o Judiciário ou o Congresso. Então, isso levou a uma situ-

ação de aceleração com decisões monocráticas. Existe o poder excessivo que se confere a determinados postos. No caso do Legislativo, por exemplo, é nítido em relação aos presidentes da Câmara e do Senado. Vejamos, no caso do deputado Rodrigo Maia, quem já elogiei algumas vezes: ele arquivou ou deixou em “banho-maria” os inúmeros pedidos de impeachment do presidente da República. Ele poderá dizer: “Isso é prerrogativa minha [como presidente da Câmara]. Avaliando a conjuntura, não é conveniente, do ponto de vista político, levar estes processos adiante”. Isso não é bom. Não é possível que ele tivesse um número tão grande de atribuições.

O pedido de impeachment está muito associado a uma lógica política. A despeito do cenário político polarizado que vivemos no Brasil, quem segura o presidente Bolsonaro no poder é uma parcela do povo? É uma parcela do povo, sim. O impeachment é essencialmente um instrumento jurídico e político, com muita ênfase no “político”. Diria que um apoio popular forte pelo impeachment é condição quase essencial para que o pedido possa, ao menos, ir para frente. Independentemente do que pensemos, não há condições para prosseguir um impeachment no País. Há inúmeras condições jurídicas, mas não políticas. E uma das condições políticas que fazem falta é esta que você apontou: a forma como a opinião pública está dividida. O presidente Bolsonaro está, hoje, na melhor situação do seu mandato. Então, falar em impeachment, dadas estas características, neste momento, é impróprio.



O impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, se transformou quase em unanimidade. Entre outros motivos, “afundar o barco” de Collor parecia tão desafiador quanto afundar uma canoa. A diferença, talvez, para o impeachment sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff é que afundar um projeto do tamanho que o PT estabeleceu para o País, goste ou não dele, seria infinitamente mais traumático. Se nós não tivéssemos o impeachment e assistido a uma presidente com todas as dificuldades que ela tinha para governar na época, dá pra traçar algum tipo de cenário do que seria a nossa realidade hoje?

O impeachment de Dilma Rousseff fazia sentido, principalmente, porque o PT tinha entrado numa linha de corrupção muito acentuada. Dilma perdera a capacidade de governar, não se entendia com grande parte do Legislativo. Os riscos econômicos e financeiros da situação eram muito elevados. Então, isso justificaria um impeachment. Estou dizendo todas essas razões simplesmente para dizer que, do ponto de vista dos progressistas, essa hipótese não parecia descabida, inviável. Tanto é que o processo tinha a subscrição de pelo menos dois nomes acima de qualquer suspeita: o procurador Hélio Bicudo e o professor Miguel Reale Júnior. Esse é o quadro que me pareceu na época. Agora, deveríamos ter prestado mais atenção a algo que pouca gente o fez: o avanço articulado da direita no Brasil. Aí, bato no peito e digo: “Mea culpa”. A votação do impeachment já

foi uma demonstração, pelo menos de uma parte dos congressistas, de quem era aquela gente: profundamente conservadora ou mesmo abertamente reacionária, em que se destacou o atual presidente da República, que aproveitou do momento para fazer a defesa do Coronel Ustra, responsável por episódios de tortura na ditadura militar. Na realidade, vendo isso, agora, tenho a impressão que havia, de fato, uma engrenagem preparada para tirar Dilma do poder. Não estou dizendo que o PT fosse isento de enormes culpas de várias naturezas. Revejo isso porque, embora não fosse inevitável, ainda era possível uma outra saída, um outro caminho. Claro que não temos resposta para isso, porque esse outro caminho não aconteceu, mas, talvez, as coisas poderiam ter andado melhor se o mandato de Dilma tivesse ido até o fim.

Como o senhor analisa o trabalho de Sergio Moro, não apenas como ex-ministro, mas também como ex-juiz?
O que ele representa, hoje, para o País?

Acho que ele foi realmente usado por Bolsonaro. Ele se deixou levar. Também temos culpa quando somos usados. Isso demonstra simplesmente uma coisa: o presidente – acho que isso já se tornou cada vez mais claro – pode ser rude, mas é hábil e esperto. Ele é, para os fins dele na sua maneira de agir, uma pessoa perspicaz e que sabe manejar um “joguinho triste”. Mas ele sabe manejar esse jogo. Creio que o exemplo do Moro seja bastante expressivo.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



FOTOS: 1. NAVI PILLAY – OHCHR; 2. ANDRÉ LARA RESENDE – BEL PEDROSA/DIVULGAÇÃO; 3. KÁTUSCIA RIBEIRO – DIVULGAÇÃO; 4. SÉRGIO ABRANCHES – CHICO CERCHIARO; 5. ANA CLAUDIA QUINTANA – DIVULGAÇÃO; 6. JULIA SEKULA – ARETE FOTOGRAFIA.

UM BRASIL

O QUE PODEMOS APRENDER COM TUDO O QUE ACONTECEU NESTE ANO?

O **UM BRASIL** é um canal de entrevistas que busca o diálogo permanente e a troca de ideias sobre o País e sua identidade. No meio das mudanças e transformações que vivemos em 2020, intensificamos nosso trabalho e promovemos o debate em torno de tudo o que acontecia ao nosso redor. Mesmo com as limitações impostas pelo distanciamento e pelo isolamento social, conversamos com pessoas que trazem contribuições relevantes e visões surpreendentes. Seja como um retrato do que passamos, seja como a base das suas reflexões sobre o presente e o futuro, fica a dica: confira **algumas entrevistas publicadas nesta edição da PB.**

No nosso canal, tem muito mais!

WWW.UMBRASIL.COM



[@canalumbrasil](https://www.instagram.com/canalumbrasil)

UMA REALIZAÇÃO
FECOMERCIOSP

PARA TODO PODER, UM FREIO

HELGA ALMEIDA,
PROFESSORA DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
VALE DO SÃO
FRANCISCO
(UNIVASF)

**JOSÉ MÁRIO
GOMES,**
PROFESSOR DA
UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE
PERNAMBUCO
(UNICAP)

PAULO PERES,
PROFESSOR DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO GRANDE DO
SUL (UFRGS)

Qual o sentido da separação de poderes? Enganosa é a impressão de que cada agente político exerça suas atividades sem ser incomodado pelos demais: a existência de funções institucionais primárias ocorre simultaneamente ao exercício de freios e contrapesos. Para cada ação, uma reação: para todo poder, um freio.

A separação dos poderes foi objeto de importantes autores da filosofia política – Platão, Aristóteles, Maquiavel, Locke –, mas foi com os ventos do Iluminismo e pela letra de Barão de Montesquieu que ela encontrou robustez. Em *O espírito das leis*, Montesquieu entendia que, numa república democrática, o poder deveria ser dividido entre os corpos políticos (Executivo, Legislativo e Judiciário) para que não houvesse risco de despotismo. Indesejável seria que um mesmo corpo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes. Assim, a chave para formar um governo moderado estaria no ato de combinar os poderes, regulá-los, temperá-los e fazê-los agir, dando, assim, condições para que um possa resistir ao outro. No entanto, nosso caro Barão já

adiantava que este equilíbrio de poderes não seria fácil. Para ele, o modelo perfeito de freios e contrapesos seria fruto de uma obra-prima de legislação e só poderia ser visto raramente.

Esta engenharia constitucional foi posta em prática unindo a divisão dos poderes em três instâncias institucionais, uma forma de governo presidencialista e, ainda, um arranjo federativo. Para Tocqueville, em *A democracia na América*, este desenho constitucional foi um dos principais responsáveis pela articulação dos direitos naturais com a soberania popular, porque o sistema de pesos e contrapesos dele derivado evitava a concentração de poder – logo, afastava a tirania da maioria.

Por sua vez, Hamilton, em *Os artigos federalistas*, considerava a “distribuição regular do poder em departamentos, a introdução dos pesos e contrapesos, a instituição da Corte, a representação popular”, como elementos responsáveis pelo progresso das sociedades modernas, emergindo ali a democracia representativa: uma junção da soberania popular (fonte do poder) com a engenharia constitucional da teoria política liberal (distribuição do poder), garantidora dos direitos individuais.

O debate ganha relevância no cenário brasileiro, no qual assistimos diariamente membros dos três poderes produzirem ataques verbais às atividades dos demais. Conservar a separação de poderes, na dinâmica institucional estabelecida pela Constituição Federal (CF), bem como o respectivo sistema de freios e contrapesos, é essencial à qualidade democrática.

Para além da separação estrita, a interação institucional dos poderes constitucionalmente constituídos é condição presente e necessária para a maturidade democrática do Estado brasileiro, pois, ao mesmo tempo que exercem seus freios recíprocos, também contribuem para o aperfeiçoamento e para a efetividade de suas funções primárias (administrar, legislar e julgar).

Fato é que grande parte da saúde de um Estado democrático está na construção de poderes que se mantêm, concomitantemente, em harmonia e tensão, que podem agir de maneira cooperativa, mas que não se furtam de desconfiar do outro a cada segundo – e que se colocam no espaço em um equilíbrio digno das forças magnéticas dos corpos celestes, em que, se muito perto ou muito longe estarão instáveis, mas na distância correta, encontram a órbita perfeita.

&

façam o que eu digo, mas não ESPALHEM

As relações entre Executivo e Legislativo ao longo de quase dois anos de governo Bolsonaro têm muito a nos dizer. Ao que tudo indica, o presidente fala como nunca, articula como sempre, legisla como todos e perde como nenhum outro. Assim, sua natureza pouco colaborativa é uma coisa, e sua atitude de bastidor, outra. Como pode um sujeito odiar os partidos e receber convites para se filiar a legendas emblemáticas de tudo o que diz desprezar, como PTB e MDB? Como pode ser avesso ao “Centrão” e, ao mesmo tempo, liderado no Senado, pelo MDB, e na Câmara, pelo PP, por meio de agentes nomeados por ele? Como pode desprezar aliados e recriar um ministério para entregá-lo a um deputado de família política imersa em corrupção? O discurso de Bolsonaro caminha a léguas de suas atitudes para se manter no poder. A questão central é entender se faz isso porque é empurrado pelas instituições ou se não passa de um populista.

Se, no campo das palavras, esse é o comportamento, como fica a relação formal do presidente com o parlamento? Dados apresentados pela cientista política Joyce Luz indicam que, em comparação a seus antecessores em igualdades temporais – portanto, emparelhado aos primeiros 22 meses de Fernando Henrique, Lula e Dilma –, Bolsonaro tentou legislar tanto quanto os demais. Nos discursos que apelam para o “tamanho da caneta”, foram apresentadas quase 140 medidas provisórias. Apenas Lula chegou perto, com 121. Fernando Henrique e Dilma ficaram em cerca de 60 cada. Nas demais modalidades de matérias parlamentares, o atual presidente fica muito aquém – o que indica, sem grande rigor analítico, que eles se equivaleriam.

Diante dos resultados, Bolsonaro busca legislar como todos, mas a questão é saber se colhe bons frutos. A cientista política Luciana Santana nos dá uma resposta, em artigo publicado no blog *Legis-Ativo*, em agosto. Presidentes têm a prerrogativa de vetar parte da produção legislativa que lhe é encaminhada para sanção, mas não existe veto presidencial que não possa ser derrubado pelo Legislativo, e apenas um grande alinhamento entre Congresso e Planalto evita isso. Pois bem: de Fernando Collor, em 1990, a Dilma Rousseff, em maio de 2016, o Congresso Nacional derrubou 21 vetos presidenciais num universo superior a 1,1 mil matérias barradas. Bolsonaro apresentou, até meados de agosto, 72 vetos – e teve 28 deles derrubados. Resta saber se isso ocorre porque hoje é muito mais difícil governar por causa da fragmentação partidária, por exemplo, ou se decorre da falta de habilidade do Executivo.

Com base nessa percepção, restaria avaliar qual parte desses vetos foi declarada por discordância real e qual foi declarada já se prevendo a derrubada pelo Congresso. A lógica de se eximir de culpa pelas decisões que são impopulares (porém, inescapáveis) é comum entre deputados em instâncias de *accountability* coletiva. Bolsonaro se deu conta de que pode aplicar essa lógica de *accountability* coletiva a suas decisões individuais, ou seja, age como um parlamentar que não produz bons resultados para o seu eleitorado por falta de capacidade de articulação e construção conjunta – e culpa os demais deputados por suas derrotas. O presidente não está disposto a rifar sua popularidade e assumir posicionamentos necessários, ignora que é chefe de governo e de Estado e se beneficia da onda da antipolítica que simboliza e ajuda a reforçar.

&

BÁRBARA DIAS,
PROFESSORA DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
PARÁ (UFPA)

**GRAZIELLA
TESTA,**
PROFESSORA
DA ESCOLA
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E
GOVERNO DA
FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
(EPPG-FGV)

**HUMBERTO
DANTAS,**
HEAD DE
EDUCAÇÃO
DO CLP –
CENTRO DE
LIDERANÇA
PÚBLICA



É HORA DE REFORMA TRIBUTÁRIA?

ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2020

MEDIAÇÃO ██████████
RENATO GALENO ██████████
DEBATEDORES ██████████
ANA CAROLINA MONGUILOD ██████████
E MELINA LUKIC ██████████
FOTOS ██████████
CHRISTIAN PARENTE ██████████
E DIVULGAÇÃO/FGV ██████████

A DISCUSSÃO DE UM SISTEMA TRIBUTÁRIO MAIS JUSTO CABE NA ATUAL CRISE ECONÔMICA, PROVOCADA PELA PANDEMIA? “NENHUM PAÍS DO MUNDO ESTÁ DISCUTINDO OU IMPLEMENTANDO REFORMA TRIBUTÁRIA. PELO CONTRÁRIO, ESTÃO TENTANDO DAR UMA LINHA DE VIDA PARA A ECONOMIA”, DEFENDE ANA CAROLINA MONGUILOD, COORDENADORA DO GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS (GEP) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). “PARTINDO DO PRESSUPOSTO DE QUE NÃO VAI HAVER AUMENTO DE CARGA, ACREDITO QUE PODERIA ATÉ SER UM MEIO PARA FACILITAR A SAÍDA DAS EMPRESAS DA CRISE”, REBATE MELINA LUKIC, DIRETORA DE CURSOS NA UNIVERSIDADE IORQUE (CANADÁ). NO DEBATE, AS TRIBUTARISTAS FALAM DAS DISTORÇÕES DO SISTEMA BRASILEIRO E DISCUTEM O QUE PODERIA TORNÁ-LO MAIS FUNCIONAL.

Quando apontamos que a carga tributária é alta no Brasil, falamos de um valor absoluto ou de uma falta de proporcionalidade entre o pago e o oferecido à população?

ANA CAROLINA MONGUILOD – Falamos dos dois aspectos. Nossa carga é meio exagerada, na minha opinião, tanto em relação ao percentual do PIB [*Produto Interno Bruto*], ao redor de 34%, como em relação aos serviços que o Estado devolve para a população. Temos de levar em conta que países num nível de desenvolvimento similar ao nosso têm carga muito menor. A nossa é de país desenvolvido. Em relação ao retorno do Estado, é até desnecessário comentar: nossa carga tributária é gasta de maneira muito ineficiente. Temos a impressão de que gastamos pouco com educação. Não, gastamos muito com educação, só que gastamos mal.

MELINA LUKIC – É alta em termos absolutos e proporcionalmente. A carga tributária deve ser vista de acordo com o tamanho do Estado que temos no Brasil – muito ineficiente em termos de gasto público.

Outra crítica é quanto à forma como se arrecada, o “caos tributário”.

Qual a razão para a burocracia?

MELINA – Nossa complexidade vem não só das obrigações acessórias, mas, principalmente, porque temos uma variedade de tributos que não precisava existir. Por isso, as discussões sobre reforma se centram em extinguir impostos ou reuni-los em um só. Nós temos muitas contribuições sobre o consumo, e nossa competência para tributá-lo foi repartida entre os vários entes. Uma empresa que presta serviço a todos os municípios terá de conhecer a legislação de cada um, e isso é irreal. Por isso que as reformas tributárias

têm de centrar na reformulação dos tributos sobre o consumo, que, a meu ver, são os que mais causam problemas.

ANA CAROLINA – Além de termos esta “salada”, este “cardápio” de tributos, temos tanta exceção que, para qualquer contribuinte, é difícil saber como se enquadrar. Segundo, isso causa muita distorção concorrencial, a multiplicidade de tributos foi crescendo nos últimos 30 anos, e temos um sistema no qual alguns pagam muito mais do que outros. As pessoas tentam se ajustar, fazer planejamento tributário, mas o Fisco reage fiscalizando e autuando de maneira extremamente agressiva, porque se sente prejudicado, sente que os contribuintes estão buscando planejamento tributário. Isso faz com que, infelizmente, tenhamos um relacionamento entre Fisco e contribuinte muito ruim, tem que ser melhorado.

É correto arrecadar sem antes equacionar os gastos públicos, ou seja, e se fosse realizada a Reforma Administrativa e, depois, a Reforma Tributária?

MELINA – Claro que o ideal é reduzir o tamanho estatal e melhorar a eficiência nos gastos, mas acredito que uma reforma que remodele o Estado vai demorar. E se ficarmos esperando a Reforma Tributária após a reforma do Estado, vamos continuar com este caos de mais de 30 anos. Acredito que ambas possam ser feitas paralelamente, ou a Tributária primeiro. Com ela, acredito que ficaria tudo mais transparente.

ANA CAROLINA – Entendo os argumentos da Melina e os respeito, mas confesso que acho que deveriam ser feitas paralelamente – ou até a reforma repensando o Estado deveria

COMO FAZER REFORMA TRIBUTÁRIA NUMA HORA EM QUE SE PRECISA DE RECEITA, SENDO QUE REFORMAS TRIBUTÁRIAS PODEM, SEM QUERER, RESULTAR EM AUMENTO DE CARGA?

ANA CAROLINA MONGUILOD



vir antes. Historicamente, as grandes alterações que tivemos na legislação tributária provocaram aumento de carga. Estamos nesta situação caótica de pandemia discutindo a Reforma Tributária num momento em que o Estado precisa de recursos, no momento em que temos um déficit histórico. Sei que Melina discorda, mas tenho muito medo de fazermos reforma neste momento e acho que o que confirma esse medo são todos estes movimentos que temos visto por grupos de pressão pedindo aumentos de benefícios e de gastos. Estamos numa situação em que deveríamos, na verdade, cortar “na carne”, e não ter aumento de custos. Então, como fazer a Reforma Tributária numa hora em que se precisa de receita, sendo que reformas tributárias podem, sem querer, resultar em aumento de carga?

É razoável discutir, ou implementar, a Reforma Tributária num momento como este, sem clareza de como será o mundo depois da pandemia?

ANA CAROLINA – Discutir é sempre saudável. Temos de continuar discutindo, porque estas ideias vão amadurecendo. Votar, aprovar e implementar, já tenho dúvidas, pois não sabemos ainda muito bem quem vai sobreviver, como a nova economia vai vir; poderia ser precipitado fazer qualquer mudança radical. Acho que, necessariamente, teremos de aceitar realocação de carga, porque alguns setores pagam menos e deveriam pagar mais. Essa realocação será necessária, mas isso deve ser feito com cuidado, não neste momento. Nenhum país do mundo está discutindo tributar, Reforma Tributária para implementar

agora; nenhum país do mundo está falando em aumento de carga tributária. Ao contrário, os países estão, na verdade, tentando dar uma linha de vida para as empresas e para a economia.

MELINA — Não deve haver, em hipótese alguma, aumento de carga tributária. Se partir desta premissa, sou bem favorável que se faça, sim, a Reforma Tributária. Pode até ser um meio para facilitar a saída das empresas da crise. Vivemos um momento único, com Congresso e governo reformistas. Eles estão muito otimistas com o futuro da Reforma Tributária. Vimos, nos últimos 30 anos, ao menos três tentativas de reforma. Temos, a cada dez anos, esta discussão, e temo que se não aproveitarmos o momento para acertar algum tipo de reforma, nem que seja pequena, vamos passar mais dez anos sem esta janela de oportunidade política.

Hoje, no Brasil, são discutidas três diferentes propostas de Reforma Tributária. Quais as principais semelhanças entre elas?

MELINA – A primeira apresentada foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, desenvolvida pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCif) e proposta pela Câmara. Logo em seguida, tivemos a PEC 110, do Senado. As duas são baseadas na implementação de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Acredito que a PEC 45 seja tecnicamente melhor, porque de fato implementa todos os padrões de IVA internacionalmente reconhecidos. A PEC 110 tem uma série de exceções, acomodações políticas. Paralelamente, há uma questão muito importante: o fato de o governo federal, principalmente o ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre ter apoiado um IVA dual, de Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica do governo, divergindo da proposta da PEC 45. Por isso, vejo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) como um primeiro passo. A CBS foi a proposta que o governo apresentou, que reúne, basicamente, PIS [*Programa de Integração Social*] e Cofins [*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*] e tenta aliar ambos ao modelo de padrão IVA tradicional. O governo veio com a discussão de que



a CBS seria o IVA federal, uma primeira etapa, e acredito que seja dentro deste contexto de IVA dual.

ANA CAROLINA – A PEC 45 é muito parecida com a 110, mas tecnicamente acho que a 45 é mais pura, com menos penduricalhos. A CBS, que seria a união de PIS/Cofins – duas contribuições que incidem sobre a receita –, seria um passo para se pensar num IVA, num IBS [*Imposto sobre Bens e Serviços*]. Conceitualmente, o ideal seria uma reforma ampla, mas se não for possível, o ideal é dar um passo de cada vez e, quem sabe, preparar o sistema tributário para essa reforma ampla mais à frente, pensando-se num IVA dual, que é muito interessante.

E as diferenças?

MELINA – As duas propostas são muito próximas, mas têm diferenças na questão administrativa. A PEC 45 une tributos em entidades diferentes e faz uma administração compartilhada. Na PEC 110, não está claro como será, mas, pelo que entendi, os Estados vão administrar e repassar à União a sua parte. O grande entrave é a discussão dos fundos de equalização e de compensação que os Estados reivindicam, que querem que a União financie em contrapartida à aprovação da PEC 45. É a condição dos Estados a criação desses fundos a serem financiados pela União. Outro entrave é justamente a administração conjunta dos tributos mediante uma agência tributária nacional. Por fim, a questão da alíquota. Se pensarmos que o ICMS é o tributo que mais arrecada, e colocar na conta a alíquota de Estados e municípios num IVA único, do IBS único, chegaremos a uma alíquota de 30% a 32%, que seria a maior de IVA do mundo. Por isso, precisamos pensar se a CBS seria um caminho. A meu ver, sim.

Como você vê a criação de taxas para a economia digital?

ANA CAROLINA – Queria explicar brevemente o contexto no qual esta preocupação nasceu. Resumindo bastante, surgiu lá fora – porque

a economia digitalizada acaba se desenvolvendo sem presença física. Antigamente, precisávamos de uma livraria na cidade para comprar livros. A Amazon afastou esta necessidade, porque vende para diversos países. No mundo inteiro, há um certo consenso, em termos de tributação internacional, de que os lucros devem ser tributados pelo país onde a empresa que auferes esses lucros está localizada. Quando se tem uma economia digitalizada, que prescinde de presença física, por um lado, os países não conseguem cobrar tributos e se irritam; por outro, as empresas se alocam em países que vão proporcionar uma tributação melhor. Na Europa, os gigantes da economia digital acabaram se estruturando na Irlanda, que, em certa medida, é quase um paraíso fiscal. No Brasil, não temos muito este problema, porque a economia digitalizada tem presença física no País, em função das características peculiares dele. Só que o Brasil tem de acompanhar com muito cuidado o que está acontecendo lá fora, porque estes critérios estão sendo todos redesenhados, e a tendência é que eles acabem favorecendo quem tenha mais força política, que são os países desenvolvidos e com mais peso político.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



Reforma Tributária inoportuna

Há décadas, o Brasil não cresce economicamente por falta de investimento público, com o custo absorvendo toda a arrecadação. A solução tem sido a privatização de ativos públicos ou o aumento de carga tributária para cobrir o déficit orçamentário.

Como atrair investidores externos com a estrutura sucateada do Estado e a sobrecarga tributária, que retira a capacidade de investimento das empresas?

As reformas estruturais seriam necessárias para modernizar o Estado em busca de investimentos. O atual governo foi eleito tendo como bandeira as reformas – contudo, até o momento, somente a Reforma da Previdência foi parcialmente aprovada.

A Reforma Tributária foi amplamente debatida durante 2019, mas o covid-19 prejudicou o tema, retomado no segundo semestre deste ano.

Em curta retrospectiva, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), prevê a substituição de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A PEC 110, cujo mentor intelectual é o deputado federal Luiz Carlos Hauy, foi acolhida pelo Senado e prevê a substituição de nove impostos por um só sobre valor agregado.

Em julho de 2020, o governo federal apresentou sua proposta de Reforma Tributária, por meio do Projeto de Lei (PL) 3.887/2020, que propõe a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), unificando PIS e Cofins.

As propostas postas garantem uma “pseudo-simplificação” do sistema tributário. Entretanto, o que realmente há em comum entre as três proposições é o aumento da carga tributária.

Com o covid-19, as administrações públicas contam com o aumento de tributos para obter os recursos gastos na crise sanitária, encontrando oportunidade na Reforma Tributária.

Contudo, o País necessita de uma Reforma Tributária de verdade, sem a intenção de aumento tributário. O mais transparente seria viabilizar, primeiro, a Reforma Administrativa, para enxugar a máquina pública e “cortar na carne” os gastos desnecessários e secundários. Posteriormente, haveria uma Reforma Tributária para modernizar o sistema.

A Reforma Tributária passou a ser inoportuna, uma vez que penalizará ainda mais a sociedade com mais impostos, num momento em que todos estão sofrendo os efeitos da maior crise econômica mundial.

O contexto mudou, e o próprio governo federal já percebeu que insistir no tema é desgastante. Enquanto isso, o Congresso insiste em ser o protagonista dessa reforma – tão desejada e importante para o Brasil.

Diante do impasse político, a FecomercioSP continua apostando em uma simplificação tributária infraconstitucional por entender inoportuna a mudança radical do sistema tributário, pelo menos neste momento delicado pós-covid-19, o que levaria anos para a transição e para a adaptação de um novo arcabouço jurídico tributário.

O ano de 2020 foi marcado por ações desenvolvidas pelo Conselho de Assuntos Tributários (CAT), órgão técnico de estudos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Essas ações defendem os interesses das empresas que sofreram com a paralisação de seus negócios, em razão das medidas instituídas pelas autoridades visando à não proliferação da pandemia.

É fato notório que o momento não é nada propício para aumento de gastos e de carga tributária para o setor produtivo e a sociedade em geral. Portanto, nada mais descabido e inconsequente do que se falar em Reforma Tributária que vise ao aumento de carga tributária.

&

MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS E DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DO CONTRIBUINTE, AMBOS DA FECOMERCIO-SP



UMA NOVA CHANCE PARA O BRASIL

Dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) revelam que a participação do Brasil na corrente de comércio mundial ainda é tímida, flutuando em torno de 1,5% nos últimos 50 anos e revelando algumas distorções. O País tem a oitava maior economia do mundo, mas é apenas o 27º no ranking de maiores exportadores e o 28º no de maiores importadores, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Uma breve revisão histórica das transformações do comércio internacional ao longo das últimas décadas nos ajuda a entender este cenário. Até o fim da década de 1980, os países em desenvolvimento, principalmente, utilizavam o modelo de substituição de importações e de escalada tarifária, que consiste no aumento das tarifas de importação conforme se avança no estágio de produção. Esta política protecionista provocava o chamado “adensamento das cadeias domésticas”, ou seja, o produto era inteiramente produzido dentro do País.

Os avanços tecnológicos, principalmente nos setores de Tecnologia da Informação (TI) e de telecomunicações, permitiram o gerenciamento da produção a distância e reduziram os custos de transporte. Como consequência, houve uma acelerada fragmentação internacional da produção ao longo da década de 1990, com grande parte dos países abandonando o modelo de escalada tarifária e reduzindo as tarifas sobre bens de capital e bens intermediários. Isso permitiu o surgimento das cadeias globais de valor. Para se ter uma ideia, em 2014, os produtos intermediários correspondiam a dois terços das exportações mundiais.

Deve-se reconhecer, também, os benefícios ocasionados pelos acordos estabelecidos no âmbito da OMC, que provocaram uma redução nas tarifas em todo o mundo, com destaque para os países desenvolvidos. E como o Brasil se inseriu neste contexto?

O Brasil foi no sentido contrário e seguiu adotando o modelo de escalada tarifária, protegendo todas as etapas da produção sob uma visão mercantilista de que exportar é bom e importar, ruim. Como bem avaliou o economista Edmar Bacha, o País passa por um processo de “crescimento empobrecedor” motivado por esta contradição: ao mesmo tempo que é aberto ao capital estrangeiro, é fechado em relação ao comércio, de modo que as multinacionais vêm para o Brasil para se beneficiarem de um mercado grande e protegido, e não para inserir as suas subsidiárias nas cadeias globais de produção.

Com a pandemia causada pelo coronavírus, uma nova chance surge para o País. Isso porque a imposição de medidas restritivas ao deslocamento de pessoas e ao funcionamento das atividades, para evitar o contágio da doença, provocou desabastecimento em alguns setores ao redor do mundo e evidenciou o elevado grau de concentração da cadeia mundial de produção na China. No Brasil, por exemplo, a indústria eletroeletrônica relata falta de componentes importados.

Neste cenário, é esperada uma desconcentração das cadeias de produção, de modo que cadeias locais e regionais surjam nos próximos anos – e o Brasil possa se beneficiar deste movimento. Entretanto, para que isso aconteça, o País precisa continuar avançando na agenda de reformas estruturais, de melhoria do ambiente de negócios e, principalmente, de abertura comercial. Para ser um grande exportador, um país também deve ser um grande importador. A integração às cadeias de produção proporcionará ao Brasil ganhos de produtividade e acesso à matéria-prima mais barata e de melhor qualidade, aumentando a competitividade de nossas exportações e beneficiando o mercado consumidor interno.

&

RUBENS MEDRANO, VICE-PRESIDENTE DA FECOMERCIO-SP E PRESIDENTE DO CONSELHO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ENTIDADE



RESGATE PELA REPÚBLICA

ENTREVISTA REALIZADA
EM OUTUBRO DE 2020

ENTREVISTA **RENATO GALENO**
FOTOS **FERNANDO RABELO**

“OS INTÉRPRETES DO BRASIL IMAGINARAM O PAÍS NO FUTURO E ACREDITAVAM QUE FOSSE DAR CERTO. ESSA FOI A FORMA QUE ENCONTRAMOS DE REDIMIR A HISTÓRIA, PORQUE SE É NO FUTURO QUE SE VAI DAR CERTO, TUDO ESTÁ DESCULPADO”, AFIRMA A HISTORIADORA E CIENTISTA POLÍTICA **HELOISA STARLING**, PROFESSORA TITULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). HELOISA APONTA TRAÇOS INDIVIDUALISTAS E PRECONCEITUOSOS QUE FORMAM A IDENTIDADE BRASILEIRA E IMPOSSIBILITAM A SUPERAÇÃO DAS TRAGÉDIAS DO PASSADO, PARA CONSTRUIR UM FUTURO PRÓSPERO E SÓLIDO. PARA ELA, A SAÍDA PASSA PELOS VALORES REPUBLICANOS, COMO O SENSO DE COMUNIDADE. “A DEMOCRACIA VAI NOS DAR O VALOR DA IGUALDADE, MAS PODEMOS FICAR TRANCADOS DENTRO DE CASA COMO INDIVÍDUOS. E É IMPORTANTE QUE A GENTE VÁ PARA A CENA PÚBLICA COMO CIDADÃOS PARA DISCUTIR O BEM COMUM.”

Existe semelhança entre o atual contexto político-social do Brasil com algum momento do passado?

[A filósofa alemã] Hannah Arendt [1906-1975] diz que a melhor forma de tentar pensar no presente é quando o historiador vive uma situação de crise no pensamento, nas ideias e nos valores. A melhor forma de entender o presente é perguntar ao passado. A história não se repete, é ingovernável. Não há nenhum momento na história do Brasil em que seja possível ver três coisas ao mesmo tempo. A primeira delas é a sobreposição de crises. Hoje, temos quatro: política, ambiental, econômica e sanitária. Falta só a crise social. Isso é novo. Em segundo lugar, nessa sobreposição de crises, temos um processo de corrosão da democracia por dentro, pelas instituições. Mesmo nos governos conservadores, como de [Eurico Gaspar] Dutra, [Fernando] Collor ou Jânio Quadros, nenhum agiu deliberadamente no sentido de produzir a corrosão das instituições democráticas. E a terceira coisa que me parece inédita é o comportamento de indiferença de um largo setor da sociedade brasileira diante da morte. Vivemos, há cem anos, uma epidemia [gripe espanhola] com muitas coisas parecidas ao que temos hoje, mas em nenhum momento, ou lugar nenhum no Brasil, as pessoas reagiram com indiferença à morte; este desprezo vulgarizado pelo outro que estamos vendo; uma larga fatia da sociedade brasileira que está se manifestando como se fosse um fundo recessivo da sociedade, que surgiu e é algo que não conhecíamos. Podia já estar lá, mas não conhecíamos.

Em entrevista recente, você disse que nós, brasileiros, criamos instituições democráticas, mas não alimentamos valores democráticos. Poderia descrever esta ideia? O Brasil foi fundado na escravidão, e isso produz um tipo de sociedade racista, hierárquica, desigual e violenta. Nós – todo o

campo democrático dos liberais, conservadores à esquerda – cometemos um grande erro nestes últimos 35 anos. Quando existe um processo de redemocratização, temos uma sociedade que se mobiliza. A última vez que construímos uma frente, foi pelas liberdades democráticas, e largos setores da sociedade brasileira se mobilizaram em defesa da democracia. Qual foi a nossa aposta? Entendemos a democracia no âmbito das instituições e tentamos a Constituição Federal de 1988, que pensou no âmbito da prática democrática, com eleições, partidos, etc. Contudo, tanto a Constituição como os cidadãos não se deram conta da ideia engenhosa de nação, descrita por Joaquim Nabuco [1849-1910] como uma “epiderme civilizacional”. Então,



A REPÚBLICA OFERECE UM CONJUNTO DE VALORES QUE ESTÁ LIGADO AO BEM COMUM, À COMPAIXÃO, QUE É A CAPACIDADE DE SE IDENTIFICAR COM O OUTRO – INDEPENDENTEMENTE DE QUEM SEJA – PORQUE ELE ESTÁ SOFREND O.

construímos as condições para que se ocorra a democracia como um modo de vida. É isso que [o historiador francês] Alexis de Tocqueville [1805-1859] disse no segundo livro da *Democracia na América*: “Democracia é um modo de viver em sociedade. Você tem que praticar determinados valores no seu cotidiano”. E foi isso que perdemos. Aquilo que [o sociólogo] Renato Lessa diria: “Uma República tem que ter República. Uma democracia tem que ter democratas”. Repare que, no Brasil, não se tem orgulho da democracia. Toda vez que pegamos um livro de história – em geral –, vai ver o autor dizendo que a democracia brasileira era pequena, fraca. Não era! Não existe democracia plena. Nossa democracia é sempre vira-lata. Nos Estados Unidos, existem pilhas de livros sobre a história da democracia daquele país. Não existe um livro de história da democracia no Brasil. Não temos orgulho de sermos democratas. Perdemos a oportunidade de acabar com a ficção engenhosa da Nação. Não podemos perder esta oportunidade de novo, porque ela que vai evitar o destampar deste fundo recessivo da sociedade e entranhar o valor da democracia no nosso cotidiano.

Quando Étienne de La Boétie [1530-1563] escreveu o discurso sobre a servidão voluntária, disse que o tirano é só uma pessoa que está lá porque é aceita. Quando a população brasileira elege um presidente que sempre defendeu um discurso autoritário, ao longo dos mais de 28 anos como deputado, isso significa que ela despreza a democracia e aceitaria voluntariamente a servidão? Para que haja tirania, é preciso que ela seja viabilizada. Os viabilizadores cínicos estão em toda a sociedade, que são pessoas e grupos sociais que sabem que o tirano é tirano. Sabem que ele não engana ninguém, por isso que são cínicos. No entanto, eles avaliam que seus interesses vão ser contemplados e que controlam a situação. Isso aconteceu na Alemanha. O escritor francês Éric Vuillard conta, em seu romance *A ordem do dia*, como empresários alemães se encontraram com Hitler em um jantar e tinham certeza que iam controlá-lo. Não acho que o brasileiro despreze a democracia, porque, senão, ele não teria lutado tanto por ela. Temos falado muito do autoritarismo, mas o Brasil não é só uma coisa. Cito Mário de Andrade [1893-1945], que disse que “o Brasil não é uma coisa ou outra, o Brasil é uma coisa e outra”. Essa é a nossa complexidade. A história do Brasil é uma longa luta pela liberdade. Desde as santidades indígenas botando os portugueses para correr. Precisamos entender este paradoxo e o momento na sociedade em que se transforma e cria este indivíduo egoísta, que não tem senso de pertencimento social. Os viabilizadores cínicos do tirano

constroem soluções para diluir aquilo que já é epiderme [superficial e frágil]. Quando se opera, por exemplo, na chave da notícia fraudulenta [fake news], o que ela corrói na sociedade? A confiança. Quanto maior a corrosão da confiança, maior a destruição da democracia. Esses viabilizadores da sociedade estão atuando como indivíduos, e não como cidadãos. Aquela mulher no Rio de Janeiro que diz “cidadão não, engenheiro”, é um exemplo disso. Ou aquelas pessoas que saem na rua sem a máscara; elas não estão só correndo o risco de ficar doentes, estão correndo o risco de atingir o outro. É por isso que digo que eles têm desprezo pelo outro; e, ao fazer isso, perdem o senso de pertencer a uma sociedade ou comunidade.

O projeto republicano fracassou no Brasil? A república oferece um conjunto de valores que está ligado ao bem comum, à compaixão, que é a capacidade de se identificar com o outro – independentemente de quem seja – porque ele está sofrendo. Posso não gostar de determinadas pessoas, posso



discordar delas, mas se quiserem lutar pela democracia, vou apoiá-las. E se elas forem presas por essa luta, vou defendê-las. A partir de 1860, esse projeto republicano vai ser esvaziado por uma série de razões – e vai dar em 1889 e na Constituição de 1891. É como se a nossa república hoje fosse outra. Ela é vazia de significado. Temos um legado que precisamos buscar na república, porque é ela que vai nos dar certo valor. Não é a democracia. Esta vai nos dar o valor da igualdade, mas podemos ficar trancados dentro de casa como indivíduos. E é importante que a gente vá para a cena pública como cidadãos para discutir o bem comum.

No seu livro, com Lília Schwarcz, O monumental *Brasil: uma biografia*, vocês buscam fundamentos para indicar uma identidade brasileira. Quais foram os momentos mais relevantes na tentativa de criar o que é ser brasileiro?

Existem dois movimentos que, talvez, possamos identificar o País ao longo do tempo. O primeiro é pensar como que nossos intérpretes do Brasil imaginaram o País no futuro – e acreditavam que o Brasil do futuro fosse dar certo. Isso é curioso, porque vai atravessar o tempo: esse Brasil que vai dar certo, que vai se construir no futuro e que não tem muito erro. Essa foi a forma que encontramos na nossa epiderme de redimir a história, porque se é no futuro que vamos dar certo, tudo está desculpado. Ao

mesmo tempo, isso nos redime da história escravocrata, do racismo. Não precisamos enfrentar o nosso passado, porque estamos condenados ao futuro. Também criamos mecanismos para nos reconhecermos em um país fora do mundo da política. É o Éden – era, agora, não sei mais –, um país de beleza exuberante. Então, reconstruímos aquela formulação que Sérgio Buarque de Holanda [1902-1982] trabalha muito bem quando fala do europeu transferindo para o Atlântico esse Éden tropical, mas ele está fora do mundo da política. Olha como isso redime nossa história. Aquilo que Sérgio Buarque dizia sobre o homem cordial é isto: o homem cordial é um homem violento, que está fora do espaço da política. Sérgio Buarque achava que, no futuro, isso daria certo, porque a modernização mataria o homem cordial, então, ficaríamos livres deste problema no futuro. Nossos mecanismos de identidade são produzidos fora da política, fora do nosso reconhecimento com o outro.

Como podemos conviver com duas ideias contraditórias? O fato de nos considerarmos pacíficos e tendo como um marco na nossa história a violência? Jogamos a violência para debaixo do tapete. Não há reconhecimento da violência. Quando Lília e eu fizemos a pesquisa do *Brasil: uma biografia*, era uma coisa assustadora, porque ela aparece nas mais diferentes formas, e negada ao mesmo tempo.

Lília achou um “manual do senhor de escravos”. Uma sociedade fundada na escravidão necessariamente será violenta, e se joga isso para debaixo do tapete, por meio da ideia da harmonia. Quando se pensa na quantidade de pessoas negras mortas, na violência contra a mulher e na indiferença que estes números provocam, isso, hoje, nos choca porque a indiferença perante a morte dos brasileiros causada pela epidemia está aparecendo. Mas ela [*a indiferença*] é anterior, está sendo cultivada. Você se torna indiferente, esconde debaixo do tapete. [*O documentarista e produtor*] João Moreira Salles tem um texto muito legal que conta que ele viu [*a expressão*] “Não fui eu” pichada em um muro, no Rio de Janeiro. Esta expressão é o maior exemplo de desprezo de se ter qualquer responsabilidade com o outro.

Em outubro, você e Lília Schwarcz lançaram o livro *A bailarina da morte*, sobre a gripe espanhola no Brasil. Existem semelhanças entre as ações do governo de 1918 e o atual? Encontramos maquiagem de dados e estatísticas, como hoje. Por exemplo: em Recife, encontramos o governo inventando uma doença para não ter que levantar estatística. Um nome que não queria dizer nada – uma doença que só tinha em Recife. Em Porto Alegre, teve até censura do governo. Em Salvador, o governador disse que não tinha, que isso não existia e quem estava falando sobre isso era um mau patriota, estava falando mal da Bahia. E é impressionante, pois esse mesmo governador da Bahia, Muniz Aragão, no relatório final dele que tivemos acesso, cria a ideia de que o segundo surto da [*gripe*] espanhola,



Não acho que o brasileiro despreze a democracia, porque, senão, ele não teria lutado tanto por ela. Temos falado muito do autoritarismo, mas o Brasil não é só uma coisa. Essa é a nossa complexidade.

o mais devastador no mundo inteiro e no Brasil, foi benigno na Bahia. Em Belo Horizonte, achamos também em jornal e um anúncio no qual a Farmácia Americana dizia: “Temos um remédio eficaz contra a gripe espanhola, específico para a gripe espanhola, e esse remédio você toma um comprimido por dia, pode comprar aqui, chama ‘chloro quinino’”. Os médicos, loucos, diziam: “Gente, Minas é um lugar onde a malária é endêmica. Este comprimido é para malária. Se você toma este negócio, não sabemos a dosagem. Isso não tem nada a ver com gripe espanhola. Isso não é remédio para gripe espanhola”. Tínhamos boatos e *fake news*. Estávamos na Primeira Guerra Mundial, então, qual boato saía no jornal? Como é que a gripe espanhola chegou ao Brasil? Contavam que vieram os submarinos alemães – que, de fato, afundaram cinco navios brasileiros –, desembarcaram no porto e um espião alemão entrou em um bote, chegou à Praça Mauá, abriu um tubo de ensaio preparado pela Bayer, uma farmacêutica alemã, saindo uma névoa esverdeada, era uma arma alemã. Sensacional, não?! [*ironia*]. A gripe espanhola na Pérsia era chamada de “gripe inglesa”. Na Polônia, era “gripe bolchevique”.

E eu achando que chamar o vírus de “vírus chinês” era uma criação, mas, não... A história se repete, então...

Isso é uma forma covarde de dizer que a responsabilidade pelo contágio é do inimigo! A Bayer – pobre Bayer – teve o tubo de ensaio. É por isso que, nas trincheiras, os

alemães falavam que era “febre francesa”. Na verdade, chama-se [*a febre*] “espanhola”, porque todos os países europeus que estavam na guerra esconderam que havia uma epidemia – e quem não escondeu foi a Espanha. Porque ela não estava na guerra. Contudo, existem diferenças [*entre as duas pandemias*]. Esquecemos da [*gripe*] espanhola, e isso é uma coisa que tento entender, porque temos dificuldade na memória. [*O escritor argelino Albert*] Camus dizia que, da peste, aprendemos o conhecimento e a memória. Aqui, apagamos ambos, no caso da gripe espanhola, durante esses cem anos, mas a sociedade [*da época*] não foi indiferente como a de hoje. O governador da Bahia, por exemplo, negou até onde pôde – e chegou uma hora que ele não pôde mais. As pessoas estavam morrendo. Ele tentou minimizar, mas quando se viu diante da epidemia, que não conseguiria mais esconder, teve de criar mecanismos de enfrentamento. Em nenhuma das cidades que estudamos houve indiferença, ao contrário: as pessoas se mobilizaram em defesa da população. Por que as pessoas acham que o vírus de epidemia é democrático? Não, ele é aleatório, mas escancara o que existe. [*O vírus*] escancarou que o alvo mais fácil era as pessoas pretas, pobres e moradoras da periferia, onde não havia saneamento. Então, a ação da sociedade tentando enfrentar a peste também foi algo que não vejo hoje.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

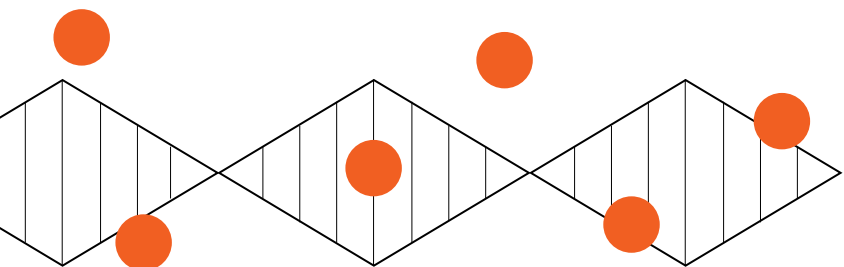


Com debates sobre política, economia, ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura, o site da *Problemas Brasileiros* traz conteúdos inéditos.

texto JULIANA ROSE

Ciência brasileira

Em fevereiro de 2020, uma equipe brasileira fez o sequenciamento do genoma do novo coronavírus em 48 horas, enquanto a média mundial para este tipo de trabalho é, em média, de 15 dias. Em entrevista, Jaqueline Goes de Jesus, biomédica e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), líder da equipe, explica que uma série de fatores ajudou neste trabalho em tempo recorde, incluindo um método de análise que usa tecnologia de sequenciamento feito sob medida, utilizado desde 2016 para pesquisa do vírus da zika. Hoje, a maior preocupação da biomédica são as epidemias paralelas ao coronavírus no Brasil, como a de dengue. “Como os laboratórios que tradicionalmente fazem testes para a doença estão ocupados testando o covid-19, a dengue passa a ser subnotificada”.



M

Maioria pouco representada

Em 1928, quatro anos antes de o voto feminino ser instituído no Brasil, Luisa Alzira Teixeira Soriano foi eleita prefeita de Lajes (RN). Apesar do marco promissor, o número de mulheres na política nacional ainda é muito baixo. Para incentivar a participação feminina, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) lançou a campanha Mais Mulheres na Política, com o objetivo de eleger ao menos uma vereadora em cada um dos municípios brasileiros. Apesar do esforço, a realidade ainda é desafiadora. Segundo dados preliminares do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o primeiro turno das eleições de 2020, apenas 12% das cidades brasileiras (5,57 mil) escolheram mulheres como prefeitas. O total exclui mais de cem municípios, nos quais o resultado da eleição depende de decisões da Justiça. Para as câmaras municipais, o País elegeu 47,3 mil homens (84%) e 9 mil mulheres (16%).

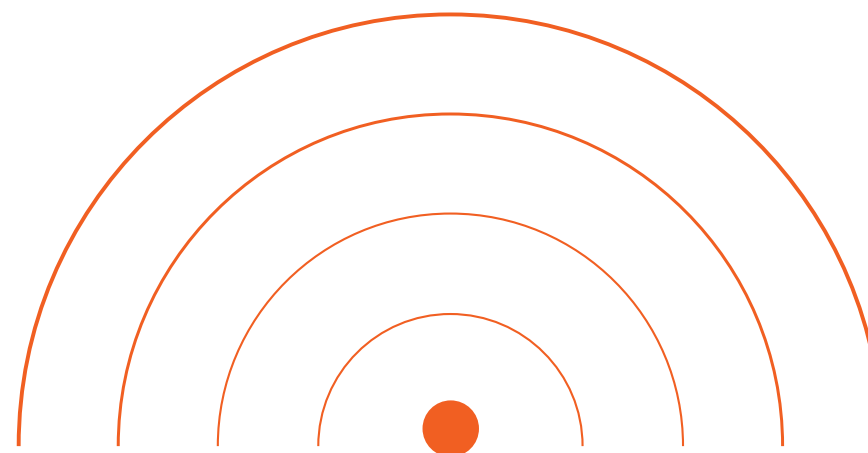


Educação financeira

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Ministério da Educação (MEC), estabeleceu que as escolas de ensinos infantil, fundamental e médio têm até 2020 para incluir de forma transversal a educação financeira em sua grade curricular, por meio de outras disciplinas. Até outubro de 2020, o governo estadual de Tocantins era o único a adotar a agenda do MEC em todas as escolas. A intenção é corrigir um atraso histórico do Brasil na questão, refletida no último relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), referente a 2018, divulgado em agosto de 2020. O levantamento coloca o Brasil na 17ª posição no ranking de competência financeira de jovens, entre 20 países analisados.

5G no radar

Apesar dos questionamentos sobre segurança da informação e custos para os usuários, a rede 5G é a tecnologia de transmissão de dados mais aguardada da história, segundo os especialistas. “Vai revolucionar a vida das pessoas, das empresas e do País como um todo. Vamos assistir a um sistema capaz de monitorar bilhões de dados em múltiplas redes”, afirma Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP. A meta dos leilões previstos para o primeiro semestre de 2021 é levar o sinal a todas as 2.445 localidades brasileiras com mais de 600 habitantes.



Brasil que faz

A história do Complexo Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR), começou quando um grupo de mulheres do então Grêmio das Violetas resolveu se organizar para oferecer consultas médicas a famílias de baixa renda. Comemorando o centenário, o complexo hoje reúne faculdades, instituto de pesquisa e um hospital considerado o maior centro pediátrico do Brasil, com 21 mil cirurgias, 300 mil atendimentos ambulatoriais e 900 mil exames realizados por ano. O objetivo da instituição, que une tecnologia e tratamento humanizado, é praticar, ensinar e pesquisar o que há de mais moderno tanto para o diagnóstico como para o tratamento de crianças e adolescentes. O complexo acaba de inaugurar um escritório de inovação, com o planejamento de novas unidades, para aumentar a capacidade de atendimento.

Sobre os corais e a extinção

Duas pesquisas realizadas por cientistas brasileiros, lançadas em outubro, jogam luz sobre importantes questões ambientais: as consequências do aquecimento dos oceanos para as barreiras de corais e o efeito da restauração de áreas degradadas para impedir a extinção de espécies. Os dois artigos foram publicados em revistas científicas internacionais de ponta. Ambos os trabalhos tiveram o apoio do Instituto Serrapilheira.

O primeiro estudo, realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e publicado na *Global Change Biology* revela que os recifes de corais do Caribe e do litoral brasileiro podem sofrer uma transformação drástica nas próximas décadas por causa do aquecimento dos oceanos. A queda na densidade de peixes se alimentando na região pode fazer com que estes ecossistemas percam a diversidade de espécies e virem recifes de algas já em 2050 – já que muitos peixes migrarão para outras regiões em busca de comida.

Para entender como a interação dos peixes com a alimentação se modificará ao longo das próximas décadas, os pesquisadores fizeram projeções com base em dados de interações de animais coletados de diversos recifes que se estendem da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, até o Estado brasileiro de Santa Catarina. “Esses dados servem para caracterizar como as interações estão distribuídas hoje, no clima atual”, explica o pesquisador Guilherme Longo, da UFRN. Por meio destas informações, os cientistas usaram modelo matemático para projetar o que vai ocorrer com a mudança de temperatura oceânica. Os modelos calcularam

a probabilidade de as espécies de peixes serem encontradas no local, a estimativa da quantidade deles e, também, estimaram onde esses animais comerão mais.

“As interações dos peixes herbívoros diminuirão bastante na região tropical, do Caribe até o Sul do Brasil, e aumentarão no Norte do Caribe, indicando uma mudança na distribuição geográfica das interações”, comenta a pesquisadora Kelly Inagaki, autora principal do estudo. Com estas mudanças, a estrutura dos recifes pode ser ameaçada, já que os peixes herbívoros desempenham um papel ecológico importante no ambiente: eles são os responsáveis por controlar a quantidade de algas, possibilitando que corais prosperem, por exemplo.

Para Kelly, a pesquisa serve como alerta para os efeitos das mudanças climáticas globais. “Provavelmente, este cenário de abundância de peixes que encontramos nos recifes do Nordeste brasileiro não vai existir daqui a 30 ou a 70 anos. Isso pode impactar o turismo da região, a conservação e até a pesca, porque a preservação desses recifes é o que garante que tenhamos um estoque pesqueiro local e regional”, explica.

O foco nas interações ecológicas ainda é uma abordagem pouco usada por pesquisas de mudanças climáticas, o que faz com que o estudo seja pioneiro na área. “Normalmente, pensamos que as mudanças climáticas provocarão extinções em massa de espécies e deixamos de perceber que existem efeitos mais tênues. Mudar o local onde as espécies ocorrem ou mudar o que elas fazem nestes locais são mudanças menos dramáticas, mas que podem provocar efeitos em cascata e alterar o ecossistema como um todo”, reflete Longo.

RESTAURAR PARA SALVAR

O segundo estudo, publicado na revista *Nature*, foi encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizado por 27 pesquisadores de 12 países e liderado por um pesquisador brasileiro da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Os resultados mostram que restaurar 30% dos ecossistemas degradados do planeta, de forma otimizada, pode impedir o desaparecimento de 71% das espécies que seriam extintas nas próximas décadas. Além disso, se restaurados, esses ecossistemas podem retirar 466 bilhões de toneladas de gás carbônico do planeta, o que equivale a 49% de

tudo o acumulado desde a Revolução Industrial.

A pesquisa é a primeira voltada à restauração de áreas prioritárias em uma escala global. Os pesquisadores investigaram quais regiões degradadas do planeta devem ser preferencialmente recuperadas, de modo a maximizar os benefícios e minimizar as perdas. Para isso, combinaram três critérios: preservação da biodiversidade, sequestro de carbono (a retirada de gás carbônico da atmosfera) e custos.

“Definir as áreas prioritárias é importante porque, dependendo de onde a restauração acontece, os resultados podem ser bem diferentes”, afirma Bernardo Strassburg, pesquisador da PUC-Rio que liderou o estudo. Recuperar 5% de terras em uma ou outra região do globo, por exemplo, pode reduzir a extinção de espécies em 7% ou 43%.

Outra descoberta: diferentes biomas importam para diferentes objetivos. Restaurar florestas tem um impacto grande para o clima e a biodiversidade, mas as zonas alagadas, como o Pantanal, são ainda mais importantes para a biodiversidade e têm papel-chave para o clima. Assim, de maneira inédita, o grupo buscou olhar para todos os biomas de forma combinada. Até então, a literatura e os acordos internacionais vêm focando sobretudo na recuperação das florestas.

De acordo com Strassburg, estas ações não prejudicam a agricultura. “Podemos recuperar até 55% das áreas degradadas do planeta e ainda manter a produção agrícola atual, provavelmente com vários impactos positivos, como conservações da água e do solo, além de melhorar a polinização”, comenta.

O estudo identificou um total de 2,9 bilhões de hectares de terras restauráveis, incluindo todos os biomas, de florestas a desertos. A Mata Atlântica se mostrou uma “hiperprioridade” global sob qualquer um dos critérios. “Para salvar as espécies da extinção ou para mitigar mudanças climáticas – e, em particular, para ambos simultaneamente –, a Mata Atlântica é especial”, destaca o pesquisador. O Brasil como um todo, aliás, tem muitas das regiões prioritárias a serem recuperadas, como o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica. “A ONU declarou que 2021-2030 será a década da restauração ecológica. Este é o momento para voltarmos a discutir novas metas para os países”, alerta ele.

&

AGÊNCIA BORI, SERVIÇO VOLTADO A JORNALISTAS DE TODO O PAÍS. PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO CADASTRADOS NA BORI ENCONTRAM PESQUISAS DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS ANTES DA PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E UM BANCO DE FONTES COM CENTENAS DE ESPECIALISTAS PREPARADOS PARA ATENDER À IMPRENSA. ACESSE: WWW.ABORI.COM.BR

SEM COMUNICAÇÃO, NÃO EXISTE BRASIL

ENTREVISTA REALIZADA EM MAIO DE 2020

ENTREVISTA **■■■■■**
GUILHERME BAROLI **■■■■■**
FOTOS **■■■■■**
CHRISTIAN PARENTE **■■■■■**

OLHAR EM PERSPECTIVA PARA O PASSADO E O PRESENTE, NA TENTATIVA DE AVALIAR O FUTURO. ESSA É A ESTRATÉGIA DO HISTORIADOR **LEANDRO KARNAL** – NOME ENTRE OS MAIS RECONHECIDOS INTELLECTUAIS DA ATUALIDADE – PARA REPENSAR AS ESTRUTURAS SOCIAIS E O QUE NOS AGUARDA DIANTE DA CRISE SEM PRECEDENTES DO CORONAVÍRUS. AS FRATURAS SÃO DURAS E DOLOROSAS. AINDA ASSIM, KARNAL SE MANTÉM OTIMISTA, “QUASE CRONICAMENTE OTIMISTA”, MAS ADMITE QUE AS CRISES TAMBÉM EXALTAM OS CANALHAS. “O QUE ME ASSUSTA É A TÔNICA DA COMUNICAÇÃO AGRESSIVA. PRIMEIRO, É PRECISO PRESERVAR A VIDA; DEPOIS, EMPREGOS E ECONOMIA; E, POR FIM, A NOSSA CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO.”



O privilégio de continuar produtivo diferencia esta pandemia daquela vivida com a gripe espanhola, mas queria analisar também as semelhanças: qual o paralelo entre as duas?

A velocidade da integração econômica aumenta a velocidade da integração biológica. Qualquer epidemia, hoje, tem uma capacidade imensamente maior de se alastrar do que no passado. A gripe espanhola atingiu jovens, e a atual crise atinge, em sua maioria, pessoas mais velhas e com problemas crônicos. No entanto, hoje, temos mais informação e recursos, a resposta da ciência é muito mais rápida. Há mais gente consciente, mas toda epidemia gera negacionistas e histéricos, dois polos terríveis: aqueles que dizem que não está ocorrendo nada e aqueles que dizem que é o fim do mundo. Há paralelos sempre, mas cada epidemia é única. A atual mata menos do que a peste bubônica e a varíola, mas tem um poder de informação, de destruição econômica, talvez ainda pior do que as outras no passado.

Em 1904, antes da gripe espanhola, tivemos a Revolta da Vacina. A falha de comunicação foi o problema que gerou a interpretação de imposição autoritária? O que faltou naquele momento?

Quando se fala em falha de comunicação, pressupõe-se que, na República Velha, existia uma secretaria da comunicação. Não, o autoritarismo era maior – e a cobrança do público, menor – do que hoje. As classes chamadas de “perigosas”, as baixas, eram alvo do mais profundo ataque, não havia nenhuma concessão, porque as eleições, apesar de o voto ser universal masculino, eram totalmente fraudadas.

das. As campanhas, cheias de boas intenções – lideradas por sanitaristas como Osvaldo Cruz –, falavam de uma coisa nova, a vacina, que significava lancetar, fazer uma ferida no braço de alguém, introduzir ali uma patologia e fechar. Isso feito com o auxílio da polícia batendo com a bota na casa das pessoas, vacinando à força. É falta de comunicação, de capacidade das classes dominantes de pensar as classes baixas. Tudo em meio a um processo de botar abaixo os cortiços do Rio de Janeiro para construir as grandes avenidas de uma cidade que tinha de ser europeizada, seguir o modelo de Paris. É uma repressão política misturada com falta de comunicação. A imprensa carioca tratou como um choque entre a ignorância e a ciência, mas é um choque entre o autoritarismo e as pessoas. Não é um povo ignorante, é um povo resistente ao autoritarismo.

Qual sua visão sobre a retórica utilizada pelos líderes em um momento tão delicado. É um desafio equilibrar ética, emoção e razão?

Quando os grandes teóricos pensavam na arte da retórica, pensavam num público homogêneo. Entretanto, o que existe hoje é uma dissociação de públicos. Se o político “A” faz um discurso dizendo “não se preocupem, não é nada, isso é um plano da China, vamos continuar vivendo normalmente”, há um público enorme que aceita isso. Se o político “B” diz “vamos fechar tudo, isso é terrível, nós estamos enfrentando a pior crise da história”, também há público para isso. Há público para alarmistas, há público para negacionistas, há público que segue a Organização Mundial de Saúde (OMS) e há público para a histeria máxima. Hoje, a grande questão da retórica não é mais a eficácia, mas o conhecimento de um público muito heterogêneo, difícil de ser dominado. E a internet, ao dar voz a todos que tenham acesso a ela, produz uma falsa igualdade.

Os países com as melhores respostas ao coronavírus têm algo em comum: a liderança feminina. Como avalia atitudes que misturam assertividade a algo que poderia ser só protocolar?

Não vou apostar que toda a ciência e a eficácia estejam na questão de gênero, porque temos exemplos claros na história de lideranças feministas desastrosas e boas lideranças mas-



NÃO ADIANTA SALVAR AS PESSOAS DA INFECÇÃO PARA JOGÁ-LAS NUM DESASTRE ECONÔMICO, SALVÁ-LAS DA DOENÇA PARA JOGÁ-LAS NA FOME.

culinas. Contudo, na nossa cultura, quem cuida é a mulher. As mulheres são maioria no sistema de saúde, na casa de 70%. As mulheres são maioria no sistema de educação, as mulheres são maioria na administração efetiva do lar. Então, elas têm um lastro cultural de cuidado e de valorização da vida tradicionalmente muito forte, mas tenho um pouco de medo dos exemplos. O melhor é o da Alemanha, porque o país tem mais de 80 milhões de habitantes e é uma sociedade de massa. E lá, de fato, Angela Merkel se tornou uma referência não apenas nisso, mas em todos os campos, nos quais usa o protocolo da verdade. O Brasil precisa de uma solução para o Brasil. O que sabemos? Apostar no SUS [*Sistema Único de Saúde*], valorizar o isolamento onde for possível e, acima de tudo, pensar em soluções extraordinárias para um período extraordinário. Não adianta salvar as pessoas da infecção para jogá-las num desastre econômico, salvá-las da doença para jogá-las na fome.

O físico austríaco Fritjof Capra fala que o sucesso da comunidade depende do sucesso de cada um dos seus membros, enquanto o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade. A discussão sobre capitalismo consciente, de cooperação, é duradoura?

Gostaria que fosse. Vou usar o futuro do pretérito, porque é o que eu gostaria. Meu desejo é que a grande lição da crise seja a consciência de que estamos inseridos em uma realidade maior e que não adianta eu me fechar no meu condomínio, não adianta eu me fechar na minha ilha de conforto, porque um dia, se eu ignorar o todo, os bárbaros tornam Roma. Eu sou otimista, quase cronicamente otimista. Sou professor, lido com jovens, e é um defeito de caráter um professor ser pessimista. Quem tem filhos ou quem educa tem de ser cronicamente otimista para dar o direito à próxima geração de fazer melhor. Todavia, também sou realista. Dentro da minha *Realpolitik*, devo enxergar que as crises também exaltam os canalhas, aqueles que querem tirar proveito ou fazer da tragédia um capital político. O que me assusta na crise é a tônica da comunicação agressiva, de todo mundo se insultando, achando que o perigo é o vizinho que bate (ou não bate) panela, e não o vírus. Acho isso muito perigoso. Então, é preciso enfatizar esta questão: primeiro,

preservar a vida; segundo, empregos e economia; e, por fim, a nossa capacidade de comunicação, sem a qual não existe Brasil.

Você é apaixonado por *Hamlet*, de Shakespeare. Como acha que a pandemia, que muda tantas coisas, afetará a sua leitura deste clássico?

Hamlet tem aquele mal-estar de toda pessoa consciente e inteligente, porque a inteligência gera um mal-estar. Então, esta náusea que Hamlet tem, de que a Dinamarca está errada e ele vai ter que corrigi-la... Ele não pode ter a insensibilidade das pessoas ignorantes e adota o pior que pode ser adotado: o papel messiânico de redimir o mal. E quem acha que tem uma missão e se torna messias é a pessoa que necessariamente vai sucumbir com a missão. Gostaria de ser um Hamlet que fez psicanálise, este é o meu projeto de vida: ser um Hamlet psicanalisado. Um Hamlet que saiba dominar os próprios demônios para não se tornar um messias patético, sem a graça de Dom Quixote.

Você se diz otimista. Será que no próximo ano poderemos ter um novo olhar sobre o mundo e sobre as pessoas?

O meu otimismo é dizer o seguinte: para tratar alguém de alcoolismo ou qualquer vício, o primeiro passo é a consciência. Enquanto o sujeito não diz “eu sou um alcoólico”, ele não faz nada para abandonar aquilo que o está destruindo. Então, esta crise trouxe à tona a brutal desigualdade do País, que já estava aí. Logo, pode ser o primeiro passo para curarmos tudo isso. Sou otimista a esse ponto, mas com certo peso, pois vai melhorar, mas, antes, vai piorar ainda mais. Teremos mais choques políticos, mais mortes e mais gente batendo a cabeça, porque ainda estão pensando na carreira, no emprego, no mandato e no prestígio nas redes sociais. Tem pouca gente pensando no coletivo. Felizmente, pelo menos, a crise não é um inferno, um purgatório, ou seja, há um tempo predeterminado de sofrimento, não é para sempre – nada é para sempre, e esta crise não será para sempre.

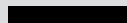
&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



AVANÇOS E DIFICULDADES NA SALA DE AULA

ENTREVISTA 
LUCAS MOTA 

A CRISE DO CORONAVÍRUS TROUXE UMA SÉRIE DE PROBLEMAS – POR EXEMPLO, O FECHAMENTO DAS ESCOLAS. POR OUTRO LADO, ABRIU UMA JANELA DE OPORTUNIDADES, COMO A INCLUSÃO DIGITAL NO ENSINO. A OPINIÃO É DAS EDUCADORAS **CLAUDIA COSTIN E LUCILIA GUERRA**, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM OUTUBRO AO PODCAST DA REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Manter a trajetória ascendente nos números do Ideb e melhorar cada vez mais a educação brasileira são os grandes desafios para o País no setor, em um cenário pós-pandemia. A opinião é compartilhada por Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Lucilia Guerra, diretora do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão do Centro Paula Souza (CPS), ligado ao Governo do Estado de São Paulo.

O fechamento das escolas durante mais de seis meses por causa do covid-19 provocou grandes prejuízos a alunos e professores. Além de oferecer o conhecimento didático e ser responsável pelas formações teórica e prática do aluno, a escola também é um espaço de socialização e acolhimento de crianças e jovens. “O fechamento das escolas foi algo terrível, pois elas garantem direitos adicionais ao ensino e funcionam como uma rede de proteção social ao estudante. Se a criança sofre algum tipo de violência, por exemplo, a professora pode perceber antes de outras pessoas”, diz Claudia Costin.

Por outro lado, o isolamento forçado abriu uma janela de oportunidades para o setor da educação, como mais acesso ao ensino remoto e capacitação tecnológica dos

profissionais de ensino, apesar de todas as dificuldades enfrentadas para levar o ensino a distância aos alunos, em especial nas regiões mais pobres e remotas.

“As crises enfrentadas pela humanidade são também oportunidades de inovação. O ser humano tem uma capacidade de reinvenção muito grande quando sai da zona de conforto”, diz Claudia, referindo-se aos problemas enfrentados pelas sociedades do mundo todo por causa da pandemia. Isso inclui mudanças positivas no setor da educação e que ficarão como legado. “De uma maneira ou de outra, houve uma inclusão digital maior”, justifica Claudia, citando dados positivos da plataforma digital criada pelo governo estadual do Maranhão durante a crise sanitária.

“Os números mostram que 61% dos alunos do ensino médio da rede estadual maranhense estavam na plataforma digital. Esta inclusão é muito importante”, afirma Claudia, que também foi secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro e secretária de Cultura do Estado de São Paulo. Ela também destaca o caso do Paraná, onde 95% dos alunos da rede pública estadual foram inseridos em uma plataforma online de ensino durante a quarentena. “De alguma maneira, as escolas vão colher o bom resultado no pós-pandemia”, explica Claudia. A inclusão digital, porém, não significa apenas garantir o acesso à tec-

Fotos: Christian Parente/Um Brasil; acervo pessoal



nologia. “Não basta distribuir computadores para todos e achar que está resolvido. É necessário usar corretamente o meio digital no ensino”, completa Claudia.

A opinião é compartilhada por Lucilia Guerra. “A quarentena acelerou um processo inevitável e desmistificou a tecnologia na educação”, explica a diretora do CPS, apontando os benefícios do processo acelerado de inclusão digital para os docentes. “A pandemia levou muitos educadores ao universo tecnológico e à inserção digital. Havia professores que não lidavam bem nem sequer com e-mail e, agora, dão aulas online”, cita Lucilia. “Precisamos sempre mesclar as dinâmicas de ensino, até para que a escola seja atraente e mantenha o foco e a atenção do aluno. A pandemia ensinou a dialogar com o aluno a distância, em um ambiente virtual”, completa Lucilia.

Em relação aos recentes resultados do Ideb, divulgados em setembro deste ano, as educadoras comemoram os bons números, mas



A PANDEMIA LEVOU MUITOS EDUCADORES AO UNIVERSO TECNOLÓGICO E À INSERÇÃO DIGITAL. HAVIA PROFESSORES QUE NÃO LIDAVAM BEM NEM SEQUER COM E-MAIL E, AGORA, DÃO AULAS ONLINE.

LUCILIA GUERRA

ressaltam que é necessário avançar ainda mais. Em relação ao ensino médio nacional, a nota do Ideb saltou de 3,8, em 2017, para 4,2 em 2019. “Ter dado um salto no ensino médio foi muito positivo. Contudo, é importante também perceber que a velocidade está errada. Temos de descobrir formas de ‘pisar no acelerador’, especialmente no pós-pandemia, porque provavelmente haverá uma perda desses ganhos mais recentes”, diz Claudia Costin.

“Todo avanço deve ser comemorado, mas não podemos nos acomodar. Há muito a ser feito ainda”, diz Lucilia. “Precisamos avançar no apoio à educação básica, que carece de melhor e mais adequada infraestrutura, para que as metodologias diferenciadas tomem mais espaço nas escolas”, acrescenta ela, que ressalta o papel dos educadores.

“Temos de destacar a atuação do professor. Além de ser reconhecido no seu esforço ímpar, deve ser colocado de frente para novas metodologias e ser capacitado de maneira contínua”, explica Lucilia. Ela lembra que, muitas vezes, o aluno questiona a aplicação do conhecimento adquirido na escola em sua vida prática. “Cabe ao professor fazer esta transposição do ensino teórico para o sentido prático do conhecimento na vida do estudante. Costumo dizer que o que está na vida tem de estar na escola. E o contrário, também: se está na escola, tem de estar na vida”, completa.

&


Ouça a entrevista em
www.revistapb.com.br/podcasts

SORRISO DE FILHA.

FECOMERCIO SP

Qualicorp

PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de qualidade
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a **FECOMERCIO-SP**
você, **Empregador do Comércio**, tem condições
especiais na adesão de um dos melhores planos
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **331¹**

SulAmérica
Saúde

bradesco
saúde

Central Nacional
Unimed

amil

Ligue:
0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em
qualicorp.com.br/oferta.

¹R\$330,11 - Plano Qualicorp Estilo Nacional ADS I - E (EA) (registro na ANS nº 482.202/19-1), da Central Nacional Unimed, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento nacional (tabela de Maio/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Outubro/2020.

SulAmérica:
ANS nº 006246

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711

Central Nacional Unimed:
ANS nº 339679

Amil:
ANS nº 326305

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173



TEORIA E PRÁTICA CONTRA A CORRUPÇÃO

ENTREVISTA REALIZADA EM MAIO DE 2020

ENTREVISTA **██████████**
HUMBERTO DANTAS **██████████**
FOTOS **██████████**
ARQUIVO UM BRASIL **██████████**

O DESEMBARQUE, DO GOVERNO FEDERAL, DO EX-MINISTRO SERGIO MORO ABRIU UMA FERIDA GRAVE NO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO. A SAÍDA DE MORO – ALIADA A PROBLEMAS ECONÔMICOS, PANDEMIA DE COVID-19 E DISCURSO AUTORITÁRIO DO GOVERNO – ACENDE A LUZ AMARELA NOS RISCOS QUE A DEMOCRACIA ENFRENTA NO PAÍS. A OPINIÃO É COMPARTILHADA PELAS CIENTISTAS POLÍTICAS DANIELA CAMPELLO, PROFESSORA NA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (EBAPE/FGV), NO RIO DE JANEIRO, E NARA PAVÃO, PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). “ESTAMOS PASSANDO GRANDES CRISES ECONÔMICA, POLÍTICA E, AGORA, DE SAÚDE PÚBLICA, QUE PÕEM EM XEQUE A FORÇA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS”, DIZ NARA.

A saída do ex-ministro Sergio Moro, do governo federal, impacta a percepção dos brasileiros acerca do envolvimento do presidente Jair Bolsonaro e do seu governo com a questão da corrupção?

NARA PAVÃO – Sim. Sergio Moro era o símbolo do comprometimento de Jair Bolsonaro na luta contra a corrupção. Muitos eleitores de Bolsonaro votaram nele pensando em uma agenda anticorrupção. A escolha de Moro foi estratégica no sentido de reforçar o comprometimento do governo com a pauta. E a saída dele, inclusive nas circunstâncias nas quais se concretizou, sinaliza o enfraquecimento desta bandeira.

Bolsonaro efetivamente contratou um agente da pauta anticorrupção ou colocou Moro quase como uma peça decorativa?

DANIELA CAMPELLO – A impressão de Moro no governo é que o trabalho dos dois, em conjunto, foi pior à imagem do ex-ministro do que a de Bolsonaro. Moro teve pouca capacidade de agir desde que entrou no governo, e muita coisa aconteceu – inclusive em relação à corrupção, como o escândalo das “rachadinhas”. A impressão é que ele estava procurando um momento de se desligar de um governo que o tinha como figura decorativa anticorrupção.

Moro, como ministro, em alguns momentos, também foi cobrado por ter flexibilizado a própria pauta de combate à corrupção. Talvez por isso, ou percebendo isso, ele tenha saído como saiu?

NARA – Ficou claro, desde o começo, que o governo não tinha uma verdadeira pauta anticorrupção. No caso de Moro, havia um misto de pretensão muito grande com ingenuidade (também muito grande) de achar que a entrada no governo daria continuidade ao trabalho que ele estava fazendo na Lava Jato. A política não funciona dessa forma. Ele claramente não entendia o funcionamento dela, e foi nisso que se afundou enquanto ministro.

Quanto essa esperteza em relação a um agente inocente também não representa uma dificuldade muito grande de agir?

DANIELA – Moro foi extremamente vaidoso e oportunista, e encontrou ali uma trajetória de carreira. Talvez a ingenuidade fosse, dentro desta estratégia, achar que ia ter algum espaço no governo. O que aconteceu com a família Bolsonaro vinha acontecendo durante anos. O esquema entre laranjas, “rachadinhas” e tudo o mais. O que não existia era a expectativa de que fossem chegar à Presidência. E quando se chega à Presidência, o telhado de vidro é outro. Bolsonaro está tendo que lidar com este passado e tentando segurar as pontas até onde der.

Esse “telhado de vidro” é à prova de bala ou é vidro de porta-retrato chinês?

NARA – Está mais para a segunda opção. Os Bolsonaro não achavam que chegariam à Presidência da República. Com tanto envolvimento em casos de corrupção, como é que conseguiram e tiveram coragem de levantar uma bandeira anticorrupção da forma como fizeram? É um movimento muito arriscado. Mas aí entra o antipetismo. A quantidade de ódio que existia em relação ao PT, e essa crença forte trazida pela Lava Jato de que o PT e os partidos tradicionais eram os principais associados à corrupção, fizeram com que Bolsonaro nunca acreditasse que algum caso de corrupção contra ele fosse ter o mesmo peso.

Há possibilidade de o desgaste de Jair Bolsonaro chegar ao ponto que chegou o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

NARA – Os processos são bem diferentes, porque Lula foi alvo da maior campanha anticorrupção do mundo: a Lava Jato. Bolsonaro não, mas pode ser que ele ainda seja. Então, a situação foi mais difícil para Lula do que está sendo para Bolsonaro. No entanto, Lula tinha uma prosperidade econômica que Bolsonaro não tem. Bolsonaro não só governa em um momento que não é de prosperidade econômica, como há uma crise de saúde pública, que torna tudo mais difícil. Neste sentido, Bolsonaro é mais vulnerável. Agora, ele tem capital político. Há uma parcela da população que gosta dele e que vai sempre relativizar estas acusações de corrupção. **Daniela** – Devemos lembrar que Lula tinha 40% de intenção de votos em 2018. Não sabemos o que teria sido uma eleição se Lula tivesse disputado. Na ciência política, temos evidências de que corrupção e escândalos, de uma maneira geral, são temas que tendem a ter mais influência sobre o eleitorado em períodos de crise do que em épocas de bonança econômica. Lula, por exemplo: passou o escândalo do “mensalão”, em 2006, e não colou. Já os escândalos que vieram à tona, da Lava Jato, no período da ex-presidente Dilma Rousseff, embora ela não tivesse sido acusada de estar diretamente envolvida com eles, tiveram outro impacto, pois já era um período de crise econômica.

No dia em que Moro pediu demissão, alguém, na Câmara dos Deputados, gritou: “Morre um ministro, nasce um candidato”. Como ele poderia se dar bem no que diz respeito a uma candidatura aparentemente com dificuldade de apoio, pelo menos no universo político?

DANIELA – O fato de ele ter dificuldade na área política é um plus. Após o período da Lava Jato e as últimas eleições, não vimos uma reconstrução da imagem dos partidos. Falou-se muito em renovação na política, e pouco do que vimos foi renovação. Neste sentido, Moro ser de fora e não ter relações com partidos é um aspecto positivo do ponto de vista de como ele vai se posicionar numa campanha eleitoral.

É fácil entrar num partido com esse discurso ou as portas se fecham?

NARA – Acho que a entrada é a parte fácil, porque é um discurso que vende bem. Mas a dificuldade é: como ele vai conviver com pessoas do mesmo partido acusadas de corrupção? Este é um custo muito alto para Sergio Moro. Ele vai ser sempre o juiz da Lava Jato. O padrão de comportamento que se espera dele é muito alto, que é um pouco a “saia justa” que viveu no governo Bolsonaro. **Daniela** – Os brasileiros, de uma forma geral, estão à procura de heróis. Não existe um salvador da pátria, um paladino da corrupção. É um trabalho coletivo, de partidos, de sistema político. Isso é pouco claro para a população e mesmo para os agentes econômicos. Há uma certa ingenuidade de que um presidente vai resolver a situação, e não funciona assim.

Alguns indicadores pelo mundo têm mostrado que o Brasil tem flertado com a perda de status associados à sua lógica democrática. Como ficamos neste sentido?

DANIELA – Existe um discurso antidemocrático que é inaceitável numa democracia, principalmente pela maior liderança, que é

“

OS BRASILEIROS, DE
UMA FORMA GERAL,
ESTÃO À PROCURA DE
HERÓIS. NÃO EXISTE
UM SALVADOR DA
PÁTRIA, UM PALADINO
DA CORRUPÇÃO. É UM
TRABALHO COLETIVO,
DE PARTIDOS, DE
SISTEMA POLÍTICO.

DANIELA CAMPELLO



a Presidência da República. Não pode haver um presidente que vá a eventos públicos que chamam pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo fim do Congresso Nacional. A democracia não foi feita para suportar isso. Há este ambiente de agressividade em relação à mídia, o que é muito sério. Há uma Procuradoria-Geral da República (PGR) que funciona como uma advocacia privada do presidente. Há uma Polícia Federal (PF) na qual, hoje, está claro que há uma intenção de ingerência. É extremamente preocupante esta relação profunda entre governos e forças militares. Isso não é uma característica das democracias que funcionam.

NARA – Estamos passando por grandes crises econômica, política e, agora, de saúde pública, que põem em xeque a força das instituições democráticas. Os dados mostram um processo de autocratização do Brasil. As pessoas estão mais dispostas a apoiar um golpe militar quando há muita corrupção ou quando há um desempenho econômico indesejável. Isso preocupa.

Podemos acreditar na possibilidade de a democracia brasileira minimamente tentar se equilibrar sobre (e a despeito de) suas instituições?

DANIELA – Bolsonaro é uma pessoa que, de fato, tem tendências autoritárias. Neste sentido, é um pouco assustador que estejamos passando por este momento de acirrar tendências políticas. Agora, ele vê nisso uma oportunidade para exercer o seu autoritarismo e sabe que, quanto mais acirrada for a crise, mais a base de apoio dele vai topar dar este “cheque em branco” para movimentos autoritários. Por outro lado, não teria facilidade de construir uma coalizão duradoura caso quisesse romper com as instituições democráticas. Talvez teria o apoio de alguns militares no começo, mas só esta ruptura já seria traumática para o Brasil. Minha expectativa antes do covid-19 já era que a economia não estivesse entregando e que essa base de apoio fosse diminuir. Agora, com a pandemia, acho isso muito mais claro. Bolsonaro não vai conseguir se desfazer desta responsabilidade. Então, neste sentido, acho que ele está se enfraquecendo.

No Poder Executivo, pessoas defendem que o covid-19 não existe e que há um grande complô comunista. É preciso tomarmos mais cuidado com aquilo que um governo estabelece como narrativa?

DANIELA – Bolsonaro nunca foi levado a sério. Era aquele que tinha atitudes extremas, e as pessoas o achavam pitoresco, mas ele não foi levado a sério. Ele estava ali, “na franja”. E temos um sistema político permeável para que uma pessoa “da franja” chegue à Presidência da República. A diferença de democracias mais consolidadas é que este tipo de atitude é filtrado de alguma maneira em um partido, uma organização. Nós não temos esses partidos. Então, uma figura como Bolsonaro, isolada, sozinha, consegue se tornar presidente da República. É importante que esse tipo de figura nem comece a existir dentro do sistema político, ou seja, um representante numa democracia na qual a agenda sempre foi o fim dela mesma, o incentivo à tortura e às mortes.

Há “franjas” para todos os lados?
DANIELA – “Franja” é “franja” na extrema-esquerda e na extrema-direita. Extrema-esquerda e extrema-direita se encontram no autoritarismo, e não é só no Brasil.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



MUITOS PLANOS E POUCA EXECUÇÃO

A expressão “nova economia” surgiu no fim da década de 1990 com o objetivo de descrever a transição estrutural de uma economia majoritariamente industrial para uma economia centrada em serviços.

A partir do desenvolvimento da tecnologia, as principais características da nova economia foram aparecendo: organizações menos hierarquizadas, mais transparência e responsabilização, métodos ágeis de gestão, foco no consumidor, preocupação em inovar constantemente, entre outras. Não há qualquer negócio (ou pessoa) que não seja impactado direta ou indiretamente por este movimento.

Segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI.br), em 2019, o Brasil alcançou 134 milhões de usuários na web, os quais podem consumir todo tipo de serviço ou produto. Por outro lado, 84% dos agricultores utilizam ao menos uma tec-

VITOR MAGNANI,
COORDENADOR-
-EXECUTIVO
DO CONSELHO
DE COMÉRCIO
ELETRÔNICO DA
FECOMERCIO-SP,
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA ONLINE
TO OFFLINE (ABO2O)
E PROFESSOR
DA FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE
ADMINISTRAÇÃO (FIA)

nologia digital como ferramenta na produção (Embrapa/Sebrae/INPE). E a indústria já observa um aumento médio de 22% na produtividade das pequenas e médias empresas que utilizam ferramentas digitais (CNI/Senai).

Contudo, será que as políticas públicas do Brasil estão ajudando a criar um desenvolvimento sustentável da nova economia?

Não é de hoje que o Estado pensa alternativas para, de fato, entrar de vez nessa nova economia. Prova disso é a Estratégia Brasileira de Transformação Digital, publicada em 2018 (Decreto 9.319). Nela, encontramos um plano para impulsionar a digitalização da economia, por meio de acesso às tecnologias, pesquisa, educação e capacitação. Passados dois anos de existência da estratégia, quais foram os resultados observados?

Em 2019, o governo publicou outra importante norma: o Plano Nacional de Internet das Coisas (Decreto 9.854). Documento que estabeleceu uma série de objetivos para o fomento deste tipo de tecnologia e criou um órgão consultivo formado por diversos ministérios a fim de avaliar a implementação da estratégia. Após um ano, quais foram os impactos?

Em 2020, mais um grande plano. O governo publicou a Política Nacional de Inovação (Decreto 10.534), com o objetivo de estimular soluções tecnológicas, ampliar a formação e a capacitação para a nova economia e criar uma “cultura de inovação empreendedora”. Neste mesmo ano, o Executivo criou também o Comitê Nacional de Iniciativas de Apoio a Startups.

Para não falar de uma agenda pública que vem produzindo ótimos resultados, o Banco Central (BC) possibilitou o PIX (pagamentos instantâneos) e avançou na implementação da governança do Open Banking, um grande banco de dados que permitirá que novos serviços e produtos sejam criados. Uma agenda que está dinamizando o mercado e ampliando a concorrência.

O que podemos desde já afirmar é que o Executivo Federal, salvo raras exceções, é muito bom em formular planos, mas pouco eficiente em executá-los. Não se trata de receber benesses, mas partir do pressuposto que todos os atores – iniciativa privada, sociedade civil organizada, academia e governo – devem trabalhar diuturnamente para executá-los.

&

REDEFINIÇÕES NECESSÁRIAS

O efeito devastador da pandemia de covid-19 já foi documentado e debatido por diferentes especialistas, e dificilmente há quem seja capaz de negá-lo. A despeito de 2020 ter sido o ano no qual se pôs o conceito de resiliência à prova, ainda não é possível afirmar quais foram os setores que mais sofreram, mesmo que algumas evidências nos permitam concordar que, de fato, o de viagens e turismo será o mais impactado – em virtude do tempo necessário à sua recuperação.

As existências combinadas de políticas públicas claras para o desenvolvimento do setor turístico e a disponibilidade de dados socioeconômicos relevantes permitiram que países como Itália, Espanha, Alemanha e Reino Unido, entre outros, rapidamente adotassem medidas de proteção aos empregos e disponibilização de linhas de crédito para os empregadores; enquanto, no Brasil, o turismo se mostra politicamente irrelevante.

A principal evidência está na disparidade entre o reconhecimento das perdas (estimadas em torno de R\$ 208 bilhões entre março e outubro de 2020, conforme dados da FecomercioSP) e a oferta de crédito capitaneada pelo Ministério do Turismo, que não ultrapassou R\$ 6 bilhões – ou 3% do que foi perdido. Entre empregos diretos e indiretos, estimam-se cerca de 660 mil desligamentos, e cabe ressaltar que as contratações posteriores tendem a envolver menos qualificação e menores salários.

Até o fim do mês de outubro, não ficaram evidentes as estratégias nacionais para recuperação do setor, considerando que, para além dos efeitos vinculados à pandemia, ainda se somam as queimadas na região amazônica e no Pantanal e as ameaças constantes à preservação de ecossistemas – como o caso de restingas, manguezais e a fauna marinha em Fernando de Noronha –, bem como a recuperação (ou redefinição) da imagem internacional do Brasil no exterior.

Compreendendo que as perdas de 2020 fazem com que a movimentação econômica do turismo retorne ao patamar de 2001, representantes da Organização Mundial do Turismo (UNWTO), com a colaboração de pares como WTTC [*Conselho Mundial de Viagens e Turismo*], Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), G20 e Banco Mundial, indicam três pilares fundamentais para o redesenho de políticas para o turismo: a capacitação das pessoas, a proteção do planeta (e sua biodiversidade) e a definição de novas fronteiras, com o benefício da inovação.

Para tanto, a relação das tarefas a serem cumpridas pelos governos compreende:

1. investimentos em qualificação e capacitação profissional;
2. promoção do papel das mulheres nas comunidades;
3. estímulos à inovação, à digitalização e ao empreendedorismo;
4. fortalecimento das comunidades (para menor dependência do turismo internacional);
5. desenvolvimentos de infraestrutura e serviços para melhoria da qualidade de vida nas comunidades;
6. criação de programas consistentes de preservação ambiental e valorização cultural;
7. adoção de práticas de formalização e valorização de trabalho decente;
8. acessibilidade generalizada;
9. adoção de modelos com Parcerias Público-Privadas (PPPs) e agentes da comunidade.

Uma crise sem precedentes, causada pela pandemia, nos oferece grande oportunidade de redefinir as práticas nacionais de turismo, de forma mais sustentável e inclusiva, garantindo distribuição territorial mais ampla e atingindo mais pessoas e comunidades. Para que isso aconteça, outra mentalidade de gestão pública para o turismo se faz urgente e necessária.

&

MÚSICA PARA OS BOLSOS

ENTREVISTA REALIZADA
EM AGOSTO DE 2020

ENTREVISTA **████████**
JULIANA RANGEL **████████**
FOTOS **████████**
CAMILA PORTELA **████████**

RAP PARA ENSINAR FINANÇAS. A ECONOMISTA **GABRIELA MENDES CHAVES** ENXERGOU NA CULTURA HIP-HOP UMA MANEIRA DE ORIENTAR A POPULAÇÃO MAIS CARENTE SOBRE TEMAS DO DIA A DIA, COMO FORMAÇÃO DE RESERVAS FINANCEIRAS, ADMINISTRAÇÃO DE DÍVIDAS, EMPREENDEDORISMO E PADRÕES DE CONSUMO, ALÉM DAS MELHORES FORMAS DE LIDAR COM O DINHEIRO DURANTE E DEPOIS DO COVID-19. “NÃO EXISTE MAIS O NOVO NORMAL, MAS O MUNDO PRÉ-PANDEMIA E O MUNDO PÓS-PANDEMIA”, DIZ A ECONOMISTA, FORMADA PELA PUC-SP E FUNDADORA DA NOFRONT, ESCOLA QUE LEVA EDUCAÇÃO FINANCEIRA A COMUNIDADES PERIFÉRICAS DE SÃO PAULO.



Qual é a sua história com o rap?

Cresci em Taboão da Serra, que é bem próximo ao Capão Redondo [*bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo*]. A cultura hip-hop do rap sempre esteve muito presente na minha vida. O primeiro show ao vivo que assisti foi ao do Racionais MC's, aos seis anos.

Como decidiu que estudaria Economia?

Sempre tive senso crítico bastante aguçado. Então, queria ser advogada. Acabei conseguindo uma bolsa na Faculdade de Economia e decidi conhecer a profissão. Meus pais não vêm de uma tradição de economistas. Meu pai era metalúrgico e minha mãe, assistente social. Quando ingressei no mercado financeiro, descobri o universo de possibilidades quando falamos da relação com o dinheiro e de investimentos. Por um lado, quando estava trabalhando no centro da cidade, via as pessoas conquistando as coisas por meio de investimentos. No entanto, por outro, quando voltava para casa, havia um panorama totalmente diferente: pessoas endividadas e nenhuma reserva de emergência. Comecei a pensar em como poderia criar um método que fizesse os outros entenderem que todo mundo lida com Economia. Temos esta ideia de que é assunto de gente rica, mas é a ciência que estuda como produzimos e distribuímos as coisas dentro de uma sociedade. É importante entendermos que existem os pequenos agentes: o mercadinho, o açougue – que são muito importantes para a construção desta malha da economia. Foi aí que surgiu a ideia de trazer a economia pela ótica do rap, numa perspectiva de mostrar como isso impacta diretamente a nossa vida. E também com o recorte racial, porque identificamos que muitas questões de educação financeira, em geral, não olham para a especificidade da população negra no Brasil, que sistematicamente ganha menos do que a branca e sofreu um processo histórico de escravização e precarização do trabalho.

Qual o perfil dos alunos?

Quase 70% são mulheres, e não há uma faixa etária definida. Inclusive, há um fenômeno muito interessante: várias gerações do mesmo núcleo familiar fazendo o curso para aprender uma nova relação com o

dinheiro. Em muitos lares, dinheiro é motivo de briga e violência. Trabalhamos a perspectiva de conseguir integrar a família nesta discussão para termos, de fato, uma mudança sobre como lidamos com finanças – não só individualmente.

As mulheres chefiam muitos lares brasileiros e são a principal fonte de renda ou têm o papel de administrar as finanças, não é?!

Exato. Quem fala que as mulheres são descontroladas com o dinheiro, desconhece a realidade de milhões que chefiam lares e precisam sustentar famílias inteiras, por vezes, com dois ou três salários mínimos. Estamos falando de ressignificar a economia, entender que todo mundo lida com dinheiro, inclusive as donas de casa, porque elas são responsáveis pela economia doméstica. Falar de economia não é só das pessoas que estão comprando e vendendo ações todos os dias. Quando compramos no mercadinho do bairro, movimentamos aquela economia. Quando decido poupar R\$ 10, já é melhor do que zero.

Como é a metodologia? Onde entra o rap?

O rap entra como base para refletirmos sobre o racismo no Brasil e a estrutura da periferia. As chefes de lares são excelentes administradoras, porque muitas têm que administrar um frango inteiro para cinco pessoas. E o rap é muito importante para conseguirmos trazer referência própria a fim de falar de um tema muito difícil: dinheiro. No Brasil, temos a tendência de copiar a Europa ou os Estados Unidos. Qual é, de fato, a referência do Brasil? Tem a Europa, mas tem muita coisa da África. O rap traz a perspectiva de partirmos de um lugar próprio, de um diagnóstico próprio, e desenhar caminhos com processos próprios.

Como é trabalhada, nas aulas, a questão do consumo?

Trabalhamos para não criminalizar a ostentação, entendendo que, socialmente, a ostentação é problematizada quando ela está no CEP errado. Sempre houve carros de luxo. Roupas de marca, idem. Quando é que estas coisas se tornam ostentação? Quando está na favela, e não no bairro de



QUEM FALA QUE AS MULHERES SÃO DESCONTROLADAS COM O DINHEIRO, DESCONHECE A REALIDADE DE MILHÕES QUE CHEFIAM LARES E PRECISAM SUSTENTAR FAMÍLIAS INTEIRAS, POR VEZES, COM DOIS OU TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS.

elite. Porque se estão no bairro de elite, é normal. Não chamamos de ostentação quando um cara como Eike Batista tem um jato particular. Espera-se que ele tenha. Contudo, quando falamos do moleque na favela, ele não pode querer ter um tênis de R\$ 1 mil. Esta criminalização da ostentação é nociva. Às vezes, é o consumo que vai dar “um gás” para o cara aguentar o emprego, procurar um trabalho melhor, dar “o gás” para ele estudar. É muito perverso penalizar o desejo da periferia de ter uma vida melhor. Trabalhamos numa perspectiva de que está tudo bem em querer ter o que se quer, mas é muito importante planejar para conquistar tudo isto.

Quais as principais dúvidas nas aulas? Estruturação financeira, dívidas e como se organizar. E, neste momento, em razão do que está acontecendo na economia em relação aos empregos, há muitas perguntas sobre empreendedorismo.

Quais são as perspectivas para as pessoas que estão em busca de um trabalho, lidando com as próprias dívidas e, ao mesmo tempo, querendo administrar para que não falte nada em casa? Estamos vivendo uma recessão econômica – o que significa que o País está produzindo cada vez menos. Se produzimos menos, contratamos menos. Se contratamos menos, temos menos postos de trabalho. Isso coloca a população numa situação de grande fragilidade. É um momento de muita cautela financeira. Não é hora para grandes investimentos ou grandes dívidas; é preciso criar reservas financeiras. Para esta pessoa que está apertada, a recomendação é: priorize o seu sustento.

Quais políticas públicas são urgentes? A renda mínima resolveria alguns dos problemas, como o País não voltar para o Mapa da Fome. Precisamos de obras de infraestrutura e do Estado para recuperar a economia.

E as grandes reformas em discussão? O Brasil precisa de uma Reforma Tributária urgente e discutir uma Reforma Agrária. É necessário criar mecanismos de tributação sobre dividendos e tributações que incidam sobre a renda. O Imposto de Renda (IR) onera excessivamente a classe média e não tributa os mais ricos. Há estudos que comprovam que taxações muito simples em grandes fortunas permitem investimentos gigantescos.

É mais difícil ensinar as pessoas sobre como investir com uma taxa de juros mais baixa? A taxa de juros pode ser de 50% ou de 1%, que o conceito para explicar juros compostos é o mesmo. Estamos falando de uma população que está na caderneta de poupança. Então, falar de Tesouro Público, mesmo com uma taxa de juros baixa, é um avanço enorme na vida financeira. Neste momento, é necessário criar reservas de valor. Esta é uma lição de casa que o brasileiro ainda não tem: a cultura de uma reserva de emergência.

A que atribui a dificuldade da população em relação à economia ou a temas relativos à economia? Primeiro, uma base escolar matemática muito traumatizante para a maior parte das pessoas. Isso faz com que elas criem bloqueio com tudo o que envolva números. Há também uma cultura de distanciamento da economia.

Como enxerga o Brasil pós-pandemia?

Empobrecido, com mais concentração de renda, além de oligopólios e monopólios fortalecidos. Mas também um Brasil de resistência, onde as mulheres negras estão organizadas, a população LGBT está organizada; onde atores que sempre estiveram fora do tabuleiro estão, agora, chegando e falando: “Não há jogo sem a nossa peça”. Um Brasil de transformações, que desejo muito que sejam menos dolorosas e violentas. A polaridade que se criou na sociedade brasileira é muito nociva para o nosso avanço coletivo. Espero que a gente consiga, neste momento de isolamento e de silêncio, desenvolver mais a capacidade de escuta. É necessário para a sociedade debater, de maneira educada e pacífica, para se chegar ao consenso. Não existe mais o novo normal, mas o mundo pré-pandemia e o mundo pós-pandemia.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



O DRAMA DO EMPREGO E AS MAZELAS ESCANCARADAS

ENTREVISTA 
LUCAS MOTA 
FOTOS 
CHRISTIAN PARENTE 

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E FISCAIS DO COVID-19 NO BRASIL SERÃO SENTIDAS NO DECORRER DE 2021, POR CAUSA DO AUMENTO DO DESEMPREGO E DE UM POSSÍVEL DESEQUILÍBRIO NAS CONTAS PÚBLICAS. A OPINIÃO É DO ECONOMISTA E FILÓSOFO EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM OUTUBRO AO PODCAST DA REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS.



O que significa, na prática, o aumento da dívida pública?

O Brasil começava a conquistar uma ancoragem fiscal antes da pandemia. A conquista dessa ancoragem foi um trabalho de controle de gastos públicos e aprovação de reformas importantes, como a da Previdência. Com a pandemia, foi preciso realizar uma série de gastos, e a arrecadação caiu muito, o que levou o Estado a aumentar o patamar da sua dívida pública. Entramos na pandemia com a dívida pública numa proporção em torno de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) e vamos sair dela com uma dívida entre 95% e 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Não é o fim do mundo. Países como Itália e Japão convivem com dívidas líquidas do setor público maiores que 100% e nem por isso caíram no precipício. Mas é uma situação que requer atenção e cuidados. Se essa dívida se mantiver na trajetória ascendente em 2021, vamos caminhar para uma situação muito complicada, porque gerará dúvidas em relação à solvência do Estado. Isso vai se refletir nos juros, e, com o estoque de dívida mais alto, o déficit público vai virar uma “bola de neve”.

O Estado, como está desenhado hoje, tem como combater a escalada do desemprego, que deve ser agravado pelo fim do auxílio emergencial?

Somos uma nação de desigualdade estrutural secular, e essa situação foi escancarada na pandemia. Basta lembrar que 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada. A desigualdade na educação é tremenda. Na pandemia, 67 milhões de brasileiros pediram o auxílio emergencial. O quadro para 2021 é preocupante. O auxílio emergencial será reduzido ou extinto. As empresas, principalmente as pequenas e médias, que se beneficiaram de acesso aos créditos disponibilizados pelo governo e adiamento do pagamento de impostos, vão ter que pagar suas contas num momento em que ainda estarão muito frágeis. A “quebradeira” será inevitável. O desemprego vai aumentar. A onda da pandemia, felizmente, parece que está começando a passar, mas o impacto social do covid-19 será sentido no decorrer de 2021. Lógico que vai depender da retomada, se a economia vai ser mais forte ou mais claudicante. Mas a questão do emprego vai ser dramática.

O Brasil tem carga tributária alta e gastos públicos também elevados. Como avalia as políticas econômicas do Ministério da Economia no combate a essa disfuncionalidade? O governo tem capital político para realizar reformas?

Há algo profundamente errado no modo como o Estado brasileiro extrai recursos da sociedade, com tributos, e como gasta estes recursos, agravando as desigualdades em vez de corrigi-las. O Estado brasileiro arrecada 33% do PIB. Só que ele gasta mais do que arrecada. Nós vínhamos com déficit nominal de 6% do PIB antes da pandemia. Então, se somarmos o que o Estado arrecada mais o que ele gasta além do que arrecada, falaremos de um país onde 39% da renda nacional são intermediados pelo setor público. É muito alto. Ao mesmo tempo, há indicadores sociais de saúde, educação e segurança muito defasados em relação ao nosso estágio de desenvolvimento estritamente econômico. Como se explica que o Estado, que drena 39% da renda nacional, não entrega, na outra ponta, políticas públicas que atendam minimamente a demandas em áreas como saúde, educação, segurança e transporte público? O Estado brasileiro é uma máquina muito poderosa de concentração de renda. Há muitos fatores para isso, mas quem imaginava que juros altos explicariam esta realidade está tendo que repensar, pois os juros estão baixos.

Sob a ótica ambiental, o Brasil pode sofrer retaliações do ponto de vista econômico? Já está acontecendo. A França está se opondo ao acordo que assinamos com a União Eu-



COMO SE EXPLICA QUE O ESTADO, QUE DRENA 39% DA RENDA NACIONAL, NÃO ENTREGA, NA OUTRA PONTA, POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDAM MINIMAMENTE A DEMANDAS EM ÁREAS COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E TRANSPORTE PÚBLICO?

ropeia, fundos soberanos que financiavam políticas de preservação ambiental na Amazônia estão bloqueados e consumidores do mundo inteiro ameaçam boicote a produtos brasileiros. O próprio sistema financeiro nacional está alerta, pressionando. O Brasil virou um pária ambiental. É um fato concreto, e são necessários resultados para reverter isso.

É possível calcular o saldo da pandemia em termos mais abrangentes? Vamos ficar ainda mais pobres e desiguais?

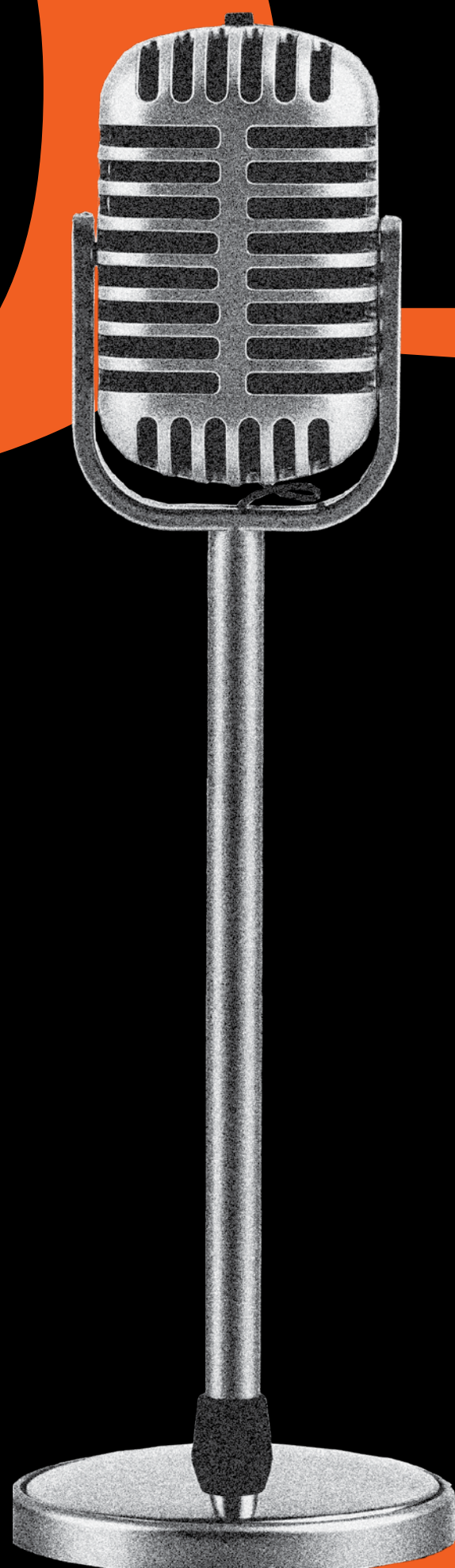
É cedo para esta avaliação ainda, mas a desigualdade brasileira foi escancarada de um modo como nunca havíamos percebido antes. Espero que a sociedade saia amadurecida e fortalecida desta situação de adversidade que todos nós estamos passando. A adversidade faz parte da vida, de qualquer pessoa e qualquer nação. A diferença é se essa adversidade leva à prostração ou, ao contrário, produz as energias necessárias para novas conquistas. Torço para que tudo isso nos ajude a enfrentar os problemas que nos acompanham há tanto tempo. Estou falando basicamente de três coisas: defesa intransigente da democracia, redução da desigualdade e preservação ambiental.

Qual sua percepção da Reforma Tributária? Há chances de ser aprovada?

Tenho impressão de que ela não vai sair tão cedo. O governo federal está devendo a apresentação de um projeto abrangente de Reforma Tributária, que não seja apenas a união de dois impostos federais.



Ouç a entrevista em www.revistapb.com.br/podcasts



UMA REVISTA PARA CLICAR, OUVIR E LER.

Agora, você pode conferir conteúdos exclusivos da **PB** no site ou no nosso podcast.

Ouvimos especialistas, de diversas áreas do conhecimento, sem deixar de retratar a realidade dos anônimos que protagonizam a história brasileira de todos os dias.

Em pauta, os desafios políticos, socioeconômicos e culturais do País.

QUER LER E OUVIR
AS NOSSAS PÁGINAS?
ACESSE:
WWW.REVISTAPB.COM.BR

OUA O PODCAST REVISTA PB





“OU É IMPARCIAL OU NÃO É JUDICIÁRIO”

ENTREVISTA REALIZADA EM OUTUBRO DE 2020

ENTREVISTA **GUILHERME BAROLI**
ISABELLY VERÍSSIMO, LEILA CORDEIRO E
RAFAEL MARTINS (estudantes associados à
Brazilian Student Association – BRASA)
FOTOS **ROSINEI COUTINHO**
NELSON JR.

A SENSATEZ E A EXPERIÊNCIA DOS 40 ANOS DE CARREIRA JURÍDICA MARCAM A AVALIAÇÃO DE **CÁRMEN LÚCIA** – MINISTRA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) DESDE 2006 E PRESIDENTE DA CORTE ENTRE 2016 E 2018 – SOBRE O ATUAL BRASIL. “VEJO ESTA POLARIZAÇÃO COMO UM MUNDO QUE ENSURDECEU PARA O OUTRO. E NÃO ACHO, LAMENTAVELMENTE, QUE AO PERDERMOS UM SENTIDO, TODOS OS OUTROS SEJAM AGUÇADOS. ÀS VEZES, NÃO OUVIMOS O OUTRO PORQUE NEM SEQUER O VEMOS”. NESTA ENTREVISTA, ELA FALA SOBRE POLARIZAÇÃO, *FAKE NEWS*, PAPEL DAS MULHERES EM POSTOS DE DESTAQUE, CRISE DEMOCRÁTICA E, CLARO, O PROTAGONISMO DO JUDICIÁRIO. “IMPARCIALIDADE NO JUDICIÁRIO É: OU É IMPARCIAL OU NÃO É JUDICIÁRIO. SIMPLES ASSIM. NINGUÉM COGITA UM JUÍZO PARCIAL. IMPARCIAL É NÃO TER PARTES. AGORA, SE ELE TOMA PARTIDO, DEIXOU DE SER JUIZ”. A ENTREVISTA É PARTE DE UMA SÉRIE DE DEBATES REALIZADOS EM PARCERIA COM A BRAZILIAN STUDENT ASSOCIATION (BRASA), ASSOCIAÇÃO FORMADA POR BRASILEIROS QUE ESTUDAM NO EXTERIOR.

GUILHERME BAROLI – Temos visto uma ascensão do nacional-populismo em vários países. Como a senhora interpreta a situação político-social brasileira e o papel do País no mundo?

A visão de que estamos num momento de polarização é tristemente verdadeira. O que me parece é que estamos num momento de “surdez”, em que a pessoa se acha tão imbuída de certezas, num mundo de incertezas – o que é, por si, paradoxal –, que não precisa nem ouvir o outro. Vejo essa polarização como um mundo que ensurdeceu para o outro. E não acho, lamentavelmente, que ao perdermos um sentido, todos os outros sejam aguçados. Às vezes, não ouvimos o outro porque nem sequer o vemos. Talvez, neste ano, por termos sido postos diante de problemas tão graves – que nos foi levado, pela pandemia, ao afastamento obrigatório –, chegaremos a pensar se não é hora de superar, não o diferente, não o outro polo, não de fazer necessariamente uma travessia, mas de não ficar, de uma margem, achando que o outro lado é que tem problema. Não tem problema nenhum, tem outro ser humano que, talvez, me convença que o lado de lá seja melhor, seja possível. Vejo este momento do mundo e do Brasil como preocupante não apenas quanto às crises política, econômica, do capitalismo ou do que poderia ser chamada de “crise da democracia”. É uma crise humanitária. O ser humano chegou ao ponto de conversar com o outro lado do mundo, ou com alguém que ele nem sabe se é um computador ou um ser humano, mas não conversa com o irmão que está no quarto ao lado – às vezes, precisando de ajuda. Acho que essa crise humanitária precisa ser enfrentada, porque ela foi posta de maneira muito escancarada em 2020. Preocupa-me tudo que seja porta fechada,

que se fecha ao outro, fecha-se ao mundo; o momento é de abertura, porque as possibilidades que o ser humano criou, com a tecnologia, com os meios de comunicação, fazem com que queiramos estar com o outro. Ser diferente faz parte. O que não me parece um bom sinal é estarmos a fechar portas, limites e fronteiras – porque não se fecha só um país, fecha-se uma sociedade, o cidadão, como ser humano.

RAFAEL MARTINS – Há uma crise democrática no Brasil? Se sim, quais são os fatores que levaram a ela e o que as instituições podem fazer?

Penso ser uma crise, talvez, de modelo democrático em todo o mundo. Não sei se ela é apenas aguçada em alguns momentos, porque a democracia é dinâmica. Parece-me que falamos em crise no Brasil porque o aguçamento que se deu entre tendências opostas se tornou patente. Quando falamos em crise democrática no Brasil, as instituições estão funcionando? Sim. Estamos fazendo valer a Constituição. Todos nós, brasileiros. Há, claro, os questionamentos que, se ultrapassam os limites que o Direito fixa, são feitos pela via judicial. Vivemos mesmo tempos difíceis, inclusive *[porque enfrentamos]* uma pandemia. Difíceis também por causa da questão econômica, porque temos esse aguçamento de ânimos contrários e acirramentos, muitas vezes, virulentos. Ainda assim, consolidamos uma democracia que não está apenas no papel, numa carta. É num sentimento constitucional que prevalece, e que tem dado seiva, para fazer frutificar esta tendência democrática que o Brasil abrigou na década de 1980 e que tem, acho, se realizado.



CONSOLIDAMOS
UMA DEMOCRACIA
QUE NÃO ESTÁ
APENAS NO PAPEL.
É NUM SENTIMENTO
CONSTITUCIONAL QUE
PREVALECE, E TEM
DADO A SEIVA, PARA
FAZER FRUTIFICAR
A TENDÊNCIA
DEMOCRÁTICA QUE
O BRASIL ABRIGOU
NA DÉCADA DE 1980
E QUE TEM, ACHO,
SE REALIZADO.

LEILA CORDEIRO – Em 2017, tivemos mulheres na frente de instituições brasileiras: a senhora no STF, a ministra Laurita Vaz no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Grace Mendonça na Advocacia Geral da União (AGU) e Raquel Dodge no Ministério Público Federal (MPF), mas ainda são situações excepcionais. Por que isso acontece e como podemos participar mais do comando de instituições?

Somos um País preconceituoso e machista. É fato. E o preconceito, no Brasil, é patente em todas as instâncias. Temos esta tensão porque nós, mulheres, sabemos que o preconceito é grande. É grande contra mim, que sou juíza, e muito maior contra aquelas que não tiveram as oportunidades que tive. Isto que é o pior: a violência é muito maior contra aquela que, às vezes, tem até receio de reagir contra as agressões, contra as violências física, psíquica e social. O preconceito nem é, às vezes, formalizado ou verbalizado, ele passa no olhar. É também o jeito de falar, a brincadeira, o deboche – que não é só uma jocosidade, é uma forma de desmoralizar e desmotivar. É um triste fato, e acho que se transformou muito numa forma de violência quando mulheres entraram – e chegaram até a superar um determinado patamar histórico – no mercado de trabalho. Parece que estamos competindo. Não, ele compete com outro homem, ele compete com o profissional na mesma área. Então, é um dado grave, a violência contra a mulher não para. Não sei quanto tempo precisaremos para ter uma sociedade na qual as pessoas sejam tratadas e se achem realmente iguais. Ainda há um longo caminho. Dizem que somos uma maioria em número e minoria em direitos.

Não, nós fomos uma maioria silenciada historicamente por uma sociedade que não gosta de ouvir a voz da mulher. Não vamos ser silenciadas de novo. A mordança caiu, mas há quem queira restabelecê-la.

GUILHERME – Somos, de fato, iguais perante a lei, como determina a Constituição? A igualdade é um construir permanente. A igualação é a dinâmica da igualdade. A Constituição nos dá o instrumento. Entretanto, há poucos dias, quando uma empresa abriu espaço de ênfase aos negros, as reações se fizeram presentes. É bom reagir, para que todo mundo tome posições. Agora, é preciso igualar. Para isso, temos as cotas, que não são a forma mais democrática de convivência, mas necessárias para se chegar a uma melhor convivência. É assim com as mulheres na política. “Ah, mas os 30% mínimos não são só para mulheres”. Vamos combinar que é para mulher, sim, porque tínhamos 100% de homens.

RAFAEL – Como podemos garantir que, no futuro, nossas instituições se manterão imparciais? Qual o papel do STF neste processo? A imparcialidade no Judiciário é: ou é imparcial, ou não é Judiciário. Simples assim. Ninguém cogita um juízo parcial. Imparcial é não ter partes. Agora, se ele toma partido, deixou de ser juiz. Então, o Brasil continua a ter juízes, e a Constituição sobreviverá com juízes que vão guardar, respeitar e fazer com que ela prevaleça. O papel do Poder Judiciário, do STF, é, principalmente, sinalizar, para os 18 mil juízes brasileiros, que temos deveres com a República, com os cidadãos, para sermos juízes imparciais, com as consequências que isso tem, porque, como disse Rui Barbosa: “O ladrão salvou-se, mas para o juiz covarde não haverá salvação”.

ISABELLY VERÍSSIMO – O ativismo judicial é positivo ou negativo no atual cenário brasileiro? Depende do que se considera ativismo. Já vi pessoas se referindo a ativismo pela circuns-

tância de o Supremo, por exemplo, se manifestar sobre questões sociais, questões graves de direitos humanos. Neste sentido, acho que é papel do Poder Judiciário, do STF especificamente, atuar. Tem de haver uma autocontenção no que se refere ao desempenho dos outros poderes. O que é do Poder Legislativo legislar, que ele legisle. O que é do Poder Executivo fazer, que ele o faça. O espaço da política é próprio para políticos; nós não fomos eleitos para legislar. Sobre a atuação específica em casos muito rumorosos – como de anencefalia ou das criminalizações da homofobia e da trans-fobia –, o que falamos é que a ausência de atuação durante décadas teve como consequência a ruptura dos direitos constitucionais, ou a

afronta aos direitos constitucionais. A permanência do quadro significava a ausência da própria Constituição, a qual, a nós, foi entregue a função de guardar. Tem de ter ativismo, mas em casos nos quais seja espaço próprio e único da política, temos de nos autoconter.

LEILA – Vimos, nos últimos anos, uma hiperjudicialização em várias áreas. Em que medida este movimento é efeito de uma crise de representatividade do Legislativo e do Executivo? O aumento da judicialização se deve a um conjunto de circunstâncias, não é isolado. Não acredito que seja decorrente da crise de representatividade. A Constituição de 1988



“
Tem de haver uma
autocontenção.
O que é do Poder Legislativo
legislar, que ele legisle.
O que é do Poder Executivo
fazer, que ele o faça.
O espaço da política é
próprio para políticos, não
fomos eleitos para legislar.



expandiu direitos – em primeiro lugar, direitos fundamentais individuais, coletivos e sociais. Quando vimos, depois da Constituição, um aumento da judicialização, se deve também a isto: o cidadão passou a ter direitos. Quando estudei, na década de 1970, tinha uma frase horrorosa, na faculdade de Direito, repetida por professores: “É melhor um acordo do que uma boa demanda”. Hoje, ninguém quer nem um mau acordo, nem uma má demanda. Quer-se a solução do problema. Por isso, o Direito caminhou para ter mediação, conciliação, juizados especiais, outras formas mais fáceis e mais rápidas. Estamos chegando, neste ano, a ter os julgamentos virtuais; até mesmo no STF a pessoa acompanha os votos dados por todos nós. Mudou-se em benefício de uma cidadania que não quer absolutamente ceder direitos, porque foram [os constitucionais] conquistados com muitas dificuldades. Não é mais tempo de reforma, é tempo de transformação. E é um tempo difícil para o ser humano, porque mudar é muito difícil. Queremos que o outro mude. Sobre representatividade, acho que essa é a grande mudança que estamos vendo no sentido transformador das nossas relações. Será que o cidadão quer mesmo se representar? A tecnologia já nos oferece condições de o cidadão querer se apresentar. Ele quer estar presente não apenas no espaço estatal, que é obrigatório, mas no espaço das relações humanas. Quanto mais livre for a pessoa para se posicionar e atuar, mais democrática é a sua relação. A democracia é inerente à vida de todos, que transportamos para a política, para a pólis,

para o espaço de todos. Agora, queremos discutir no trabalho, na nossa casa, na escola, na política – isso no mundo inteiro. E, aí, surgiram as vozes que achávamos que não existiam mais, pois, provavelmente, só estavam caladas. E começamos a ver os polos todos aparecendo – muitas vezes, com virulência.

RAFAEL – Como combater as *fake news* sem desrespeitar a liberdade de expressão?

A liberdade de expressão é um valor. Quando se transforma em ofensa, em calúnia, em crime, não está resguardado pelo Direito. “A Constituição garante a liberdade de expressão e, aí, fica contra as *fake news*...”. Não. A Constituição garante a liberdade, ponto. Ninguém é livre para mentir sobre o outro e destruir o outro. Isso é guerra, não direito. O modo como vamos chegar a este cuidado precisa ser uma grande construção, para mantermos a liberdade sempre, garantida constitucional, judicial, jurídica e politicamente, mas impeça expressões que sejam manifestações de agressão, de ofensa – não de informação, mas de deformação; não de liberdade, mas de criminalidade. Esse é o desafio. Quando alguém calunia e fala que você cometeu um crime – e isso não aconteceu –, mas isso “viraliza” numa rede social, destrói a sua vida. Então, é preciso que tenhamos cuidado e espaço expressivo. E isso não é fácil, porque está no abstrato: a liberdade é algo que exercemos e desenvolvemos, mas não é algo que possamos, inicialmente, delimitar o limite e a forma, porque ela não tem forma.

GUILHERME – Qual é o Brasil que mais lhe entristece e qual Brasil mais lhe orgulha?

O Brasil que me entristece é o do menino sem escola, porque é um menino sem cidadania. É um País que não cuida do presente e certamente está descuidando do futuro. Acredito que o grande tema do mundo seja a aprendizagem com o outro, mas pela educação. Portanto, o Brasil que me entristece é o desse menino que não tem a oportunidade que tive e que, possivelmente, sofrerá muito

com todas as formas de preconceito, porque se nega a educação e, depois, se discrimina pela falta dela. O Brasil que me orgulha é o do professor que vai dar aula; da professora que fala, vai, faz um lanche e faz a festa junina. Acho de uma riqueza humana essa professora que nunca sai da nossa cabeça, porque ela marca um caminho que podemos seguir. Então, o País que me orgulha é o Brasil dos nossos professores. Meu pai, aos 97 anos, pouco antes de morrer, disse, quando reclamei de algo: “A vida é boa, dura, mas curta, mesmo para mim, que tenho quase cem anos”. E, hoje, percebo que, para fazer algo pelo outro, é isto mesmo: a vida não é fácil, ela é boa. Por isso, continuo acreditando. Então, desejo a todo mundo “saúde e sorte”, como disse Gonzaguinha. O Brasil merece. E como dizia também Guimarães Rosa: “Sorte é isto. Merecer e ter”.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

IMPACTOS DO FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Depois de uma queda muito forte do nível de atividade em abril, a economia brasileira começou a se recuperar de forma rápida, surpreendendo os analistas – que passaram a rever as projeções de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 para quedas menos acentuadas. A principal razão para esta reversão foi o impacto do Auxílio Emergencial (AE), que atingiu um número de pessoas (67 milhões) muito maior do que o inicialmente previsto. De acordo com os dados da PNAD COVID19, na sua primeira fase (valor básico de R\$ 600), o auxílio representou 17% da massa de rendimentos do trabalho (empregados formais, informais, autônomos, funcionários públicos, etc.) efetivamente recebida. Com isso, a massa total de rendimentos (incluindo o AE) superou a observada um ano antes.

No último trimestre, no entanto, o auxílio foi reduzido pela metade, diminuindo a capacidade de compra das famílias e, consequentemente, a demanda agregada – lembrando que o consumo das famílias representa 64% da demanda total da economia. A expansão da massa salarial derivada do aumento do nível de atividade certamente não foi suficiente para “compensar” a perda derivada da redução do AE, levando a um arrefecimento do crescimento da produção no fim do ano.

Neste cenário, o que se pode esperar da economia em 2021? O nível de atividade, sem dúvida, vai registrar expansão, até porque a base de comparação é muito baixa, principalmente pelo desempenho do segundo trimestre deste ano. É possível esperar uma expansão do PIB de 3%, sem, no entanto, deixar de destacar dois conjuntos de incertezas presentes na projeção.

O primeiro deles é de ordem sanitária, envolvendo o eventual risco de uma segunda onda (a exemplo do observado em alguns países da Europa) e a indefinição sobre o momento em que a vacina estará disponível para aplicação generalizada. O segundo conjunto é de ordem econômica e está associado à dinâmica fiscal pós-pandemia, cuja incerteza vem sendo provocada por constantes declarações contraditórias de ministros do governo.

O teto de gastos é a principal “âncora” da política econômica. É fundamental manter a credibilidade da política fiscal, e isso passa, necessariamente, pela manutenção desse mesmo teto, sem subterfúgios – por exemplo, a retirada dos investimentos públicos e/ou do Programa Renda Cidadã, como alguns analistas têm proposto. As consequências de decisões nesta direção seriam desastrosas para a economia brasileira: fuga de capitais; pressões sobre a taxa de câmbio e a inflação; juros mais elevados; e consequentes impactos negativos sobre a produção e o emprego. A aceitação generalizada, dos investidores, de que a expansão de gastos durante a pandemia foi justificável não será tolerada num momento posterior.

Particularmente, em relação ao Renda Cidadã, deixando de lado os aspectos políticos, verifica-se que é favorável, tanto pela questão social quanto pelo fato de ser considerado um gerador de demanda na economia. É imprescindível, porém, que caso venha a ser implementado, que o seu financiamento seja feito por realocação de despesas, mantidas as restrições impostas pelo teto de gastos e sem aumento de carga tributária. Caso contrário, os benefícios serão muito menores que os custos, e a conta a ser paga pela sociedade será extremamente alta.

&

ANTONIO LANZANA, COPRESIDENTE DO CONSELHO DE ECONOMIA EMPRESARIAL E POLÍTICA DA FECOMERCIO-SP, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E TAMBÉM DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

BRUNO CARAZZA, PROFESSOR DO IBMEC E DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL E TAMBÉM É COLUNISTA DO VALOR ECONÔMICO

Velhos e novos dramas cíclicos

Nós não somos muito bons em aprender com as tragédias e mudar o curso de nossas ações para evitar danos futuros. A cada janeiro, as chuvas castigam as regiões Sul e Sudeste, trazendo enchentes e deslizamentos de terra, prejuízos e morte – e muito pouco é feito em termos de prevenção. No Nordeste, desde os tempos do Império se cobram ações do governo para minimizar os desoladores impactos das secas, num drama cíclico que leva fome e sofrimento a milhões de brasileiros.

O ano de 2020 acrescentou um componente de imprevisibilidade no extenso catálogo de desgraças que assolam o Brasil. O estado de calamidade pública, causado pelo novo coronavírus, se alastrou pelo País, e nos aproximamos cada vez mais de uma marca trágica observada há um século. Entre 1918 e 1919, em torno de 35 mil brasileiros foram dizimados pela gripe espanhola, pouco mais de 0,1% da população à época. Depois de cem anos, em pleno século 21, a cada dia que passa estamos mais perto desta macabra proporção – e nem bem saímos da primeira onda de infecção, com uma segunda à nossa espreita.

Para os políticos, culpar a natureza – as chuvas, a seca ou o vírus – sempre foi o caminho mais fácil. Situações imprevistas, casos de força maior ou fatos previsíveis (porém, de consequências incalculáveis) são frequentemente alegados para justificar catástrofes. Nos primeiros meses da pandemia, gastamos muito da nossa energia discutindo o dilema entre priorizar a saúde ou a economia na nossa reação à disseminação do covid-19. Passado praticamente um ano com a doença dominando nossas vidas, é preciso reconhecer que este impasse era falso, e que ações em ambas as direções eram necessárias para reduzir os danos sociais provocados pelo vírus.

Olhando em retrospecto, precisamos tirar algumas lições deste fatídico ano, para evitar a recorrência de seus trágicos efeitos no futuro. A pandemia provou que um sistema público de

saúde é absolutamente imprescindível para lidar com uma crise sanitária de grandes proporções. As diferentes dinâmicas observadas nas distribuições regional e social dos óbitos, porém, sinalizam os imensos desafios que temos na melhoria da gestão e na uniformização do padrão de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo do território nacional.

Outras deficiências no provimento de serviços públicos de qualidade também ficaram evidentes na pandemia, como a precariedade das condições de transporte, habitação e saneamento, que facilitaram a dispersão do vírus pelas camadas mais pobres da população. Na educação, o tema da exclusão digital, tão debatido na virada do século, ressurgiu com a incapacidade de se atender, de forma remota, os alunos da rede pública, tanto por falta de equipamentos quanto pelas dificuldades de acesso às redes de comunicação.

Na economia, o covid-19 “pegou” o País com baixa imunidade: as contas públicas já vinham em déficit há anos, e os esforços de guerra para conter os impactos econômicos da pandemia deixaram o Brasil à beira de um colapso fiscal. Além disso, o País “descobriu” uma legião de milhões de brasileiros vivendo à margem do mercado de trabalho e do sistema financeiro, pressionando ainda mais as finanças do governo.

Serviços públicos de melhor qualidade e mais abrangentes e uma gestão econômica mais sólida e inclusiva são demandas que há muito ecoam na sociedade brasileira. As profundas transformações de 2020 deixaram clara a necessidade de uma liderança política que ataque estes problemas de forma coordenada. Temos como ser otimistas com o cenário para 2021 e além?

&



REFORMAR PARA BEM SERVIR AO CIDADÃO

ENTREVISTA REALIZADA EM
OUTUBRO DE 2020

ENTREVISTA **██████████**
MÔNICA SODRÉ **██████████**
FOTOS **██████████**
DIVULGAÇÃO **██████████**

A REFORMA ADMINISTRATIVA É IMPORTANTE PARA TORNAR O SERVIÇO PÚBLICO MAIS EFICIENTE, ALÉM DE RACIONALIZAR GASTOS E VALORIZAR “O LADO DE CÁ DO BALCÃO”, BENEFICIANDO O FUNCIONÁRIO QUE PRESTA BOM SERVIÇO AO SEU PRINCIPAL CLIENTE: O CIDADÃO. A IMPORTÂNCIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA É O FOCO DESTA ENTREVISTA COM O JURISTA **CARLOS ARI SUNDFELD**, PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV) E PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO (SPDB), E A CONSULTORA E CIENTISTA POLÍTICA **LEANY LEMOS**, EX-SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. ENTREVISTA REALIZADA EM PARCERIA COM O REPÚBLICA.ORG.

Por que é importante discutir a Reforma Administrativa?

CARLOS ARI SUNDFELD – É fundamental que a máquina administrativa seja capaz de dar conta da sua missão: prestar serviço a um custo adequado e de maneira eficiente para a população. Há também profundas desigualdades na máquina pública. Em algumas partes, há uma elite de trabalhadores públicos, muito bem tratada e remunerada. Entretanto, em outras partes – especialmente saúde e educação –, há pessoas que são molestadas pelo Estado e tratadas de maneira desigual em relação aos outros.

LEANY LEMOS – O olhar fiscal é essencial, ou seja, o custo da máquina. Deve haver um limite no peso que ela tem para não prejudicar a prestação de serviços públicos, que justifica a existência do próprio Estado. É necessário prestar serviços públicos de qualidade e universais, mas com custo suportável para a sociedade. Outro ponto importante é a questão da eficiência e qualidade do serviço. A Inglaterra está há 150 anos discutindo como melhorar o sistema de prestação de serviços públicos. São países que falam o tempo inteiro de Reforma Administrativa: como vai ser o serviço público, como vai ser prestado, o que pode ser melhorado. Esta agenda deve ser contínua.

Quais os principais pontos da Reforma Administrativa ideal?

SUNDFELD – Um ponto relevante é fazer com que a carreira do servidor tenha a ver com o desempenho. Isso não é punição, mas um estímulo a melhorias. A avaliação tem de ser central na modernização do regime jurídico do servidor. E ele não é valorizado, porque a legislação, no decorrer do tempo, forneceu vantagens automáticas. O que isso produz? Desestímulo. Além disso, há progressão incontrolável dos gastos públicos. Muita gente atribui indevidamente à estabilidade os problemas de eficiência. Não é verdade, até porque há problemas de ineficiência também entre servidores não estáveis. A prioridade deve ser estimular e reconhecer o desempenho.

LEANY – Do ponto de vista do funcionamento, é preciso incentivos financeiros e não financeiros para que as pessoas possam tra-

balhar bem. As pessoas querem autonomia, serem respeitadas, poderem dar ideias, terem voz e se desenvolverem. Há muita gente vocacionada e que trabalha por amor. É preciso identificar as formas de incentivos, há muita tecnologia e metodologia para se fazer isso. Uma delas é avaliar. Na escola, por exemplo, a avaliação tem de ser de alunos e pais.

A PEC 32/2020, enviada pelo governo federal ao parlamento, deixa de fora da reforma categorias como juízes, membros do Ministério Público, militares e parlamentares. É uma proposta justa?

SUNDFELD – Grande parte da correção dos nossos problemas pode ser feita pelas leis. É fácil aprová-las? Não. É difícil, mas possível. Estamos numa democracia. Para isso, é preciso fazer coalizões, negociar e explicar às pessoas os motivos da reforma. É importante entender que, mesmo que haja uma mudança constitucional, isso não vai eliminar a necessidade de serem aprovadas leis específicas. Focar numa mudança de conceitos da Constituição só para servidores públicos desvia, em primeiro lugar, o foco da questão do ajuste fiscal. Foi posta a necessidade de dar estímulos às pessoas no serviço público. E um dos estímulos tem a ver com a correção das desigualdades. As carreiras privilegiadas são, em grande parte, as jurídicas, que têm benefícios que não fazem sentido. De outro lado, existem servidores que atuam em regime temporário, especialmente na saúde e na educação. É um regime precário que não tem nada parecido com a remuneração e com as vantagens daqueles que estão nas carreiras. Contudo, será que vamos conseguir fazer isso por meio de reforma constitucional? Será que a Constituição vai conseguir incorporar regras que ponham um regime de melhor igualdade para funcionar? É duvidoso. É muito complicado

“

NÃO PODEMOS APOSTAR NA IDEIA DE QUE VAMOS MELHORAR O BRASIL ACABANDO COM A MÁQUINA PÚBLICA. TEMOS DE CORRIGIR DISTORÇÕES E ACABAR COM PRIVILÉGIOS, PARA RECONHECER O VALOR DA MÁQUINA PÚBLICA.

CARLOS ARI SUNDFELD

fazer reformas constitucionais que tentem tratar de todos os detalhes. É preciso, sim, ter maior padronização nacional, mas isso pode ser obtido por meio de leis complementares. LEANY – Não há reforma que consiga resolver todas as questões imediatamente. Ela pode tentar gerar mais igualdade dentro do sistema, incorporada à gestão fiscal saudável. Existem boas coisas nessa reforma que podem ser aprovadas, e, em seguida, haver outras reformas. A maior crítica que tenho da proposta é não valer para os atuais servidores. É um absurdo. Outro ponto importante é a estabilidade. Há maneiras de demitir com uma regulamentação do que é produtividade. O fim da estabilidade provoca riscos de patronagem e aparelhamento [*do Estado*] em governos populistas ou que não valorizam corretamente a gestão.

Como a discussão sobre a Reforma Administrativa deve ser conduzida para não se tornar sinônimo de precarização do serviço público e convencer a população sobre a sua necessidade?

SUNDFELD – Reformas difíceis são aprovadas. Há um custo, e a aprovação da Reforma da Previdência mostra isso. As reformas adquirem legitimidade pelas ideias, pelas soluções e pelas frases com base em diagnósticos corretos. É perigoso apostar em ideias muito vagas. É preciso adquirir legitimidade pela qualidade de soluções, e elas não podem ser abertas. Ninguém no Brasil será convencido por uma proposta de simplesmente abrir a possibilidade de municípios e Estados deixarem de lado o concurso público e a estabilidade. Não é correto que seja assim. Nós podemos dar mais estímulos às reformas de Estados e municípios proibindo, por exemplo, vantagens automáticas, licenças-prêmio, etc. É preciso seduzir as pessoas com legitimidade, e propostas muito vagas têm dificuldade de conquistar a simpatia das pessoas. A incerteza nos afasta. E nós precisamos criar espaço para a modernização sem pôr em risco as conquistas que obtivemos.

LEANY – Outro fator muito importante é a condução do processo. Estas reformas muito grandes e estruturantes são custosas e afetam muitas pessoas. Os afetados são facilmente identificáveis, mas os beneficiários estão difusos na sociedade. É difícil se organizar para pressionar pela Reforma Administrativa. Quem vai pressionar? O pai na escola ou o cidadão que foi ao hospital e não foi atendido. As corporações são muito bem organizadas e estão fazendo o seu papel. Não estou querendo tirar a função dos sindicatos, porque eles existem no mundo inteiro e estão aqui para defender, mas estão defendendo interesses particulares. O presidente da República não tem de conduzir todas as reformas, mas precisa haver uma condução da alta liderança que vá para o Congresso Nacional. Faltam ordenação ao governo em relação ao Congresso e aprovação das matérias. Quanto maiores a força e a visão de quem está conduzindo o processo, mais chances teremos de aprovação de uma proposta mais ampla.

Com a experiência da pandemia de covid-19, qual Brasil inspira na gestão pública e qual entristece?

SUNDFELD – O Brasil que inspira é o Brasil público, com progressos incríveis nas áreas de educação e saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo. O que incomoda no debate sobre a Reforma Administrativa é que seja perdida a oportunidade de mostrar que ela não é contra ninguém, mas em favor do trabalho, da população e do desenvolvimento do Brasil. Não podemos apostar na ideia de que vamos melhorar o País acabando com a máquina pública. Temos de corrigir distorções e acabar com privilégios, para reconhecer o valor da máquina pública.

LEANY – O Brasil da alegria, da criatividade e do otimismo. Enxergamos no setor público a quantidade de pessoas que se dedicam, porque acreditam no que estão fazendo. Isso anima muito, saber que essas pessoas existem e têm o propósito de ver o melhor acontecer. O que entristece é vivermos em um país que, apesar de ter essa cultura da alegria, tem também a cultura da desigualdade.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

CONTROLE DE DADOS COMO ARMA DE PODER

ENTREVISTA REALIZADA EM OUTUBRO DE 2020

ENTREVISTA [REDACTED]
JAIME SPITZCOVSKY [REDACTED]
JULIANA CHOI, NATHÁLIA BRANDÃO E
TOMAS BORBA (estudantes associados
à Brazilian Student Association – BRASA)
FOTOS [REDACTED]
CHRISTIAN PARENTE [REDACTED]

O MODO COMO O GOVERNO CHINÊS UTILIZA A TECNOLOGIA PARA CONTROLAR OS CIDADÃOS, SEM TRANSPARÊNCIA E COM ENORME ABRANGÊNCIA, PREOCUPA ALEXIS WICHOWSKI, PHD EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE COLUMBIA, EM NOVA YORK, NOS ESTADOS UNIDOS. TRABALHOU NO DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE-AMERICANO, COM ATUAÇÃO NO USO DIPLOMÁTICO DE TECNOLOGIA, E NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ALEXIS ANALISA AINDA A ATUAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS DE TECNOLOGIA NO COMBATE À PANDEMIA E NA CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES EFICAZES CONTRA PROBLEMAS PÚBLICOS, COLOCANDO-SE COMO “GOVERNOS DE REDE”. A PROFESSORA DE COLUMBIA FALA TAMBÉM SOBRE O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS* E ACREDITA QUE O ÚNICO ANTÍDOTO SEJA “NOTÍCIAS REAIS DADAS POR FONTES CONFIÁVEIS, E ELAS VÊM DE PESSOAS QUE SÃO TREINADAS PARA ESTE TRABALHO”. A ENTREVISTA É PARTE DE UMA SÉRIE DE DEBATES REALIZADOS EM PARCERIA COM A BRAZILIAN STUDENT ASSOCIATION (BRASA), ASSOCIAÇÃO FORMADA POR BRASILEIROS QUE ESTUDAM NO EXTERIOR.

JAIME SPITZCOVSKY – Qual é o impacto da pandemia nos “governos de rede” – grandes indústrias tecnológicas que agem como governos?

É interessante ver como os governos de rede vêm reagindo à pandemia. Quando o covid-19 atacou os Estados Unidos, em fevereiro e março de 2020, quem realmente tomou a iniciativa de proteger as pessoas não foi o governo ou o país, foram os “governos de rede”: Google, Microsoft, Amazon, Facebook. Essas empresas foram algumas das primeiras entidades a declarar que os funcionários trabalhariam em casa, para a própria proteção; a garantir que funcionários que trabalhem por hora não perderiam o emprego, mesmo incapazes de ir ao local de trabalho, bem como dariam licença parental àqueles cujos filhos não iriam mais à escola.

O Google deu aos funcionários centenas de dólares de crédito para montar o home office, e as licenças parentais, em particular, foram importantíssimas, porque muitos pais têm sofrido dificuldades para educar as crianças em casa e trabalhar ao mesmo tempo. O fato de esses governos de rede terem sido capazes de fornecer licenças parentais possibilitou aos pais se ajustarem e tomarem providências. É o tipo de comportamento que se esperaria de um país – e é interessante perceber que a origem desse comportamento não vem de nenhum, mas dessas empresas.

NATHÁLIA BRANDÃO – Qual é a qualidade compartilhada entre essas empresas que as transformaram em “governos de rede”?

Apenas ser uma grande empresa não significa ser um governo de rede. McDonald's e Coca-Cola são grandes empresas, mas elas têm qualidades bem diferentes dos “governos de rede”, os quais trabalham com produtos e serviços tecnológicos, e uma das coisas que os diferencia é que tratam os clientes quase como cida-

dãos de seus produtos e serviços. O Facebook tem uma equipe antiterrorista que é maior que a equipe antiterrorista do governo norte-americano. Dado o que vem acontecendo no Facebook com ataques sendo transmitidos ao vivo, como os atentados às mesquitas na Nova Zelândia alguns anos atrás, não surpreende que a empresa tenha uma equipe para tal. Mas imagine se a Coca-Cola tivesse uma, seria absurdo. Os governos de rede trabalham com atividades diferentes e fazem parecer que seus clientes são cidadãos que precisam proteger.

JULIANA CHOI – No longo prazo, essas empresas se tornarão mais diversas e globalizadas ou o sentimento geral de nacionalismo sempre as deixará estáticas?

Sei que boa parte dos Estados Unidos possui plataformas centrais. Por exemplo, o Facebook está investindo forte na África, com conexões submarinas a cabo, que deve ter lhes custado cerca de US\$ 6 bilhões – para oferecer conectividade a 28 países africanos –, e abrirão um escritório no continente que será majoritariamente composto por funcionários locais em adição a funcionários de outros países. Creio que, ao quererem expandir mercados, empresas precisarão se engajar mais a um nível local e adaptar seus conteúdos à cultura com a qual trabalharão.

Dito isso, as grandes empresas atuam com base nos Estados Unidos, e não acho que isso seja uma coincidência arbitrária. Acredito que tenha relação com a forma como o sistema regulatório daquele país é configurado como uma “terra sem lei” para a tecnologia, onde pode se fazer de tudo.

Então, enquanto esse for o caso, acho que será uma forma de impor ideias e culturas

“

ESTAMOS COMEÇANDO A VER A CHINA NEGOCIAR COM PAÍSES AFRICANOS A TECNOLOGIA DE VIGILÂNCIA. ISSO ESTÁ SENDO COMPARTILHADO COM OUTROS PAÍSES QUE QUEIRAM ESSA VIGILÂNCIA ABRANGENTE E AUTORITÁRIA SOBRE OS CIDADÃOS.



norte-americanas sobre outros países – adaptadas às culturas locais, mas ainda dominadas por uma sensibilidade estadunidense.

NATHÁLIA – Como evoluiu a nossa interação com o conteúdo digital e o que isso implica?

Com a chegada do computador, deixamos de ser recipientes passivos de conteúdo e passamos a escolher o conteúdo a ser consumido. À medida que os computadores se proliferaram e ficaram mais baratos, a família não se revezava em um só computador ou consumiam o seu conteúdo com todos juntos. Passamos a ter uma relação individual com o conteúdo que consumíamos. Uma relação solitária. Por fim, no estágio em que estamos agora, somos grupos de usuários. Estamos ligados em redes, tendo conversas em grupo em redes sociais com pessoas que não necessariamente conhecemos, e isso está evoluindo em tempo

real. O modo como essas empresas estão nos tratando mais como cidadãos do que como usuários me levou a concluir que somos algo no meio-termo. Somos como um “usuário-cidadão” da tecnologia de internet com a qual interagimos.

TOMAS BORBA – O capitalismo de vigilância, no qual as empresas lucram com os dados pessoais, é uma realidade irreversível ou há algo que possamos fazer para evitá-la?

Quando entramos no Facebook ou usamos o Google, normalmente só pensamos nos serviços que oferecem, como contatar amigos e achar informações, mas não sobre os efeitos secundários, o que acontece com os dados que coletam sobre nós. Pessoalmente, acho que esses dados coletados já estão perdidos. Jamais os recuperaremos. Não podemos “desdisponibilizar” os dados que disponibiliza-

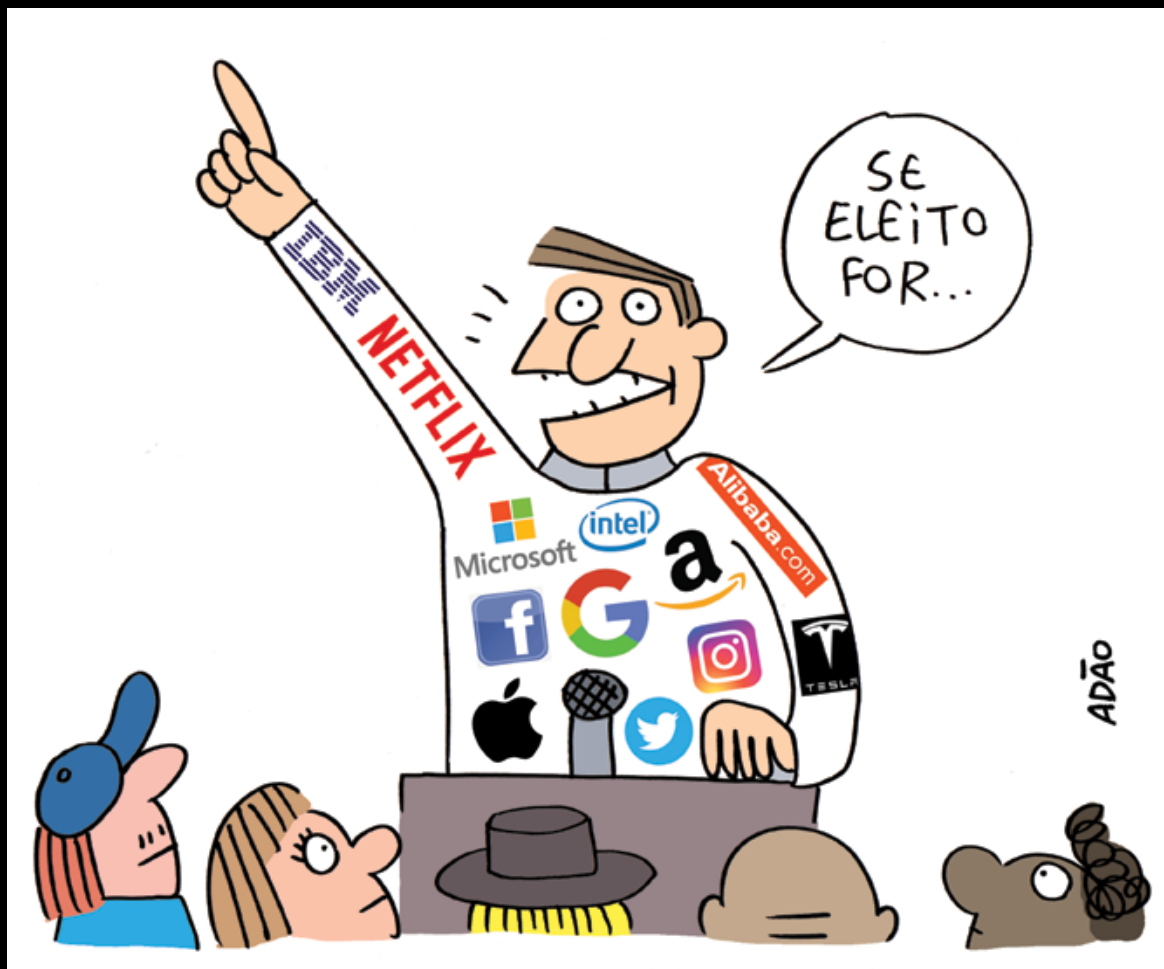
mos, mas acredito que exista a oportunidade de criar mecanismos que restrinjam a quantidade de dados que compartilhamos daqui para a frente, ou que nos compensem por isso, com mais segurança e proteção, mais informações sobre como os dados são usados. Mas não vejo um futuro no qual não usaremos esses produtos tecnológicos, tampouco que nossos dados não serão vendidos. Só acho que será feito de forma diferente.

JULIANA – Qual é o dever de futuros líderes que querem mudar as coisas a partir de uma perspectiva interna?

Acho que as pessoas que trabalham em empresas tecnológicas detêm o enorme poder, especialmente como grupo, de dirigir a atividade ética da empresa. Vou dar um exemplo: alguns anos atrás, o Google decidiu firmar um contrato com o Departamento de Defesa. Um contrato minúsculo para os padrões do Google: US\$ 10 milhões. Eles nomearam dez pessoas para o projeto, o “Projeto Maven”. Sua missão era melhorar o processamento de vídeo da tecnologia drone. Não era um contrato de armas, mas de qualidade de imagem. Quando os funcionários do Google aprenderam sobre o contrato, eles protestaram. Várias pessoas se demitiram por princípios, e todos mandaram uma carta a Sundar Pichai, o presidente do Google, dizendo que o Google não devia entrar no mercado da guerra, e o Google desistiu do contrato. Essa foi uma ação efetiva pelos funcionários em conjunto. Logo, se organizado e com as bases certas, acho que há enormes oportunidades para os funcionários de empresas tecnológicas direcionarem os tipos de atividades que as empresas praticam.

JAIME – Qual é a sua opinião sobre o modelo chinês de usar a tecnologia para fortalecer o regime daquele país?

Acho bem preocupante o modo como o governo de tecnologia se desenvolveu na China por três motivos. O primeiro é a falta de transparência. Não está claro sobre o que estão fazendo com as atividades de vigilância. Há muitos relatos sobre estarem sendo usadas para atacar indivíduos e minorias. O segundo é a espantosa abrangência. O simples



fato de ela existir em todo espaço público das grandes áreas metropolitanas indica que cidadãos comuns não podem mais ter privacidade, somente em suas casas, talvez. Um terceiro fator que me preocupa é que a China criou um sistema integral que está pronto para ser exportado para outros países.

Estamos começando a ver a China negociar com países africanos a tecnologia de vigilância. Isso está sendo compartilhado com outros países que queiram essa vigilância abrangente e autoritária sobre os cidadãos. Então, creio que seja algo a que devemos ficar atentos. Devemos empoderar os delatores chineses que sabem como a tecnologia está sendo usada, porque o uso dela é muito opaco daqui de fora – e até mesmo da perspectiva dos cidadãos da China.

TOMAS – Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil têm sofrido muito com estas questões, que só parecem que foram possibilitadas pelas redes sociais. No Brasil, na última eleição, pesquisas indicaram que 98% dos eleitores de Bolsonaro foram expostos a *fake news*, e 84% acreditaram nas principais. O pior já ficou para trás ou esta crise [das *fake news*] ainda está crescente?

Houve um estudo recente norte-americano sobre *fake news* acerca do coronavírus que determinou que a principal figura a espalhar inverdades sobre o vírus não foram grupos de atores “alienígenas”, mas o presidente. Então, as redes sociais permitem acelerar a proliferação de notícias falsas e exacerbar a tendência, mas devemos focar no fato de que são as pessoas que as criam. Acho que vemos, agora, todos ficando mais atentos ao que é (e o que não é) *fake news*.

Acabamos de viver uma situação nos Estados Unidos em que o presidente incentivou os seguidores a “liberar Michigan” [Estado do centro-oeste do país], e o FBI deteve um plano de sequestrar a governadora. Houve uma forte correlação entre esse encorajamento para “salvar” Michigan e o plano de sequestrar a

governadora de lá. A questão é: esta informação só pôde se espalhar graças às redes sociais, mas foram pessoas quem a espalharam, então, temos de abordar essas pessoas.

Essa é uma das coisas que veio à tona ao observarmos o ciclo e percebermos de onde a mentira vem. Sim, ainda temos problemas com atores estrangeiros injetando *fake news* nas redes sociais, mas também temos uma quebra do discurso democrático em nossos próprios países, e acho que precisamos empoderar jornalistas, organizações sem fins lucrativos e entidades terceiras que possam validar e confirmar fatos. Por exemplo, quando descobrimos que o presidente [Donald] Trump estava infectado com covid-19, isso não foi publicamente anunciado pela Casa Branca. Foi descoberto por jornalistas, e se não fossem por eles – que fizeram uma investigação constante, trabalhando dia e noite para descobrir a verdade –, jamais saberíamos. Não tenho confiança de que a Casa Branca teria liberado a informação de forma espontânea.

Acredito que o antídoto para *fake news* seja notícias reais dadas por fontes confiáveis, e elas vêm de pessoas que são treinadas para este trabalho. A falta de investimentos no jornalismo é preocupante em uma democracia, especialmente em relação às notícias locais. Temos Estados norte-americanos inteiros que não têm jornais locais, porque foram desfeitos, e é muito difícil viver como jornalista. Então, acho que esta seja a cura para o fenômeno das notícias falsas: mais notícias verdadeiras – e confirmadas.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

TUDO O QUE É SÓLIDO DESMANCHOU NO DIGITAL

Gosto de escrever meus textos à mão, com uma velha caneta Parker, presente dado por meu pai no fim dos anos 1950. Existia, em muitas das famílias brasileiras de classe média, este ritual de premiar os filhos recém-alfabetizados com uma caneta-tinteiro. Sinto ainda as pontas dos dedos direitos doloridos, às vezes encharcados de tinta e suor, pela tensão de pressionar o papel e ir inscrevendo, desenhando, cada letrelinha. Havia silêncio, concentração e beleza. Nada, como acontece atualmente, disputava a atenção de uma criança descobrindo o poder de escrever, ler e se expressar. Sinto não ter a memória do instante mágico de minha primeira leitura e compreensão.

Anos depois, no ambiente do fim da década de 1960, ganhei a minha primeira máquina de escrever, uma Olivetti Lettera 22, portátil. Havia ainda naquela escritura maquinal elementos rituais, tais como a sala silenciosa e o tempo reservado, no qual se escrevia. Existia também os objetos de culto operados pelo escritor, como a fita de tinta, o papel-carbono, o papel sulfite e o cesto de lixo, destino de poemas e contos descartados e de outros textos renegados.

Por que, em plena pandemia do covid-19, lembro miticamente de tudo isso? Talvez porque as principais coisas que nos foram retiradas, além das milhares de vidas e suas histórias, sejam os rituais abrangentes de comunicação e relacionamento, bem marcados pelo ambiente da casa, da

rua, do trabalho, da igreja, da escola, do entretenimento e do amor. Rituais expressos como acontecimentos, como formas sociais de viver e conviver que existiam antes do nosso nascimento.

A pandemia do covid-19 destruiu radicalmente estes territórios-rituais com os quais tínhamos relações afetivas. Qual o sentido e o significado de milhões de pessoas e suas histórias, famílias, empresas e empregos terem desaparecido? Quantos vínculos foram desamarrados?

COMUNICAÇÃO EXPANDIDA E OLHAR HUMANIZADO

A pandemia intensificou a mediação feita pela comunicação digitalizada. As relações humanas e a comunicação de empresas e instituições ficaram dependentes das telas de computadores e smartphones. Em tempo de distanciamento social forçado, foram nos tirados inúmeros contextos, e a representação digital se transformou em um ingrediente único nas nossas formas de viver. Nunca se fez tanto de forma remota e com uma abrangência nunca vista e testada.

Nos ambientes institucionais brasileiros ajustados com os princípios contemporâneos de gestões ambiental, social e econômica, o vírus trouxe um questionamento quase imediato e uma transformação não planejada, a ser estudada e avaliada, das formas de relacionamento e comunicação do patrão, do professor, do pastor, do padre, do pai de santo, do político, dos pais – enfim, destes “pês” que representam os poderes e os controles tradicionais sobre indivíduos, comunidades, eleitores, consumidores e empregados.

No *Decameron*, escrito por Giovanni Boccaccio, logo após a peste negra de 1348, que devastou a Europa, dez jovens atravessam o período da epidemia em uma vila senhoril, afastada de Florença, ouvindo a narração de histórias, que os fizeram esquecer a morte que devastava e desorganizava a vida cotidiana. Do ventre da peste, iniciada em 2020, espero que tenham nascido boas histórias, muitas escritas ou filmadas nas telas dos smartphones, que, mais do que trazer outras perspectivas sobre a vida e a morte, tenham contribuído para desacelerar o tempo e reencantar o mundo, tal como acontecia quando ganhei a minha primeira caneta.

&

PAULO NASSAR,
DIRETOR-
-PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
COMUNICAÇÃO
EMPRESARIAL
(ABERJE),
PROFESSOR
TITULAR DA
UNIVERSIDADE
DE SÃO
PAULO (USP) E
COORDENADOR
DO GRUPO
DE ESTUDOS
DE NOVAS
NARRATIVAS
(GENN), DA USP

2021: DOIS ANOS EM UM

“Gastos extraordinários”. A expressão sagrada anda sendo usada para reduzir a percepção da improvisação e do desinteresse pela sustentabilidade econômica com que atua a autoridade governamental. Enquanto isso, sem um horizonte claro de crescimento, a indústria, os setores de comércio e serviços, os consumidores, os investidores e a inflação continuam cada um por si, sem saber como será o ano de 2021.

Quem acha que a deterioração da economia brasileira é transitória – e que nunca haverá insolvência do governo – considera um calendário no qual 2020 não existiu, pois a paralisia sincronizada da economia por razões sanitárias nada mais fez do que interromper um período já lento e de baixo crescimento. Tal fato não deveria dar a impressão de que a estagnação e o déficit das contas públicas vão passar como mágica, quando a pandemia acabar.

Só assim é possível aceitar explicações mecânicas e conformistas para tamanha redução das perspectivas econômicas. Será um desastre inevitável se a pressão por mais gasto em conjunto com os aumentos do déficit e da dívida pública se somarem à permanência da trajetória de paralisia política pelo jogo não cooperativo entre o governo e o parlamento. Além disso, principalmente, pela presença da inconcebível rivalidade política na gestão desastrosa da disseminação de casos e mortes provocados pelo covid-19.

O comportamento cauteloso dos consumidores, a volatilidade dos índices de confiança e a manutenção da incerteza nos cálculos dos agentes econômicos têm explicação. São fortemente agravados pelas altas taxas de desemprego e pela má ação técnica, ou pela omissão de autoridades insensíveis à gravidade da crise.

Sem falar que temos um governo despreocupado com a agenda de reformas que possam corrigir rumos na onerosa máquina pública e impedir a esterilidade da atividade produtiva. Tudo somado, podemos dizer que 2020 é um ano perdido e que o País só se recupera se dobrar a aposta e viver, em 2021, dois anos em um.

Apesar de estar, sim, predominando a improvisação, isso não quer dizer que tudo deva ser considerado ruim. Algumas boas notícias vieram do exterior com os sinais de mudança na política norte-americana e a informação sobre a possibilidade da vacina. Internamente, a decisão moderada do eleitorado das cidades de prestigiar, com a reeleição, o prefeito conhecido sinalizou que a densidade política do candidato voltou a ser mais importante do que a densidade digital.

Contudo, não é possível descuidar do principal: o fato de que sem mudança estrutural na administração pública e no padrão das atividades fiscal e tributária praticadas pelo Estado é impossível apostar num ritmo otimista de recuperação e expansão da atividade econômica.

No cenário político, predominam a rivalidade, o fracionamento partidário e a inércia. A falta de consenso sobre como deve ser o processo e a composição das chapas para a sucessão na Câmara e no Senado é um fator desestabilizador de perspectivas, dificultando o planejamento de médio prazo.

Enfim, mesmo tendo injetado, corretamente, bilhões na economia por razões emergenciais, o governo deve explicações à sociedade. Para entender a crise que estamos vivendo e poder atuar racionalmente, é preciso não aceitar a ideia de que tal emergência é mera “troca de pneu furado em carro bom”. Ora, o que a pandemia fez foi desorganizar mais ainda nossa desorganizada forma de dirigir o veículo pesado do Estado.

Por isso, podemos dizer que sem alterar a forma de arrecadar e gastar, a parte maldita do governo iniciará o ano, novamente, como o principal fator de restrição ao crescimento do País. Só com a eliminação das mazelas que infestam nossa cultura política que poderemos viver um pleno Estado democrático de direito.

&

PAULO DELGADO,
SOCIÓLOGO E
COPRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ECONOMIA
EMPRESARIAL E
POLÍTICA (CEEP) DA
FECOMERCIO-SP

KING'S BRAZIL INSTITUTE

Research, Teaching
& Engagement

kcl.ac.uk/kbi | @KingsBrazil

KING'S
College
LONDON

SAÚDE

JANEIRO 2021 | PB & UM BRASIL

BASE PARA FLORESCER

Períodos de guerra são, também, de grande inovação; as crises sempre trazem mudanças positivas, mesmo frente às maiores adversidades. No entanto, para isso, precisamos consolidar as experiências, as lições.

A necessidade de respostas rápidas no enfrentamento da pandemia de covid-19, um problema de proporções mundiais, altamente complexo, mostrou evidentes fragilidades na governança estatal e na organização da sociedade. Contudo, também evidenciou aspectos positivos, como a existência de um sistema de saúde público e universal, o Sistema Único de Saúde (SUS), que demonstrou capacidade de organização e gestão, oferecendo respostas valorosas diante das necessidades da população.

A ação vigorosa do SUS e dos profissionais de saúde não pode obscurecer a falta de uma liderança nacional que congregasse os esforços no enfrentamento da pandemia. Lamentavelmente, ocorreu uma mistura deletéria de ciência com populismo sanitário, politizando o que deveria ser lastreado nas melhores evidências científicas.

A pandemia desnudou também uma chaga social: a péssima distribuição de renda e a obscura desigualdade social. Importante ressaltar o valor da colaboração social na rede de solidariedade que se criou – expresso em doações, voluntariado, entre outras iniciativas.

Destacada ficou a fragilidade da cadeia de suprimentos (medicamentos, equipamentos de

proteção individual e testes de diagnóstico), na dependência de outros países. O Brasil precisa definir o que é estratégico neste setor, no estímulo à produção nacional de equipamentos (respiradores, monitores, etc.), bem como insumos de proteção individual, de baixo valor agregado (máscaras, aventais, etc.). Não se pode permitir a quebra nesta cadeia de suprimentos, que põe em risco todo o sistema.

A pandemia, por acelerar tendências ou exigir respostas rápidas, trouxe a percepção da necessidade de inovação/tecnologia, como a telemedicina, que deve ser incorporada de forma permanente. Aspecto a enfatizar foi a sentida necessidade de uma estrutura e de estímulos para pesquisa científica, no desenvolvimento de novos produtos, em busca da melhor evidência na produção de conhecimento e na sinergia de rede estruturada de pesquisa entre universidades, iniciativa privada e SUS.

Outro quesito de primordial importância é a melhoria na qualidade do sistema educacional, aparelho formador de profissionais da saúde. Isso porque tivemos muitas dificuldades na contratação de profissionais, principalmente médicos, e houve necessidade de esforço substancial no treinamento e na capacitação dos profissionais, em pleno desenrolar da pandemia.

Até que haja uma vacina e a imunização em larga escala da população, devemos conviver com o covid-19 e outras patologias. Esse é o desafio que nos espera em 2021, agravado pela situação fiscal do Estado, além de piora da condição social, aumento do desemprego, incremento da população dependente do SUS e agravamento da incidência de doenças mentais.

Nesta situação conflituosa, a sociedade exige dos governos total transparência, *compliance* e participação na utilização dos recursos e na discussão de novas soluções.

Espero que ao afirmarmos que “nada será como antes” e que teremos um “novo normal”, estejamos nos referindo ao que não estava bom, particularmente quanto a desigualdade social, distribuição de renda, trato do meio ambiente, questões climáticas, saneamento básico, entre outros. Que esta experiência traumática e avassaladora possa criar as bases para o florescimento de uma sociedade mais justa e mais humana.

&

NACIME SALOMÃO MANSUR,
MÉDICO E
SUPERINTENDENTE
DAS INSTITUIÇÕES
AFILIADAS DA
ASSOCIAÇÃO
PAULISTA PARA O
DESENVOLVIMENTO
DA MEDICINA
(SPDM)

CAMINHO DO
CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL

E

LUIZ FELIPE
D'AVILA,
FUNDADOR DO
CLP – CENTRO
DE LIDERANÇA
PÚBLICA E
PUBLISHER DO
JORNAL DIGITAL
VIRTU NEWS

Enquanto vai ficando para trás, o Brasil assiste passivamente à expansão de outros países emergentes. Estudo recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que enquanto o mundo crescerá 5,2% em 2021, o Brasil terá de se contentar com apenas 2,8%, após recessão de 5,8% em 2020. De acordo com o Panorama Econômico Mundial, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) somado de todas as nações é influenciado pela China, que deve ter alta de 8,2%, e pela Índia, com 8,8%. Mesmo excluídos esses países, no entanto, a comparação é desvantajosa para o Brasil. A América Latina deve avançar 3,6% e a Europa emergente, 3,9%.

Não é de hoje que o Brasil vem perdendo terreno. Nos últimos anos, cresce menos do que o mundo, perdendo posição relativa vis-à-vis os seus concorrentes. O governo tenta explicar a fraca performance como reflexo da pandemia, que, efetivamente, travou a economia por vários meses. A questão, porém, é que a pandemia, que atingiu indistintamente o mundo todo, não pode ser arrolada como diferencial.

A verdade é que um Estado ineficiente e com as contas públicas em desequilíbrio não consegue atender às demandas da sociedade. Assim, torna-se incapaz de prover serviço público de qualidade e realizar investimentos públicos em infraestrutura, saúde e educação.

O único caminho para acertar o passo com o desenvolvimento é a realização das reformas estruturantes estatais, que abririam caminho para o estabelecimento de um ambiente de segurança jurídica, quesito essencial para a atração de investimentos, sobretudo do exterior. O capital, como se sabe, foge da incerteza das regras instáveis e dos voluntarismos político e jurídico que reina no

Brasil. O recente ato arbitrário do governo municipal carioca de encampar concessão privada da Linha Amarela, e contar com o aval da Justiça, é exemplo de um Estado de direito capenga e pouco confiável em cumprir contratos.

Um Estado ineficiente, capturado por interesses corporativistas e dilacerado por demandas constantes de benefícios, subsídios e privilégios para determinadas categorias e grupos de interesse, contribui para aumentar a desigualdade social e aprofundar a insegurança jurídica que afugenta investidores e empreendedores. Por isso, o Centro de Liderança Pública – CLP, em parceria com instituições da sociedade civil, resolveu agir para dar um “empurrão” nas reformas do Estado. A estratégia é baseada em pragmatismo, com a mobilização da sociedade para a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que já tramitam na Câmara e no Senado. Liderando a coalizão Unidos pelo Brasil – composta por entidades e pessoas interessadas em estimular reformas fundamentais –, o CLP contribuiu para a aprovação da Reforma da Previdência em 2019. Agora, concentra esforços na defesa das reformas Tributária e Administrativa e na aprovação de 25 PLs que, se aprovados, podem fazer o Brasil crescer 11,94% até 2024.

Com a aliança entre sociedade civil, Parlamento e governo, o Brasil aumenta a chance de impor uma agenda positiva que modernize a máquina pública e faça com que ela use recursos de maneira eficiente, reduzindo desigualdades sociais e garantindo a sobrevivência do meio ambiente, sem o qual sua democracia não seria plena. A agenda de propostas do Unidos pelo Brasil dará ao País as condições institucionais e legais para assegurar a previsibilidade das leis e a estabilidade política necessária para impulsionar o crescimento econômico sustentável, a atração de investimento privado e a geração de empregos.

&

senac



É hora de escolher
o melhor caminho.

centro universitário senac
santo amaro

@vidaunivsenac

@senacsantoamaro
/universitariosantoamaro

vestibular digital

inscreva-se
sp.senac.br/vestibular

Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

É na Agência Bori que os jornalistas buscam pesquisas científicas para suas pautas.

bori
agência

A Bori é a primeira agência do país que entrega aos jornalistas exatamente o que eles precisam: pesquisas feitas por cientistas brasileiros, de qualidade, inéditas, com texto explicativo e contato de fontes para entrevistas. Se sua instituição quer apoiar esse projeto e incentivar a cobertura jornalística baseada em evidências científicas, fale com a gente: bori@abori.com.br

abori.com.br

Redesenho do Estado

Muito se discute a Reforma Administrativa sob a ótica fiscal. Contudo, os ganhos para a sociedade, com a redefinição do tamanho estatal, a criação de novas diretrizes para estimular a eficiência no serviço público e o fim dos privilégios de classes vão muito além do estancamento dos gastos.

Atualmente, o Estado brasileiro é o principal alimentador da desigualdade que limita o crescimento do País e o desenvolvimento das classes menos favorecidas. Justiça social se faz mais por meio da definição de com quem gastar e de quem arrecadar mais, proporcionalmente aos rendimentos.

Os gastos públicos (nas esferas federal, estadual e municipal) passaram dos R\$ 241,2 bilhões, em 1995 (primeiro ano de vigência do real), para R\$ 3,26 trilhões, em 2019 – de acordo com dados do Tesouro Nacional. Descontada a inflação do período, o aumento foi de cerca de 150%. O custo com a folha de pagamento dos servidores públicos (ativos e inativos) correspondia a 13,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. Para se ter uma ideia de comparação, a média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no mesmo ano, foi de 9,9%. Os dados são da nota técnica “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em outubro de 2020. Somam-se aos gastos fixos do governo os altos salários e privilégios pagos ao Poder Judiciário, que equivalem a 1,3% do PIB, segundo o documento da CNI. Com esses números, o Brasil se isola ao que se pratica em países como Espanha (0,12%), Argentina (0,13%) e Reino Unido (0,14%), onde o Judiciário compromete muito menos as finanças públicas.

A consequência é que estas distorções impactam a qualidade do serviço público e impossibilitam o ingresso do jovem pobre ao mercado de trabalho, por exemplo. Ao não acessar ser-

viços de educação e saúde de qualidade, esse jovem não tem condições de disputar em pé de igualdade com outros de classe média – o que perpetua a desigualdade. A reforma também é fundamental para implantar um sistema meritocrático, que incentive os bons servidores a melhorar a produtividade com base em premiações por desempenho.

O sistema administrativo atual ainda alimenta a burocracia, piorando, assim, o ambiente de negócios. Isso porque a estruturação das carreiras públicas não permite desburocratizar serviços. Por esta razão, a reforma deve redefinir funções e diminuir as camadas burocráticas.

A reforma é necessária para que o Estado concentre esforços em áreas que são tradicionalmente o seu monopólio: segurança pública, justiça, controle da moeda, relações internacionais e segurança nacional. Além disso, que possa complementar ações em saúde e educação, bem como ampliar a capacidade de investimento em infraestrutura (com e sem parcerias).

Às empresas, a melhora da eficiência do Estado significa um aumento da capacidade de investimento e geração de empregos, além de mitigação da insegurança jurídica em razão da simplificação de processos e de obrigações acessórias. Para o consumidor, pode possibilitar menos impostos nos preços dos produtos, aumento da renda real, crescimento da oferta de empregos e elevação da percepção de cidadania com a redução de privilégios a certos grupos.

Mediante um projeto bem desenhado de Estado, é possível se obter o equilíbrio fiscal, as melhorias do ambiente de negócios e dos incentivos econômicos e a mitigação das desigualdades a um nível tolerável.

ANDRÉ SACCONATO E FÁBIO PINA, ECONOMISTAS, INTEGRAM A ASSESSORIA TÉCNICA DA FECOMERCIO-SP

&



COMO REDUZIR ATÉ 17% DOS CUSTOS NA HORA DE IMPORTAR?

Com o Ex-Tarifário, você pode economizar até 17% nos impostos e nos custos para a importação de equipamentos não fabricados no Brasil. O regime é válido para bens de capital ou bens de informática e telecomunicações, envolvendo uma série de procedimentos burocráticos e pontos de atenção.

Agora, se quer uma maneira rápida, simples e segura de agilizar a sua permissão, utilize o **Ex-Tarifário Fecomercio Internacional**.

Você encaminha as informações e nós avaliamos, verificamos a viabilidade do seu pedido, definimos o prazo estimado, calculamos o valor de acordo com a sua demanda e damos todo o apoio técnico para a preparação correta.

Quer reduzir os custos das suas importações de equipamento?

Acesse: representa.fecomercio.com.br/ex_tarifario

APÓS 15 ANOS EM CARTAZ, OS APLAUSOS SÃO PELO SUCESSO E TAMBÉM PELO ANIVERSÁRIO.

Artistas consagrados, produções marcantes, montagens emblemáticas.

Dramas, comédias, musicais.

Novos autores e clássicos.

Em 2020, o Teatro Raul Cortez completa 15 anos de sucesso em cartaz, arrancando aplausos e conquistando sucessos de crítica e público.

A quem faz parte desta história, seja na plateia, seja em cena, seja nos bastidores, o nosso muito obrigado!

Em breve, vamos fazer uma nova estreia e comemorar, juntos, com um grande espetáculo em nosso palco e as portas abertas para você.

© TUTU

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE: www.fecomercio.com.br/institucional/teatro-raul-cortez

R. DR. PLÍNIO BARRETO, 285 – BELA VISTA – SÃO PAULO, SP | TEL.: +55 11 3254-1633 | teatro.raulcortez@fecomercio.com.br



TEATRO RAUL CORTEZ